

MOVIMENTO

AURELIANO PREFERIU RECEBER ARY CAMPISTA

*Mas o Dia Nacional de Luta,
marcado pela maior
Conferência de Trabalhadores do
país acabou sendo um sucesso*

SEXO E CORRUPÇÃO

*Escândalo nas altas rodas do
Planalto: o caso de Consuelo*

VITÓRIA DOS CANAVIEIROS

*O movimento popular está em
alta ou com o pé no breque?*

CUBA, POR G. MARQUEZ

*ABC: elas eram operárias e
hoje vivem de vender o corpo*

DEBATE: A CONJUNTURA

*Pernambuco: ao invés de um
dia de greve, comemorações*

DESEMPREGO E PROSTITUIÇÃO

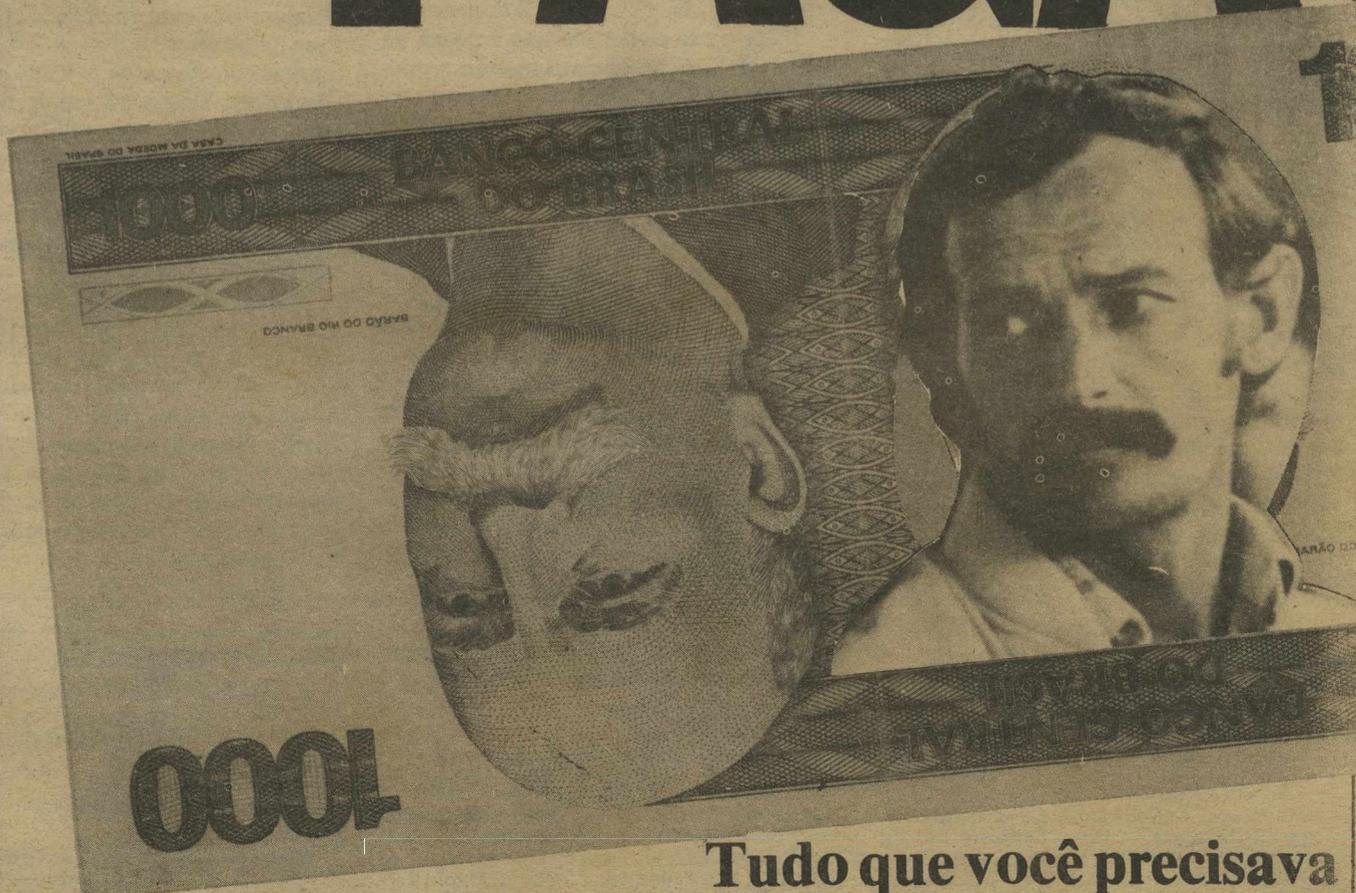
*Se a URSS invade a Polônia,
os EUA invadem Cuba, diz ele*

E MAIS:

*Golbery, sobre o Medeiros: "Vou
reduzi-lo a sargento", página 8
A Convenção do PT, página 7
Em memória da guerrilheira
Yara Yavelberg, página 12.*

DÍVIDA EXTERNA

VOCÊ É QUEM PAGA



Tudo que você precisava
saber sobre a dívida que eles fizeram e que estão
descarregando sobre as suas costas. De 12 formas.

Posse de Aureliano: presidente civil, Estado militar

Após um breve momento de expectativa, Aureliano Chaves foi empossado interinamente na Presidência da República. O general Danilo Venturini, chefe da Casa Militar, sentenciou: "A posse é consequência visível e concreta do nosso aperfeiçoamento democrático". Os jornais ligados ao regime, alguns órgãos de oposição e muitos parlamentares de partidos oposicionistas passaram a martelar em duas telas. Lembram que, pela primeira vez desde 1964, o Estado brasileiro possui um civil na Presidência da República e destacam, com insistência, que a normalidade constitucional foi respeitada. A conclusão que tiram é a seguinte: o governo deu um passo à frente no rumo da implantação de um Estado democrático.

Tal comportamento do governo permite um lembrete bastante interessante. Os setores mais conseqüentes da frente oposicionista nunca deixaram de insistir no fato de que o país vive sob um regime ditatorial militar. No entanto, desde que se iniciou a política de abertura do general Figueiredo, os mandatários do governo atual passaram a vender a idéia de que o país foi redemocratizado, ou, pelo menos, encontra-se num estágio bastante avançado de um suposto processo de democratização. Os oposicionistas que mantêm firme a bandeira da luta contra a ditadura chegam a ser rotulados de "ultrapassados" pela conjuntura. Pois bem, agora, é o próprio governo que se incumbem de provar que esses oposicionistas têm razão. De fato, se estamos numa democracia, para que tamanho estardalhaço frente a um evento tão prosaico como a posse de um vice no caso de impedimento da pessoa do general Figueiredo? Esse estardalhaço todo significa o seguinte: o governo está confessando perante toda a nação que a regra nesse regime político é a conspiração e a quartelada. Do contrário, a posse do vice não seria tratada com o alarde reservado aos fatos raros.

Porém, os membros da equipe governamental costumam argumentar em todas as direções. E pouco lhes importa se um determinado argumento entra em contradição flagrante com outro, ao qual se recorrera anteriormente. No caso da posse de Aureliano, já estão prevenidos. "Sim, podemos reconhecer que não existia, até duas semanas atrás, democracia, mas, agora, com a posse, a coisa vai. Atravessamos o Rubicão." É isso que sugerem as entrelinhas de muitas declarações oficiais. Pois bem, vejamos

as provas "visíveis e concretas" apresentadas pelo militares.

Primeira prova de que avançamos rumo à democracia: respeitou-se a legalidade constitucional. Devem estar brincando! Médici, Geisel e Figueiredo também foram guindados ao poder em estrita obediência às normas constitucionais. O cumprimento da constituição ditatorial interessa aos ditadores que a fabricaram e não aos democratas.

Houve, nas fileiras da oposição, aqueles que procuraram confundir essa questão. Chegaram a lembrar, com o intuito de justificar a tese de que a posse de Aureliano representa uma vitória oposicionista, a "Campanha da Legalidade" de 1961, que garantiu a posse do vice-presidente João Goulart. Quanta mistificação! Em 1961, tratava-se de defender uma legalidade democrática e de defendê-la, precisamente, contra os atuais ocupantes do poder que, já em 1961, tentavam emplacar um golpe militar. Além disso, a posse de Jango representava um fortalecimento dos setores democráticos em relação à situação vigente sob a presidência do renunciante Jânio Quadros. Hoje, a posse de Aureliano é a posse de um homem que, segundo têm lembrado insistentemente os próprios generais que o colocaram na vice-presidência, "merece toda a confiança do Sistema". As divergências de Aureliano com outros membros da equipe governamental são divergências no interior de um mesmo sistema de poder. Aureliano representa a continuidade ditatorial.

Segunda prova "concreta e visível": temos um presidente civil. Isso não é prova de democracia. Quando a oposição diz que o Brasil vive sob uma ditadura militar, ela não quer significar, simplesmente, que existe um governo militar no Brasil, mas sim que vivemos sob um Estado completamente militarizado.

Em sua edição de número 301, dedicada exatamente à informação e à análise desse Estado Militar, Movimento afirmava nesta mesma seção: "A pura e simples eleição de um presidente civil está longe de significar a liquidação da ditadura militar no Brasil. A ditadura militar brasileira não se reduz à presença de um governo militar. Nesses últimos dezessete anos, não assistimos apenas à aparição do personagem general-presi-

Chico



Ja lá se vão 20 anos, mas cheira como se fosse ontem...

dente (...): muito mais que isso fomos testemunhas de um amplo e profundo processo de militarização do conjunto do aparelho de Estado".

Aureliano Chaves é civil, mas os cargos de vice e de presidente não o são. Aureliano foi indicado para ocupar a vice-presidência pelos generais Geisel e Golbery. Desde que exerce a vice-presidência é assessorado, em seu gabinete, por 21 pessoas e dessas 11 são militares. O chefe do gabinete da vice-presidência é um coronel do Exército e o subchefe um capitão-de-fragata. Quando estava para ser promovido, ou melhor, para assumir a Presidência, Aureliano dependeu da aprovação dos generais ministros, que só lhe foi concedida após a reunião dos generais realizada no Othon Hotel do Rio de Janeiro.

Sim, o presidente é civil, mas o Estado continua um Estado Militar. Os duzentos mil homens da "comunidade de informações" continuam sob o comando das Forças Armadas, controlando de perto a atividade dos Ministérios, do Parlamento e do Judiciário. Os militares que controlam o Executivo (entre mil cargos considerados os mais importantes do Poder Executivo, mais de duzentos são ocupados por militares da ativa seguem governando por decreto-lei. A Justiça Militar continua processando os civis e restringindo, cada vez mais, a esfera de competência e a independência da Justiça comum.

Temos um presidente civil: os generais devem ter rido por dentro quando lançaram essa história para o "público externo". Os militares devem estar muito contentes com o seu "presidente civil". Quando aos democratas, o único motivo para riso foi dado pelo humor oposicionista do Pasquim. Esse jornal resumiu tudo: ingressamos na época da "vice-ditadura".

ESTRANGEIROS

Não se chegou a um Estatuto democrático

Depois de um grande susto inicial e de um recuo tático, o governo logrou aprovar o seu Estatuto dos Estrangeiros. No ano passado, os militares remeteram ao Congresso a sua versão inicial do Estatuto. A reação unânime e firme da oposição surpreendeu o governo e o obrigou a recuar. O ministério da Justiça passou, então, a aplicar a tática da negociação, sugerindo que seria possível chegar-se, através de um acordo, a um Estatuto democrático.

Para negociar, o governo assumiu o compromisso de não aplicar o Estatuto, enquanto um novo não fosse aprovado. O governo, porém, não teve pejo em, de saída, trair esse compromisso: desde então, expulsou, com base no Estatuto inicial, mais de 200 estrangeiros.

Agora, como fruto das negociações nas quais se envolveram todos os partidos legais da oposição, o governo conseguiu aprovar uma nova versão do Estatuto. Essa nova versão não altera, no fundamental, o sentido repressivo do Estatuto dos Estrangeiros. Ela não reconhece a condição de refugiado político. O governo poderá, assim, deportar qualquer um dos refugiados que procuraram o Brasil e entregá-los aos governos ditatoriais dos seus países de origem.

O governo saldou o seu compromisso com as demais ditaduras do Cone Sul do continente. Quem abandonou as suas posições foram os partidos legais de oposição que, todos, aprovaram esse novo Estatuto.

MOVIMENTO

Conselho Editorial de Movimento

D. Adriano Hipólito, Aguinaldo Silva, Alencar Furtado, Ana Dias, André Forster, Audálio Dantas, Aurélio Peres, Chico Buarque de Hollanda, Clovis Moura, Daniel Cabixi, David de Moraes, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Moraes, Francisco Pinto, Geraldo Pastana, Geraldo Siqueira Filho, Jacob Gorender, D. José Maria Pires, José Novais, Joviniano Carvalho, Lúcio Flávio Pinto, Luiz Eduardo Greenhalg, Luiz Inácio da Silva, Lysâneas Maciel, Maria Nilde Mascellani,

Miguel Arraes, Ruy Cezar Costa Silva, Teotônio Vilella. (Hermilo Borba Filho 1917-1976).

Conselho de Direção

Agostinho Gisé, Alcy Linares, Alvaro Caropreso, Antonio C. Queiroz, Armando Boito Jr., Armando Sartori, Célia Regina de Souza, Delzir A. Matias, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José C. Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia R. Dias, Luiz C. Antero, Luiz Mackloun de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

Diretoria de Edição S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo (diretor adjunto), Tibério Canuto (diretor adjunto).

Diretor Responsável

Raimundo Rodrigues Pereira.

Movimento é uma publicação de Edição S/A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 825, Pinheiros, São Paulo, Brasil. CEP 05415. Telefones 210-8622 e 210-8744.

Distribuição: Abril S/A - Cultural e Industrial. Rua Emilio Goeldi, 575 - Tel. 65-5115. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Joruês. Rua Gastão da Cunha, 49. Tel. 531.8900. São Paulo. Material internacional via Varig.

Editora de Livros, Jornais e Revistas
SERVIÇOS INTERNACIONAIS



ABC, dia 1º: Lula (PT) fala no ato, que teve também Tito Costa (PMDB) São Paulo, dia 1º: cinco mil pessoas diante da Catedral da Sé

UM DIA ESPECIAL

Dezenas de atos públicos realizados pelo país, passeatas, distribuição de milhões de panfletos com as reivindicações operárias e populares e muitos choques com a polícia marcaram o Dia Nacional de Luta programado pela 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras há cerca de dois meses e realizado na quinta-feira da semana passada. No ponto culminante das manifestações e também em cumprimento às decisões da Conclat, cinco membros da Comissão Pró-Central Única de Trabalhadores foram à Brasília para tentar — ao final, sem sucesso — entregar à Presidência da República o manifesto contendo as decisões da histórica conferência que reuniu na Praia Grande mais de 5 mil delegados e mais de mil entidades sindicais.

O resultado geral pode ser considerado um sucesso: atos de até cinco mil pessoas, como o de São Paulo, na Praça da Sé; intensa propaganda e defesa das bandeiras de luta comuns aos trabalhadores — como estabilidade no emprego, reforma agrária, terras para moradia nas cidades, congelamento dos preços para pôr fim à carestia, fim do regime ditatorial e Constituinte Livre e Soberana. Se é verdade que a mobilização foi pequena em vários lugares e se muitos dirigentes sindicais mantiveram seus esforços de mobilização longe de fábricas e repartições, a unificação nacional da luta e das bandeiras e o trabalho de propaganda realizado permitem a avaliação positiva.

Aureliano preferiu receber Ary Campista, um arquipelago

O comportamento do regime diante do Dia de Luta decepcionou apenas aqueles que ingenuamente pensam que a posse de Aureliano Chaves no lugar do general Figueiredo trouxe grandes mudanças. O vice-ditador em exercício comportou-se como os generais de plantão: não recebeu a comissão de sindicalistas formada por Luís Inácio da Silva, o Lula (dos metalúrgicos de São Bernardo), João Carlos Araújo, o "Negão" (dos petroleiros, do Rio), Hugo Peres da (Federação das indústrias urbanas de São Paulo), Armando Rollemberg (da Federação Nacional dos Jornalistas), Arnaldo Gonçal-

O vice-ditador de plantão não quis recebê-los, mas os trabalhadores foram às ruas em todo o país

Antonio Carlos Queiróz

ves (dos metalúrgicos da Baixada Santista) e José Francisco (da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Aureliano pretextou que a Comissão não tinha marcado audiência. O que é falso: o governo é que não quis conceder a audiência, já que o pedido foi feito e protocolado a 14 de setembro, antes de Figueiredo sofrer o enfarte. E mais: enquanto se recusava a receber os representantes da maior conferência de trabalhadores já realizada no país, o Palácio do Planalto recebia: 1) através de Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, o arquipelago Ary Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria desde a pré-história; 2) através do próprio Aureliano, e por 50 minutos, o deputado Herbert Levy, do Partido Popular (SP), dono do jornal "Gazeta Mercantil", banqueiro, latifundiário, e atualmente com grande criação de gado zebu na Nigéria.

A atitude do Planalto foi a mesma dos vários governos estaduais. Mesmo governadores não muito afinados com o governo central não fugiram a essa escrita. No Pará, Alacid Nunes, que acabou de selar um pacto com o PMDB para opor-se a Jarbas Passarinho em sua região, teve um comportamento vergonhoso: simplesmente resolveu marcar os seus despachos da quinta-feira para a sede do quartel-general da Polícia Militar. Por via das dúvidas, mandou também reforçar a guarda. Quando a comissão de representantes dos trabalhadores entrou no Palácio, por volta de 11 horas do dia primeiro, foi recebida pelo chefe da segurança do governador, capitão Magela. O capitão teve o mesmo gesto de Aureliano: disse que não havia audiência marcada. O que também é falso, já que ela havia sido solicitada dois meses antes. A comissão acabou obtendo uma promessa de um encontro de Alacid com

quatro representantes dos trabalhadores, no quartel da PM. A proposta foi levada a uma concentração de mil e quinhentas pessoas que a rejeitou por unanimidade. Diante da insistência dos trabalhadores, que passaram a noite no Palácio em greve de fome, Alacid acabou tendo de ir até eles para, pelo menos, fazer-lhes promessas vagas e protestar contra o "pernoite" no Palácio.

Em Salvador dois mil trabalhadores também marcaram uma vitória sobre o governador Antônio Carlos Magalhães: com receio de protestos como os dos quebra-quebras realizados há poucas semanas, a Secretaria de Segurança não cedeu o local para a manifestação a não ser poucas horas antes de sua realização; além disso, a polícia prendeu militantes do PT que colocavam cartazes de convocação do ato pelas ruas — mas o Ato acabou acontecendo e foi muito expressivo.

O mesmo ocorreu no Estado onde existe um governador dito opositorista, o Rio de Chagas Freitas. Por incrível que possa parecer foi lá onde se desencadeou a repressão mais violenta. Em Niterói, por exemplo, a polícia atacou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. No Rio, o próprio comandante da PM, coronel Nilton Cerqueira, comandou o esquema repressivo, ocupando a Praça XV onde ia ser realizado o ato e prendendo Ivan Martins, membro da Comissão Nacional Pró-CUT e outros. A repressão em Niterói foi feita por cinco pelotões de choque da PM, dois dos quais levados do Rio, além de um grupamento da cavalaria. Grande número de pessoas foi atingido pelos cassetetes policiais, entre os quais Abdias José dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Mais sofisticada foi a repressão em Recife. Com os tumultos ocorridos durante o dia na cidade, (veja a história na

página 4), a passeata programada e o ato público passaram a ser mais visados pelas autoridades. A maioria das repartições públicas e empresas estatais encerraram os seus expedientes mais cedo para que os trabalhadores não saíssem normalmente à rua na hora marcada para a manifestação, 18h30. Mesmo assim, cerca de 3 mil pessoas estiveram presentes à Praça do Carmo para ouvir os comícios que foram enfáticos em prestar sua solidariedade à greve dos motoristas e contra o desemprego em massa.

"O objetivo central dos trabalhadores hoje é parar o Brasil, se o Brasil não pára o desemprego", disse em discurso inflamado, no Campo Grande, em Salvador, o presidente eleito do Sindiquímica, Nilson Bahia. A frase de Nilson, no ato promovido na capital baiana, com ligeiras mudanças, foi a mais repetida em todo o país durante o dia de luta dos trabalhadores.

Mas as manifestações não se resumiram apenas a discursos e palavras de ordem. No distrito de Queimados, Rio de Janeiro, foi encenado um bumba-meu-boi, enquanto em Duque de Caxias os manifestantes queimaram um Judas. Em Brasília, um morador de Taguatinga, vindo do Nordeste recitou uma peça de cordel especialmente preparada para o dia.

Incrível: Chagas Freitas foi o que mais reprimiu

A presença de partidos de oposição do regime e ao governo foi uma das características de quase todos os atos públicos. Destacaram-se, particularmente, a presença do PMDB, PT e PDT. O PP teve um comportamento dúbio: enquanto um seu representante participou do ato público de Salvador, em Manaus ele juntou-se ao PDS para boicotar a manifestação. E, no Rio de Janeiro, o governador do PP, Chagas Freitas mandou — ou deixou — que se reprimisse as manifestações, como já se viu.

Houve manifestações também em muitas cidades do interior. Em Duque de Caxias cerca de 400 manifestantes realizaram um ato na praça do Pacifi-

cador, organizado pelo PT e sindicatos locais, sobressaindo-se a participação dos trabalhadores da Fiat. A **tribuna livre** foi usada por diversos populares que fizeram denúncias de toda ordem. O ponto alto foi o enterro de Delfim Netto. A PM se fez presente com um grande aparato, mas não conseguiu impedir a realização do ato.

Com o apoio de 30 sindicatos e de associações profissionais, a comissão Pró-CUT e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura conseguiram também, realizar manifestações em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Paulo Afonso e Jequié.

Como pontos negativos apenas dois pequenos episódios:

1) Em Salvador um dos coordenadores da manifestação Franklin Martins, presidente da Associação dos Músicos falou sobre a importância da manifestação já que era a primeira vez que os trabalhadores se reuniam em praça pública depois do quebra-quebra de Salvador quando o governador proibiu arbitrariamente qualquer manifestação de rua. Em seguida falaram os representantes da Unidade Sindical, Gonçalves Melo, da Federação dos Bairros, Waldemar Oliveira do MCC, Jane Vasconcelos e Lázaro Bilac representando a CUT. Depois foi a vez dos partidos políticos. Ficou acertado que falariam apenas um representante de cada partido. Pelo PP falou o deputado Galdino Leite que tomou algumas vaias quando referiu-se a posse de Aureliano Chaves e a frustração dos golpistas da ultradireita.

Em seguida falou o deputado do PMDB, Marcelo Cordeiro, indicado pelo presidente do seu partido Rômulo Almeida para representar a agremiação. Marcelo começou a ser vaiado antes de falar. Um grupo de militantes estudantis gritava pelo nome de Haroldo Lima. Mas Marcelo Cordeiro conseguiu vencer as vaias quando passou a dizer que "as vaias devem ser para os torturadores e não para os torturados. Vaias para os exploradores do povo e não para os que lutam contra a exploração, vaias para os usurpadores do poder e não para os representantes legítimos do povo".

Depois falou o presidente do PT Edval Passos que foi interrompido em vários momentos pelos gritos (do mesmo grupo que havia vaiado Marcelo) "Constituinte. Constituinte" (o PT ainda não tem a Constituinte como uma de suas bandeiras).

2) No Rio de Janeiro, o incidente foi maior. Depois de já ter vaiado o orador do PMDB, deputado Paulo Cesar Gomes, um grupo do PT começou a vaiar o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Osvaldo Pimentel, passando a gritar: "pelego, pelego!". Outro grupo ligado aos demais partidos de oposição, começou a aplaudir Pimentel. O tumulto se formou e manifestantes dos dois

lados começaram a trocar ponta-pés e sopapos. O incidente só terminou quando Ivan Martins pegou o microfone e pediu "um pingo de respeito para a classe trabalhadora".

O ATO DE SÃO BERNARDO — Quase 3 mil pessoas compareceram à Praça da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, para comemorar o dia. Vários Sindicatos, além de caravanas dos bairros e das cidades da região do ABC — Santo André, São Caetano, Diadema, Mauá — juntamente com representantes do PT e do PMDB, centralizaram seu protesto na Igreja Matriz, depois de longas caminhadas.

Às 18h50 horas o sino da Igreja começaria a badalar, anunciando o começo da manifestação. Diversas passeatas, algumas com até 200 pessoas, vão chegando enquanto o primeiro orador, o Prefeito da cidade Tito Costa — que ajudou a promover a manifestação — faz um apelo pela organização do povo que garanta as eleições de 82. Logo em seguida falaram representantes dos bairros, do Sindicato dos Químicos do ABC e Jair Meneguelli dos metalúrgicos de São Bernardo. Dois bonecos de pano, representando o desemprego e a LSN, que foram trazidos pelo grupo de Teatro Forja, são queimados e destruídos pela massa.

O ATO DE SÃO PAULO — Com a presença de 28 sindicatos, e diversas entidades e mesmo de movimentos tão diversos como o grupo "Somos", de homossexuais, e o Movimento pela Construção do Templo de Iansã, cerca de cinco mil pessoas realizaram um ato público na Praça da Sé, em São Paulo, para comemorar o Dia Nacional de Luta dos trabalhadores. Também se fizeram presentes todos os partidos da oposição legal — o Partido Comunista do Brasil, que se fez anunciar oficialmente. A concentração da Praça da Sé foi antecedida por quatro manifestações realizadas em pontos distintos do centro da cidade, Praça Ramos — Parque D. Pedro, Liberdade e Largo São Bento, das quais apenas a da Praça Ramos conseguiu alguma expressividade.

O ato da Praça da Sé foi aberto oficialmente por Raimundo Rosa, presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e membro da Comissão Pró-CUT. Em seu discurso, Raimundo anunciou que Aureliano não quis receber, em Brasília, a comissão de sindicalistas que ia lhe entregar o manifesto dos trabalhadores, e provocou aplausos quando disse que "isto não intimida os trabalhadores, pois é melhor morrer lutando do que viver ajoelhado".

Cobertura de: Marcos Nogueira (Belém), Virginia Botelho (Recife), Otto Filgueiras (Salvador), Roberto Martins (Rio de Janeiro), Antonio Carlos Queiroz (Brasília), Tibério Canufo (São Paulo) e Mário Sorapicos (São Bernardo do Campo).



A greve em Recife: motoristas e cobradores contra decisão da EMTU

CIDADES

A revolta de motoristas e cobradores em Recife

Decisão da EMTU e desemprego gera conflito; há presos

Uma greve de motoristas e cobradores de ônibus deflagrada de surpresa no início da manhã de quinta-feira quase leva Recife a repetir os acontecimentos de Salvador: até sexta-feira ainda era confusa a situação na capital pernambucana, com tumulto e luta violenta entre populares e policiais.

A causa imediata da revolta foi a decisão da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de suspender o passe livre em ônibus para cobradores e motoristas fora do horário de serviço. Ao tomarem conhecimento da notícia, cobradores e motoristas se organizaram em piquetes logo pela manhã. Não demorou para que o primeiro grupo interceptasse e esvaziasse os pneus de seis ônibus que se dirigiam para o subúrbio. Em poucos minutos, o centro da cidade estava totalmente parado, com o povo andando a pé em grandes grupos.

A situação se complicou ainda mais com a notícia — não confirmada — da morte de um motorista, atingido por balas de policiais. Durante a tarde os bancos, lojas e o comércio começaram a fechar suas portas temendo um quebra-quebra. A partir deste momento não havia mais condições para negociação. O vice-presidente da EMTU, coronel Maurício Pina Moreira tentou em vão levar algum representante dos motoristas para uma conferência num "lugar não-público", mas os grevistas não aceitaram tais condições; queriam o debate em público. O coronel não aceitou, e tentou uma retirada apressada em meio à vaia e pe-

dradas que atingiram a comitiva oficial.

Enquanto isso, uma pequena multidão se formava em frente ao palácio do governo — onde ocorreram também comícios contundentes. Finalmente, depois de 20 minutos de espera, os líderes dos motoristas foram recebidos pelo secretário dos transportes, Luiz Antão de Melo. Conseguiu-se um acordo provisório: até o dia 6 ficou suspensa a portaria que originou o conflito, e os cobradores e motoristas poderão viajar gratuitamente fora do expediente.

Mas a negociação com o secretário dos transportes acabaria não sendo aceita por cerca de 300 motoristas que se concentravam na porta do Palácio. Mesmo porque a questão não se resumiria apenas aos passes para motoristas e cobradores, mas porque envolvia também a questão do crescente desemprego no setor. Os dados são imprecisos, mas o deputado Sérgio Longman garante que há pelo menos 2 mil desempregados. Muitos dos motoristas presentes que discordaram das negociações com o secretário do transporte se dirigiram então à Assembleia e as depredações recomeçaram no roteiro. Mas, já ao fim da tarde a cidade já estava praticamente tomada por batalhões de choque.

Na noite de quinta-feira, a polícia já começava a libertar os primeiros presos do dia, mas até sexta-feira ainda permaneciam detidas 17 pessoas acusadas de depredação de ônibus e incentivo à paralisação do tráfego, entre elas o electricitário Francisco Rosemberg Falcão e o motorista da deputada Cristina Tavares que, pela manhã, tinha saído em um carro com alto-falantes fazendo a divulgação do Dia Nacional de Luta.

(Virginia Botelho, de Recife)



Os atos exigiram: Constituinte, congelamento de preços, empregos

Vitória da força unida do canavial

Temendo a greve geral, TRT aprova o dissídio coletivo 81/82. Uma grande conquista da categoria: equiparação salarial campo/cidade

Virginia Botelho, do Recife

O Tribunal Regional do Trabalho julgou, em regime de emergência — apenas 4 horas e sem cumprir o prazo regulado em lei — as negociações do dissídio coletivo dos trabalhadores rurais de Pernambuco para o exercício 81-82, evitando com isto que fosse deflagrada a greve no campo. Cerca de 100 mil trabalhadores das usinas e engenhos haviam referendado a decisão de paralisar os trabalhos, durante as assembléias gerais ocorridas nos dias 23 e 27 de setembro, quando 90% da categoria votaram a favor da greve, caso não fossem atendidas as reivindicações.

No dia seguinte, quarta-feira, os trabalhadores não foram para o corte da cana e sim para as sedes dos sindicatos comemorar os resultados do julgamento. Os trabalhadores haviam apresentado uma listagem com 22 cláusulas de reivindicações já contidas no dissídio anterior e que foram mantidas para este ano.

Algumas delas — como a lei do sítio (direito do trabalhador com mais de um ano na empresa de plantar e criar em até dois hectares de terra), auxílio-doença durante o tempo que durar a enfermidade, segurança quanto aos direitos de atuação do delegado sindical no local de trabalho e restauração das casas dos trabalhadores, estavam sendo rejeitadas pelos patrões, mas foram mantidas pelo TRT. No entanto, a equiparação salarial que terminou com a discriminação de salários para a categoria (região metropolitana: salário de Cr\$ 8,556,00; e municípios do interior: salário de Cr\$ 7.824,00) é que foi considerada a maior conquista obtida pelos trabalhadores.

A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco — Fetape — achou que o resultado do dissídio deste ano representou um passo positivo na luta da categoria. “Não só pelos direitos já conquistados e mantidos, como pela demonstração de força do movimento durante a campanha salarial, que se mostrou unido diante de tantas pressões e intimidações por parte dos patrões.” (José Francisco da Silva, presidente da Contag). Os trabalhadores e a Fetape enfrentaram desde o início da campanha uma contracampanha por parte dos patrões que procurava ver “infiltrados” no seio da categoria e intimidava-os com ameaças explícitas, como a do presidente do sindicato que disse que buscava ajuda ao CCC e veladas através do contato direto e provocativo entre capangas e trabalhadores.

Nos sete sindicatos visitados por Movimento — Carpina, Nazaré da Mata, Timbaubá, Aliança, Limoeiro (Mata Norte), São Lourenço da Mata e Paudalho (região metropolitana), durante a assembléia geral dos dias 23 e 27, cerca de 90% dos associados haviam comparecido para votar a favor da greve, caso não fossem atendidos. Já em alguns municípios da Zona da Mata Sul, onde a repressão aos sindicatos e aos trabalhadores é muito forte, alguns sindicatos de atuação tímida foram criticados por agentes da Pastoral da Terra por não terem conseguido mobilizar eficientemente os trabalhadores para a campanha deste ano. Para a Fetape, estes sindicatos são uma pequena minoria. Os trabalhadores na sua maioria, estavam dispostos a parar, como aliás, demonstraram em casos isolados e períodos curtos (um, dois dias), durante este ano, quando a empresa não fornecia ferramentas para o trabalho.

Pela lei de greve, o Tribunal Regional do Trabalho deveria esperar no mínimo 5 e no máximo 10 dias, após a audiência de conciliação no Ministério Público (Delegacia Regional do Trabalho) para convocar a audiência de julgamento do dissídio. No caso deste ano, patrões e trabalhadores foram convocados em apenas um dia útil, após estarem em reunião com o delegado do trabalho, Alexandre Kruse. Nos anos de 1979 e 1980, transcorrido o prazo previsto em lei para o



Canavieiros do PE: 90% a favor da greve, pelas reivindicações

dissídio começar a ser cumprido — 72 horas —, as greves foram deflagradas (no ano passado 240 mil trabalhadores entraram em greve paralisando as 35 usinas de Pernambuco). A “pressa” do TRT para fazer o julgamento foi considerada pela Fetape como uma medida “ilegal” para evitar a paralisação. Por esta razão, o advogado da Federação, Luis Romeu da Fonte, formalizou o pedido de adiamento da audiência logo pela manhã, antes do início dos trabalhos. Segundo a lei de greve, a audiência de conciliação e julgamento só pode ser convocada em 24 horas pelo TRT em caráter de emergência. E para isto, é preciso que a classe trabalhadora esteja totalmente em greve. Mesmo quando há ameaça de paralisação, a lei é clara em afirmar que quando o fato não foi concretizado não existe a caracterização da emergência. O presidente do TRT, Ajuricaba da Costa e Silva, só foi julgar o pedido à noite, alegando que não podia fazê-lo sozinho e por isto convocou todo o tribunal. O pedido foi indeferido e o julgamento do dissídio começou logo depois para só terminar às 3 horas da madrugada da quarta-feira, dia 30 de setembro.

O salário pretendido para este ano era de Cr\$ 13.940,30, alegando que o aumento da produtividade se deu em torno de 12,8%. O TRT decidiu conceder um salário unificado para toda a categoria de Cr\$ 12.852,60, considerando 4% no aumento de produtividade. A Fetape utilizou documentos da Embraer, Embraça, e da própria Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (proprietários de terra que vendem cana às usinas) para demonstrar que a produtividade dos trabalhadores poderia ser calculada “por baixo”, em torno de 12%. Para pedir aumento do preço da cana, os fornecedores argumentaram ao IAA e governo federal, em maio deste ano, que “o aumento da eficiência dos trabalhadores no corte da cana havia resultado num aumento de produtividade em torno de 35% já que esta tarefa representa 40% da produção em cálculos dos próprios empresários, a Fetape ponderou uma média de 12% no aumento da produtividade este ano.”

Na opinião do assessor técnico da Fetape, economista Reginaldo Muniz, “esta ainda é uma estimativa conservadora”, desde que os trabalhadores tiverem que considerar por falta de dados que a produtividade nas demais tarefas teria sido de zero. Ainda segundo dados do documento dos fornecedores, para conseguir do governo aumento do preço da cana, os trabalhadores encontraram subsídios para as suas argumentações:

A produção diária do trabalhador no corte da cana plantada para terrenos com declividade entre 0 e 15 era de 2 toneladas em 1980 e, em 1981, atinge 2,5 toneladas.

Usineiros e os benefícios do governo

Apesar de chorarem a crise que, segundo os usineiros de Pernambuco, “também atinge a indústria açucareira” a despeito da competição que travam há várias décadas com o setor açucareiro do Sudeste — 35 usinas do Estado são responsáveis por 80% da pauta de exportações do porto do Recife.

Estas empresas receberam 6 bilhões de cruzeiros em subsídios para a cana de açúcar no período de 71 a 81, segundo dados do IAA. Secretaria da Fazenda de Pernambuco e Banco Central. E a situação das usinas se não é excelente em relação à de Alagoas e a de São Paulo, pelo menos os seus donos estão muito bem financeiramente.

Grande parcela do capital originado da indústria açucareira é largamente investido no setor imobiliário e no do capital financeiro do Recife.

O DIEESE elaborou um documento onde demonstra que no período 79-81 os preços da cana cresceram mais do que a inflação, mais do que os custos de produção e mais do que os salários dos trabalhadores da lavoura. O montante dos subsídios concedidos aos produtores da cana — através de crédito — daria para pagar 72 mil trabalhadores com o salário mínimo regional. Além disto, o governo estadual vem pagando também juros altíssimos ao BNDE pelos 6 bilhões de empréstimos para a

construção de estradas que ligam os engenhos às usinas e estas às rodovias. O que demonstra, segundo a Fetape, que o setor açucareiro em Pernambuco continua sendo o grande beneficiado pelo governo federal e estadual. Nenhum outro setor agrícola o supera na parcela de créditos que detém:

Cana — 24%;
Mandioca — 13%;
Feijão — 11,5%;
Milho — 6,3%;
Algodão — 4%;
Café — 2,2,2%;

Fascistas atacam novamente

No Rio de Janeiro uma nova onda de ameaças terroristas, duas delas concretizadas, estão mostrando que o acobertamento destes criminosos pelo regime militar e a falta de resposta eficaz e decidida por parte da oposição estão abrindo caminho a estas ações. No dia 24 passado, o senador Saturnino Braga ocupou a tribuna do Senado para denunciar o seqüestro da psicóloga Magali Salomão, mulher do engenheiro e diretor do Clube de Engenharia, Luis Alfredo Salomão, que é também o coordenador de sua campanha política ao governo do Estado.

Este foi um dos casos mais graves ocorrido recentemente. Mas vários parlamentares e em especial seus familiares vêm sendo ameaçados constantemente, mas têm evitado as denúncias públicas, com o argumento principal de que não desejam semear o pânico. O deputado Paulo César Gomes, líder do PMDB na Assembléia Legislativa, após o seqüestro de Magali Salomão, resolveu divulgar pela tribuna da Assembléia as ameaças que ele e sua mulher vêm recebendo há cerca de um ano e meio. No dia 24, após várias ameaças, o marido da presidenta do diretório Regional do PT de Nova Iguaçu também foi vítima de um grave atentado. As ameaças e os atentados têm repetido a tática usada contra o senador Marcos Freire. Os terroristas estão atingindo principalmente os familiares das pessoas visadas, esperando obviamente ser esta uma forma mais eficaz de atemorização.

Impunes, como no caso Riocentro, agem às claras, acobertados pelo regime. Covardemente agora ameaçam crianças e seqüestram mulheres

Márcio Bueno, do Rio

O seqüestro de Magali ocorreu no dia 9 passado, após 2 meses de ameaças, período em que os terroristas demonstraram conhecer em detalhes a vida da família, inclusive as escolas em que estudam as filhas do casal. A psicóloga foi seqüestrada às 3 horas da tarde, na rua Voluntários da Pátria, uma das mais movimentadas do bairro de Botafogo. Foi obrigada a entrar no Opala dos dois seqüestradores, que após dar algumas voltas pela cidade, dirigiram-se para um local deserto da Barra da Tijuca. Lá obrigaram-na a se despir e submeteram-na a todo tipo de humilhações. Em seguida, voltaram a Botafogo, deixando-a próxima do ponto em que a seqüestram.

Disseram então que a ação tinha sido uma simples advertência para mostrar que de fato existiam. Se o marido insistisse em suas atividades políticas, iriam ao assassinato.

Toda a ação foi desenvolvida com muita segurança. Os terroristas seqüestraram sua vítima em uma rua movimentadíssima, rodaram algum tempo pela ci-

dade, dirigiram-se a um local (20 quilômetros do ponto inicial) e ainda retornaram à rua Voluntários da Pátria. Durante os telefonemas de ameaças demonstraram contar com um serviço de informações muito eficiente, pois conheciam todos os passos da família. Todos estes detalhes levaram o senador Saturnino Braga a concluir que se trata de profissionais, que podem fazer parte de crime organizado do Rio, "ligados ao governo do Estado", ou de grupos dos órgãos de segurança, "que tenham agido com ordem oficial". A especulação não tem nada de anormal. Chagas Freitas tem dito a empresários do Rio que as eleições de 82 não serão realizadas. Além disso, o Rio tem sido o palco principal dos terroristas, que agem com uma desenvoltura incomum. O atentado ao jornal **Tribuna da Imprensa**, que fica a menos de 50 metros da Secretaria da Segurança, foi um dos mais significativos. O escandaloso atentado do Riocentro contribuiu para deixar a situação ainda mais clara, pois os criminosos receberam toda a proteção possível, tanto das autoridades militares, quanto das policiais (recorde-se a

famosa entrevista do secretário de segurança, general Waldir Muniz).

No caso do seqüestro de Magali, houve um outro detalhe que fez aumentar as suspeitas de que se trata de terrorismo oficial. No dia seguinte, o senador Saturnino Braga e Luiz Alfredo Salomão pediram providências ao delegado geral da polícia do Rio de Janeiro, Rogério Mont Karp.

Este lhes prometeu iniciar as investigações e manter proteção policial durante 24 horas por dia para a vítima, o que deveria se iniciar no dia seguinte (11/9), às 7 horas da manhã. As 7:30 horas deste dia a segurança não havia chegado — só chegaria às 8:00 horas — e Magali resolveu sair para levar suas filhas ao colégio. Quando se preparava para sair um dos seqüestradores se aproximou e lhe disse que não adiantava recorrer a proteção policial (note-se que a imprensa não havia divulgado nada) "porque até 1982 haveria muito tempo".

Ordenou que não olhasse para trás e entrou num Chevette dirigido por uma mulher, que saiu em alta velocidade, impossibilitando a anotação da placa.

Saturnino Braga resolveu denunciar o atentado somente depois de 15 dias, porque as ameaças voltaram a ocorrer e a polícia não tinha conseguido nenhuma pista dos autores. No caso do Riocentro, Saturnino também havia confiado nas autoridades, desestimulando a segunda manifestação que havia sido programada e denunciando grupos radicais do PMDB de tomarem iniciativas em nome do partido. Os fatos parecem estar mostrando não ser esta a tática adequada. O delegado Borges Fortes, diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, está agora cuidando do caso e deixando evidente qual será o seu desfecho.

Uma de suas primeiras iniciativas foi repreender Luis Alfredo Salomão por ter divulgado os retratos falados dos seqüestradores. E já deu sua opinião: a seu ver houve seqüestro político. "Ela não é política.

É apenas a mulher de um dos que trabalham com o senador." Diante deste quadro, Magali Salomão e suas filhas foram obrigadas a sair do Rio de Janeiro, permanecendo em local ignorado, porém a salvo dos terroristas. A situação não deixa de ser exdrúxula. Enquanto os criminosos agem com toda a segurança, à luz do dia, as vítimas são obrigadas a viver na clandestinidade.

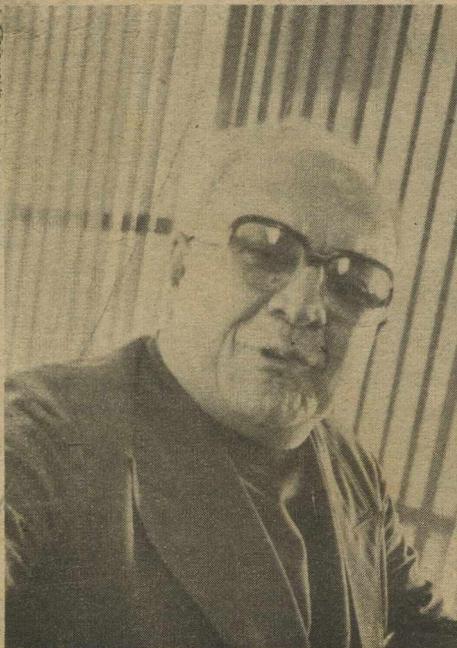
No atentado de Nova Iguaçu foi atingido o marido da presidenta do diretório Municipal do PT, Maria José, que há algum tempo vem denunciado as ameaças telefônicas e por carta que tem recebido, além de estar sendo seguida constantemente. Na noite do dia 24, sua casa foi invadida por 3 pessoas, que se atracaram com seu marido, dando-lhe três tiros — dois acertaram em uma de suas pernas e o terceiro na cabeça, pegando de raspão. Na mesma época as casa de dois de seus filhos foram assaltadas. A defesa de Maria José será a denúncia ampla e a antecipação do lançamento de sua candidatura à prefeitura de Nova Iguaçu. Os demais partidos da cidade se comprometeram a denunciar o fato e o bispo, d. Adriano Hipólito, preparou uma nota para ser lida em todas as missas.

5 anos depois do atentado a D. Hypólito

No dia 20 passado, completou cinco anos o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito. O maior atentado contra a igreja desde que D. Pero Fernandes Sardinha foi devorado pelos índios caetés, conforme expressão de D. Avelar Brandão, continua absolutamente impune, apesar de todas as denúncias levantadas neste período. A comemoração destes cinco anos esteve a cargo dos próprios terroristas, que praticaram um atentado a tiros na própria cidade de Nova Iguaçu e um outro seqüestro no Rio de Janeiro (veja matéria ao lado).

Em dezembro de 1979, Movimento publicou uma minuciosa reportagem baseada em depoimentos de militares, onde figura como principal acusado pelo atentado contra D. Adriano o tenente-coronel José de Ribamar Zamith. A diocese de Nova Iguaçu encomendou dez mil encartes da matéria a Movimento e distribuiu-os amplamente na cidade. Uma semana depois, em uma ação com as características ao mesmo tempo de represália e de desafio, os terroristas explodiram uma bomba de alta potência na catedral da cidade. No local foram deixados panfletos assinados pela Vanguarda de Caça aos Comunistas. Embora com outros termos o conteúdo do documento era idêntico ao da nota distribuída pela Aliança Anticomunista Brasileira durante o seqüestro do bispo. Ambos con-

Luis Humberto/Agência F4



D. Adriano Hypólito

denavam o comunismo, por ser uma doutrina importada, combatiam o governo, por ser covarde, corrupto e vendido aos interesses estrangeiros e defendiam o nacionalismo. Não haviam como desvincular os autores do seqüestro e do atentado à bomba, que fizeram questão de deixar clara a sua linha nacionalista-fascista.

Os atentados contra a sede da OAB e contra a Câmara Municipal do Rio também foram assumidos pela Vanguarda de Caça aos Comunistas, em carta enviada ao Jornal do Brasil. O conteúdo desta carta também é idêntico ao das anteriores. Mas nada disso despertou a atenção dos responsáveis pelo "rigoroso inquérito" então instau-



Ten.-Cel. José Ribamar Zamith

rado. Como a demonstrar que o regime militar não tem condição de incriminar pessoas com as quais está comprometido até a medula.

Quando explodiram as bombas do Riocentro, novos e valiosos elementos vieram juntar-se às evidências já constatadas. Descobriu-se, por exemplo, que as ações do Doi-Codi, ao qual pertencem os terroristas, são coordenadas pela II seção do I Exército. E que surpresa: um dos integrantes da II seção é exatamente o tenente-coronel José de Ribamar Zamith, que aliás participou abertamente das honras fúnebres ao sargento Guilherme Pereira do Rosário.

O discurso de Lula, na convenção do PT

O discurso de Lula, sem dúvida nenhuma é o que melhor define a linha do PT, desde a sua fundação. "O PT — diz Lula — é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massas de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça".

Depois de abordar os principais pontos programáticos do PT — com ênfase na questão da terra, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, Lula faz uma advertência aos duplos militantes: "nunca pedimos, nem pediremos atestado ideológico de ninguém. Interessamos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessamos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos jamais que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do próprio partido".

Para finalizar, Lula diz que o PT defende uma proposta de transformação socialista. "O PT não poderá jamais, representar os interesses do capital", afirma Lula.

"Nós do PT sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do partido. E por isso sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária (...) que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?"

Mas, qual socialismo? Pergunta e responde o próprio Lula: "não nos convém adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Também não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo".

Para o PT, este socialismo será definido por "todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar (...) o socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém".

"O socialismo que nós queremos — finaliza o discurso de Lula — irá, se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

PARTIDO DOS TRABALHADORES

A 1ª Convenção Nacional

Com a realização de sua primeira convenção nacional no último dia 27, em Brasília, o Partido dos Trabalhadores (PT) tornou-se apto a obter o registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já concedido ao PDS, PMDB, PP, PTB e PDT. Como o PT foi um dos partidos que mais enfrentaram dificuldades para se legalizar — inclusive por causa de dissensões internas aparentemente superadas, foi com justificada euforia que os petistas cantaram, durante a convenção, a música "Taí", com a letra adaptada: "Taí, eu dizia que o PT ia sair/só você é que não quis acreditar/venha ver, venha ver o PT se organizar".

A euforia, aliás, marcou a convenção do PT do começo ao fim. No sábado, dia 26, aconteceu a pré-convenção, nutrida por um churrasco oferecido aos convençionais no Clube da Imprensa, às margens do lago Paranoá.

A convenção propriamente dita, formal e legal, foi realizada no recinto do Senado Federal e acompanhada por uma observadora da justiça eleitoral.

Pela manhã, 47 dos 51 convençionais aptos votaram o manifesto, o programa e os estatutos do partido e escolheram o Diretório Nacional (ver matéria ao lado). Depois do almoço, até às 15:30 horas, o sindicalista gaúcho Olívio Dutra presidiu uma sessão de debate interno. Falaram, entre outros, o índio Marcos Terena, presidente da União das Nações Indígenas — vivamente aplaudido —, a atriz Beth Mendes, que abordou o processo cultural nos últimos 17 anos, a líder negra Lélia Gonzales, o procurador Hélio Bicudo e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh.

A execução do Hino Nacional deu início à última parte da convenção, agora presidida por Luís Ignácio da Silva, o Lula. Da mesa fazem parte o deputado espanhol pelo Partido Socialista Operário (PSOE), José Valentin Anton e o senador Almerino Milani, do Partido Comunista Italiano. Nas primeiras filas, vários representantes do PMDB e do Partido Democrático Republicano e até mesmo um deputado do PDS do Maranhão (na parte da manhã compareceram representantes do PP e do PDT). À esquerda, na tribuna de honra, 16 diplomatas estrangeiros são anunciados pelo secretário-geral do PT, Jacó Bittar: os embaixadores da Hungria, Polônia, Bulgária, Líbia e Síria e os representantes da OLP, Farid Sawan (Aplaudido de pé, quando seu nome é anunciado. Mais tarde, inclusive, Sawan não se furtou a fazer um pronunciamento de saudação ao PT), de Portugal, República Democrática Alemã, França (muitos gritavam: "Viva o Mitterrand"). Iugoslávia, Dinamarca, Tchecoslováquia, Costa do Marfim (também muito aplaudido), Inglaterra, Itália e Venezuela.

O deputado Airton Soares, líder da bancada do PT na Câmara, saudou os estrangeiros: "O PT inaugura não só um novo estilo na República Nacional mas também na Internacional", diz solicitando que os diplomatas transmitam a seus governos a verdadeira realidade ao partido, cuja origem "é o terceiro mundo".

A palavra é então franqueada a José Carlos Aleixo, do PDR e ao senador Teotônio Vilella, do PMDB, anunciado por Lula como "esse companheiro, que embora representante de outra agremiação e de outro setor social, por diversas vezes impediu que os trabalhadores fossem mais massacrados ainda

Convenção marcada por grande euforia e presenças importantes

Antonio Carlos Queiroz

pela polícia na greve de São Bernardo".

"Trago a saudação de 44 anos de luta de uma entidade que não poderia estar ausente num momento de grande importância — É Aldo Rebelo; presidente da UNE quem está na tribuna — num momento que marca a própria história da luta do povo brasileiro, da luta dos trabalhadores, da luta da classe operária, pela sua liberdade de organização e expressão".

Os oradores são interrompidos pelo coro "1, 2, 3, 4, 5 mil, façamos o PT o maior partido do Brasil", ou, "queremos o PT governando o Brasil".

Agora, é a vez dos pronunciamentos dos convidados especiais, o deputado espanhol e o senador italiano, José Valentin Anton fala em espanhol, sem o

auxílio de intérprete, e consegue cativar os presentes ao contar a história do seu partido, o PSOE, nascido dos embates sindicais, semelhante a do PT. O próprio Valentin é metalúrgico, sindicalista membro da União Geral dos Trabalhadores da Espanha. Já o senador Milani trouxe o discurso por escrito, em nome de "1.800.000 comunistas italianos", e que é traduzido simultaneamente pela atriz Lélia Abramo. Milani, que também foi metalúrgico, convida uma delegação do PT a visitar a Itália e finaliza formulando votos de que "vós sabereis construir com o pessimismo da razão e com o otimismo da vontade, como dizia o fundador do nosso partido comunista, Antonio Gramsci, um novo, democrático e maior Brasil".

A convenção, chega, então ao seu ponto culminante, que é o discurso de Lula. Antes de começar a ler as 15 laudas preparadas por uma comissão do partido, Lula tem que se livrar de um inoportuno nordestino que vai a tribuna apresentá-lo com a estatueta de um jumento, segundo o nordestino, "símbolo do trabalho".



Lula, na convenção: "um partido que nasce das greves e das lutas"

O Diretório Nacional do PT

TITULARES

Presidente
LUIS IGNÁCIO DA SILVA
Metalúrgico, sindicalista, ex-presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

1º Vice-presidente
OLÍVIO DUTRA
Bancário, sindicalista, ex-presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre — RS.

2º Vice-presidente
MANOEL DA CONCEIÇÃO
Ex-líder sindical camponês, ex-exilado.

3º Vice-presidente
APOLÔNIO DE CARVALHO
Ex-dirigente do PCB e PCBr.

Secretário Geral
JACOB BITTAR
Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia

1º Secretário
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA
Deputado Federal pelo Mato Grosso do Sul.

2º Secretário
FRANCISCO CORREIA WEFFORT
Jornalista e sociólogo — São Paulo.

Tesoureiro
CLÓVIS DA SILVA
Arquiteto, sindicalista, presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul.

HÉLIO DOYLE
Jornalista, sindicalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.

LUIS SOARES DULCI
Professor, presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.

JOSÉ IBRAHIM
Ex-líder sindical metalúrgico (greve de Osasco), ex-exilado.

SUPLENTES

HÉLIO BICUDO
Advogado.

HELENA GRIECO
Advogada.

LUIS EDUARDO GREENHALG
Advogado.

RUBENS OTONI
Comerciário, ligado aos Movimentos Pastorais da Igreja, em Goiás.

Mar de lama no café society

O **Jet Set** brasileiro ficou escandalizado na semana passada quando a sua colunista favorita, Consuelo Badra, marcada com feios hematomas sobre o rosto, convocou a imprensa para denunciar que fora vítima de um seqüestro, no último dia 25. Badra contou que depois de apagar durante uma noite num restaurante do Lago Sul, seu ex-amante, o garoto Antonio Venâncio da Silva Jr, ajudado pelo motorista e leão de chácara Delmir Fonseca Borges, levou-a sob a mira de um revólver para o apartamento 106 do **Sia Park Hotel**. Lá foi espancada, fotografada nua, algemada e com um tampão de esparadrapo na boca e além disso ameaçada de morte, tudo para prometer que não iria mais escrever sobre a conhecida corrupção que grassa no Instituto Brasileiro do Café (IBC) dirigido pelo embaixador Otávio Rainho, amigo da família Venâncio.

O próprio Venâncio — filho de um dos maiores milionários de Brasília — contou sua versão sobre o incidente. Negou o seqüestro, afirmou que o hematoma sobre os olhos de Consuelo Badra foi causado por um escorregão, depois que a colunista bebeu, sozinha, uma garrafa de vinho e disse que toda a história foi inventada, “um plano diabólico para aparecer, uma vez que está com a vida profissional ameaçada, depois que foi demitida da revista **Manchete**, onde trabalhava e está para ser mandada embora do **Jornal de Brasília**”. Venâncio contou que seu caso com a jornalista começou em novembro. Antes, ele transava com sua filha, Ana Cláudia, de 18 anos.

Durante a entrevista que concedeu à imprensa, Venâncio entrou várias vezes em contradição: negou que jamais havia batido em ninguém e em seguida admitiu ter dado uns safanões em Consuelo há três meses. Ele mostrou uma fotografia de Consuelo, no verso da qual

Altas figuras da República envolvidas num rocambolesco seqüestro de uma colunista social que tem amigos muito importantes

há um bilhete em que ela assina “Caca”, para provar que Badra estava apaixonada e queria fisgá-lo num casamento. Venâncio negou que tivesse feito pressões para que Consuelo parasse de escrever contra o IBC, admitindo porém que realmente chegou a pedir-lhe isto, apenas por amizade ao embaixador Otávio Rainho e a seu filho, Otavinho, de quem fora colega de estudos na França e na Suíça. Para complicar a história, Venâncio acusou o jornalista Vicente Limongi Neto — informante do jornal **Tribuna da Imprensa**, do Rio de Janeiro e um dos maiores colaboradores de Consuelo Badra — de passar as notícias contra o IBC para a jornalista. Limongi, segundo Venâncio, inclusive esmurrou o embaixador Otávio Rainho, no último mês de agosto, durante a inauguração da boate Sherezade, no Torre Palace Hotel, em Brasília. No palco apresentava-se Caubi Peixoto: Cantei, Cantei, como é cruel cantar assim...

Em resposta, Vicente Limongi confirmou a briga da boate e revelou, em detalhes, uma série de atos de corrupção praticados pela atual diretoria do IBC, sugerindo que o governo mande investigar os seguintes casos:

1) Quais os motivos que levaram o presidente do IBC a não fechar os registros de exportação de café no mês de junho de 1979, quando houve uma forte queda no país, afetando a produção daquele grão? Segundo Limongi, Rainho



Consuelo Badra, a vítima

permitiu que seus amigos realizassem vendas frias do produto no valor de US\$ 600 milhões a hipotéticos compradores estrangeiros somente no dia 1 de junho daquele ano. Neste ano, sempre segundo Limongi, a operação irregular voltou a ocorrer.

2) Os favorecimentos proporcionados por Rainho à **Green Coffee**, com sede em Lugano, Suíça e a outras firmas estrangeiras, entre elas a Lavaza e a Monte-

fiori, italianas. Limongi pergunta: por que a Pancafé foi desativada para possibilitar o acordo do café com Londres? Ele mesmo responde: a Pancafé teria sido vendida a preços baixíssimos para a Green Coffee.

3) O crescimento rápido e suspeito da firma de Jota Marino, grande produtor cafeeiro do Paraná, dono do Café Itamaraty em Londrina. Marino é ligado a Rainho e ao seu chefe de gabinete, Guilherme Braga.

4) A caixinha do consumo interno de café: segundo Limongi a caixinha comandada pelo diretor Puliti e por Guilherme Braga, funcionaria desta maneira: só os que colaboram com ela têm direito a cotas extras de café, a preços subsidiados e agora aos financiamentos do governo.

Quais seriam, agora, os motivos reais de toda esta confusão, semelhante às melhores histórias da Máfia? Segundo Movimento apuro, tudo começou com a firma montada por Consuelo Badra — com a colaboração de outros jornalistas, entre os quais, Vicente Limongi, Hélio Fernandes, Gilberto Amaral e Adirson de Barros — para promover personalidades tipo Ney Braga em suas colunas, em troca de algumas comissões. Fontes do próprio IBC disseram que o órgão começou a ser atacado por esses jornalistas depois que o instituto se recusou a assinar um contrato de publicidade com a firma de Consuelo, no valor de US\$ 12 mil dólares mensais.

Como o IBC está cheio de rabos de palha, bastou uma faísca para provocar a fogueira. Esta deverá ser ainda mais avivada nesta semana: na terça-feira o jornalista Hélio Fernandes deporá na CPI do Café, instalada na Câmara dos Deputados. Fernandes está prometendo uma bomba contra o IBC.

(Antonio Carlos Queiróz)

SUCESSÃO

Golbery quer rebaixar Medeiros a sargento

Na luta pela substituição de Figueiredo, o general Medeiros perde pontos para Golbery, Geisel, Walter Pires e Figueiredo...

Uma alta autoridade do governo ligada ao chefe do SNI, general Octavio Aguiar de Medeiros, disse na semana passada de que não tem mais dúvida de que Figueiredo terá realmente de fazer a operação de ponte de safena, o que impedirá seu retorno ao governo neste ano. “Mas volta recauchutado para assumir as eleições”, afirma. Entre os grupos do governo, o chefe do SNI era o que mais relutava, até então, em aceitar a hipótese de que Figueiredo pudesse permanecer em convalescença por um período superior aos dois meses inicialmente fixados.

Segundo pessoas ligadas ao general Golbery, o general Medeiros realmente estava contrário à posse do vice-presidente Aureliano Chaves. Defendia a adoção de um esquema semelhante ao adotado nos Estados Unidos quando Reagan foi baleado, sugerindo que se instalasse um aparato do governo nas proximidades do quarto onde o presidente estava internado, de forma que uma junta oficiosa dirigisse o governo dali, sem que fosse declarado o impedimento provisório do presidente. Com este objetivo, Medeiros alugou dois andares do Hotel Othon e chegou a transferir vários serviços do SNI para lá. O seu plano fracassou, ainda segundo estas versões, devido à interferência do próprio presidente da República. Informado dos acontecimentos através de seus irmãos, os generais Diogo e Euclides Figueiredo, o presidente deci-

diu se licenciar e dar posse ao vice-presidente Aureliano Chaves, encarregando os seus irmãos de comunicarem sua decisão ao general Medeiros. A participação dos irmãos do presidente no episódio foi fundamental, o que explica o gesto de Aureliano Chaves em procurá-los pessoalmente para agradecer-lhes.

O fracasso dos planos do general Medeiros também se deveu a posição intransigente do general Walter Pires, ministro do Exército, contra a idéia da junta. “Não contem comigo para uma junta”, teria dito Walter Pires ao chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, num claro recado para o general Octavio Medeiros, com quem desenten-

deu-se seriamente logo após o episódio da demissão do general Golbery.

O general Golbery parece obcecado pela idéia de arrasar as pretensões do general Medeiros de chegar à presidência da República em 1985. Normalmente, Golbery costuma extravasar seu sentimento de ódio a alguém através de uma risada ao se referir à pessoa. Em relação a Medeiros, porém, não está conseguindo se conter. “Eu vou reduzi-lo a sargento”, diz a amigos.

O nome mais falado do grupo para a presidência é o presidente da Itaipu binacional, Costa Cavalcanti, considerado um excelente candidato por ter excelente diálogo com o ex-presidente Geisel e manter estreitas relações com o

ex-presidente Médici. Outro nome mencionado pelos membros do grupo, surpreendentemente, é o general Coelho Neto, atual chefe do gabinete do ministro do Exército. Pelo visto Golbery está disposto a fazer aliança até com o diabo, desde que consiga derrotar a candidatura Medeiros, ou então o lançamento do nome do general Coelho Neto é uma manobra para incompatibilizar estes dois expoentes da linha-dura.

Uma outra informação relevante sobre a substituição de Figueiredo: nos contatos que promoveu com empresários para fortalecer o seu esquema de sucessão, o general Geisel apresentou críticas à velocidade da abertura; disse que Figueiredo tinha se precipitado com o lançamento da campanha eleitoral, estimulando com isso a oposição, que poderia surpreendê-lo com uma proporção de votos superior à de 74. O “trabalho” de Geisel com vistas à sucessão de Figueiredo é significativo. Para as conversas foram convidados também empresários fora do eixo Rio-São Paulo alguns dos quais nunca haviam sido convocados para reuniões desse tipo.

Outra informação sobre a articulação Geisel-Golbery: o almirante Bierrenbach do STM votou provavelmente à continuação do inquérito sobre o Rio-centro, como era intenção dos “aberturistas”.

Marcos Paiva e Raimundo Pereira

Hora do salve-se quem puder

Há tempos não se assistia uma reunião tão interessante na comunidade financeira internacional. A 36ª reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que terminou na sexta-feira passada quebrou a rotina dos debates burocráticos que caracterizam estas instituições. A razão da mudança de ânimos nessa reunião de ministros das finanças: a dura crise do capitalismo no mundo, que está obrigando cada país a agir na base de cada um por si e do salve-se quem puder.

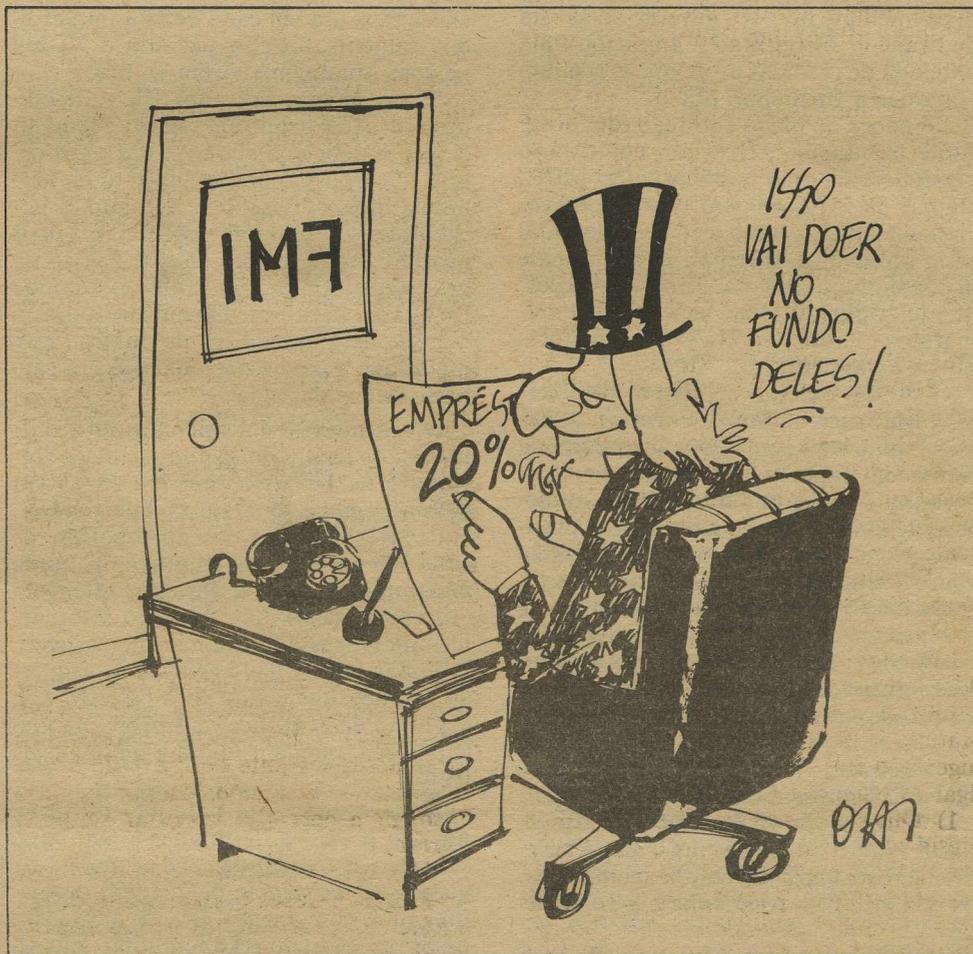
Foi exatamente este o tom dos pronunciamentos gerais. O presidente norte-americano Ronald Reagan não deixou a menor dúvida de suas intenções no seu discurso inicial. E, como os Estados Unidos ainda são a locomotiva da economia mundial, todos os ministros presentes à reunião tiveram de ouvir pensamentos desagradáveis pela boca de Reagan. Ele disse basicamente que para recuperar a economia mundial é preciso recuperar a economia americana, o que, dentro da lógica capitalista, é perfeitamente certo. Afinal, até os países industrializados dependem do mercado americano. Se não se cura a inflação americana, todos os outros países que dependem dos Estados Unidos continuarão importando uma inflação incontrolável. Mas, ainda dentro da lógica capitalista, os remédios de Reagan para combater a inflação não são de agrado geral.

Isso ficou muito mais claro nas reuniões da semana passada, quando Ronald Reagan tentou lançar em escala planetária a política de austeridade que vem aplicando dentro dos Estados Unidos. Reagan acha que o Estado não deve interferir muito no que ele chama livre jogo das forças econômicas — como se isto existisse num estágio de capitalismo monopolista. Acha Reagan que o mercado, se deixado em liberdade, se autorregulará naturalmente. Para ele, portanto, não tem sentido o Estado ficar fazendo investimentos sociais, porque eles não são produtivos, são apenas inflacionários, pensa ele.

Foi essa a filosofia que ele levou para o FMI e para o Banco Mundial. Ele acha que o Banco Mundial financia projetos sociais muito paternalistas e em condições financeiras muito privilegiadas. Por isso a mensagem de Reagan foi: os países do mundo devem se preocupar em pôr a casa em ordem — cada um por si — sem depender da ajuda e de facilidades de

Foi este o tom dos pronunciamentos na 36ª Reunião do FMI. Para Reagan, os países do mundo devem se virar sem FMI e Banco Mundial

Octavio Senna



instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Até aí tudo bem. O que os outros não concordam, como até o ministro Delfim Netto reconheceu na semana passada, é que a arrumação de casa nos Estados Unidos leve a uma desarrumação das casas dos vizinhos. É que Reagan está recomendando uma política contraditória para a grande maioria dos países. Pôr a casa em ordem em países como o Brasil significa — para eles — controlar o balanço de pagamentos. Os países chamados em vias de desenvolvimento terão es-

te ano déficits no balanço de pagamentos da ordem de 100 bilhões de dólares, com tendência a piorar. É, portanto, nesta conjuntura dramática, justamente, que Reagan vem propor a todos um sacrifício para recuperar a economia americana — como se o mundo periférico aos industrializados nunca tivesse feito nenhum sacrifício.

O que é pior é que Reagan propõe uma diminuição da ajuda e das funções do FMI — que é de reequilibrar balanços comerciais dos países associados — justamente num período em que esta

ajuda se faz mais necessária, devido às altas taxas de juros no mercado internacional — provocadas fundamentalmente pelos próprios Estados Unidos. Essa contradição levou os Estados Unidos a sofrer uma derrota a curto prazo. Em parte devido à posição brasileira, foi aprovado no comitê de ministros três propostas contrárias à posição americana: 1) o FMI vai poder emitir mais Direitos Especiais de Saque (uma espécie de moeda escritural) do que pretendiam os Estados Unidos. A proposta do chamado "Grupo dos 24" era da emissão de 12 bilhões de DES somente no próximo ano, o que foi, evidentemente, considerado apenas uma provocação (o total emitido desde 1969 é de 21,5 bilhões). Assim, abriu-se espaço para uma proposta intermediária do Brasil: a atual emissão de DES será prorrogada sem que se decida criar uma nova emissão. 2) Foi decidido também que poderão ser mais frequentes os aumentos de capital destas instituições, e que, em terceiro lugar, conservará a permissão do Banco Mundial para captar recursos no mercado privado para depois repassar aos Bancos Centrais dos países membros.

Mas os Estados Unidos ainda têm uma arma poderosa para colocar em ação. Reagan pode protelar a cobertura de sua cota nessas instituições, gerando uma situação de estrangulamento no FMI e Banco Mundial. Para se ter uma idéia das necessidades do FMI, os déficits comerciais dos países em vias de desenvolvimento serão de 100 bilhões de dólares este ano, mais 23 bilhões dos países industrializados. E os recursos do FMI são de apenas 60 bilhões de dólares. Assim, com o protelamento e diminuição da colaboração americana, a disputa pelos serviços do FMI será mais acirrada: esta instituição forçosamente terá de criar critérios mais rígidos. E, quem ficar fora desses critérios só terá uma opção para resolver eventuais impasses nos balanços de pagamento: recorrer aos bancos privados aceitando todas as condições do capital estrangeiro.

Estará assim realizado o que Reagan chamou em seu discurso de a "mágica" do mercado: as forças ditas "livres" da economia — os monopólios — terão toda liberdade para exigirem o que quiserem. Assim se verá o verdadeiro entreguismo. A menos, é claro, que o plano de Reagan funcione ao contrário, gerando mais revoltas que alinhamentos.

Como fica o Brasil sem FMI e Banco Mundial

Como o Brasil será atingido caso se concretizem as pressões americanas sobre o FMI e sobre o Banco Mundial? A curto prazo serão poucas as modificações. Para o Brasil ser "diplomado", isto é, ser considerado apto a se virar sozinho sem auxílio das taxas de juros privilegiadas do Banco Mundial, levará ainda pelo menos três anos. Até lá o

Brasil poderá continuar recebendo um fluxo anual da ordem de 800 milhões de dólares, a juros médios menores de 10% (no mercado financeiro privado os juros estão na casa dos 19,5%, mais taxas de risco). Esse dinheiro é empregado principalmente em projetos sociais ou de infra-estrutura, como transportes urbanos, saneamento, saúde, educação — projetos sem rentabilidade financeira, que não são financiados por instituições particulares como bancos.

Cortada esta fonte de financiamento, o Brasil terá duas opções: ou faz investimentos com recursos internos — que na lógica capitalista são inflacionários — ou simplesmente corta estes projetos. O Banco Mundial tem atualmente 54 programas em curso no Brasil, com contratos no valor de 4,26 bilhões de dólares. Isto é pouco se comparado com a dívida externa de 65 bi-

lhões de dólares. Mas acontece que sendo estes projetos em atividades mais ou menos públicas, um aumento de juros dos empréstimos para estes programas implicaria imediatamente em aumentos internos. Por exemplo: para pagar e para cumprir a política do Banco Mundial no setor de produção de energia elétrica, os consumidores brasileiros já estão desembolsando tarifas mais altas. Se o Brasil é "diplomado" no Banco Mundial, todos os projetos financiados por esta instituição serão obrigados a ter uma rentabilidade maior. Isso significa passagens de transportes coletivos mais caras, saúde mais cara, energia elétrica mais cara.

Mas, a médio prazo um fechamento e uma diminuição da flexibilidade das regras do FMI criará dificuldades para uma eventual ida do Brasil a esta instituição. Assim, no caso de um desar-

ranjo incontrolável no balanço de pagamentos do país, ficaria mais difícil para o Brasil recorrer ao FMI — instituição criada justamente para esta eventualidade. Restaria então ao Brasil, como espera Reagan, escancarar mais ainda as portas ao capital estrangeiro, que poderia impor condições mais abusivas ainda ao país, para renegociar a dívida externa.

Os Estados Unidos têm duas maneiras de forçar o FMI a restringir sua atuação. A primeira é ganhar sua proposta na votação, dentro do próprio FMI. Mas esse caminho não é garantido. O mais provável caminho adotado pelos EUA é um protelamento e diminuição das cotas americanas ao FMI. Com isso, o FMI terá menos recursos para cobrir o déficit de todos seus associados, restringindo sua ação. (O.S.).

O DESEMPREGO LÁ...

A Europa na rua da amargura

O desemprego assalta rapidamente a Europa: há mais de 9 milhões de desempregados; 1/3 só na Inglaterra

Julien Sorel, de Paris

A crise econômica, com seu rosário de misérias sociais, não é um fenômeno apenas brasileiro. Nesta página, dois aspectos dessa crise: 1) abaixo, nosso correspondente em Paris descreve o crescimento alarmante do desemprego nos últimos anos e em particular, nos últimos doze meses; 2) ao lado, contamos a história dos desempregados de São Bernardo, grande número deles voltando para o interior e, em alguns casos, recomeçando as lutas sindicais. É o caso do metalúrgico desempregado em São Bernardo que foi para o interior e lá ajudou a derubar um pelego.

O desemprego acaba de bater o recorde na Europa: 9.135.700 trabalhadores estão no olho da rua, em nove países do Mercado Comum Europeu. Em apenas um ano, entre agosto de 1980 e 1981, nada menos que 2,3 milhões de assalariados também passaram a encompridar as filas dos serviços estatais de assistência social, a esquadrihar com avidez as páginas de anúncios classificados dos jornais e a viver a incerteza de uma situação que na metade dos casos durará seis meses no mínimo e inúmeras vezes ultrapassa um ano.

Assim, de país em país da Europa, o desemprego entra cada vez mais na ordem do dia nas últimas semanas. "É sinistro", reconheceu Norman Tebbit, secretário de Estado para o emprego na Inglaterra, ao divulgar as estatísticas específicas sobre seu país, onde em Liverpool, por exemplo, a falta de trabalho está na raiz nos conflitos de rua entre jovens e polícia. Na Alemanha, as divergências sobre o peso do combate ao desemprego no orçamento da União para 1982 quase rompeu a coalizão governamental entre a social democracia de Helmut Schmidt e o partido liberal, no começo de setembro. Na França, o primeiro ministro Pierre Mauroy decretou que a resolução do problema é o assunto

mais imediato do novo governo socialista de François Mitterrand e anunciou uma batelada de medidas econômicas a serem adotadas a curtíssimo prazo.

"A época do pleno emprego está doravante terminada", frisa um comentário pessimista de uma publicação do MCE. Depois de 1973, ano em que se convencionou assinalar como o começo da atual crise econômica mundial, a quantidade de desempregados na Europa simplesmente triplicou. Hoje, eles são tão numerosos quanto o total de trabalhadores ativos na agricultura.

O último boletim divulgado pelo serviço estatístico do MCE, Eurostat, aponta a Inglaterra como o país disparado na frente em números absolutos, ou seja, roçando a baliza dos três milhões de desempregados, seguida pela Itália, França e Alemanha. (Veja o quadro abaixo sobre a situação em cada país).

Quanto à relação entre o número de desempregados e a população ativa, cifra que pode medir melhor as dificuldades econômicas do país, a Bélgica lidera com 12,6% de sua força de trabalho sem ter o que fazer. E, com respeito à velocidade de crescimento nos últimos doze meses, a Holanda apresenta a assustadora performance de ter visto o número de desempregados esticar em mais da metade, num curto espaço de tempo, acompanhada de perto pela Alemanha e a Inglaterra.

As diferenças regionais acentuam ainda mais a gravidade destas cifras, como é o caso da Holanda do Norte, onde mais da metade dos sem emprego se aglomera na capital Amsterdam. Na Inglaterra, também, Liverpool conta 30% de sua população na rua da amargura, enquanto o centro da cidade se define economicamente e a juventude se engalfinha nas ruas com a polícia. A cidade de Coventry, há vinte anos um centro industrial florescente, hoje não é mais que sua própria sombra: sobre 180 mil empregos



Emprego: procura nos anúncios classificados

existentes, um em cada dez foram perdidos somente no ano passado e 70 mil pessoas atualmente vivem de bico.

Se no começo dos anos 70, o desemprego era localizado em regiões economicamente débeis, a situação dez anos depois alastrou-se para o conjunto da economia dos países. Na Alemanha por exemplo, o desemprego era 20 vezes mais elevado nestas regiões do que nas zonas prósperas. Agora, esta relação tombou de quatro para um. No sul da Itália, a taxa de desemprego era de quatro vezes maior que a média nacional e agora caiu para menos da metade.

O contingente mais penalizado é o de jovens, de menos de 25 anos de idade. Na Itália e na Holanda, um em cada dois desempregados está nesta faixa etária. No contexto global dos nove países, de cada 100 pessoas sem emprego, 42 ainda não completaram os 25 anos. Além da crise econômica, há um outro fator determinando esse índice maciço da juventude nas portas das agências de emprego: o baby boom dos anos 60, isto é, a explosão demográfica na Europa naquele período, que hoje ajuda a render estes frutos.

Neste angustiante batalhão de gente nova, a presença da mulher é, em geral superior. Na Holanda, por exemplo, registra-se a existência de 201.900 desempregados com menos de 25 anos, dos quais 68% são do sexo feminino. Em alguns outros países a proporção é a seguinte: Inglaterra (55,9%); Itália (56,9%), França (48,5%). Contudo, no quadro geral dos desempregados, de todas as idades, a presença masculina ainda é ligeiramente superior (57,3%). De qualquer maneira, é um dado por demais preocupante, já que as mulheres representam apenas um terço da força de trabalho. Portanto, pode-se concluir que além dos jovens, a atual crise do desemprego penaliza mais as mulheres que os homens.

... E CA

ABC em ritmo de penúria

Em São Bernardo, a desilusão; a saída: a incerta migração

Fontes do ministério do Trabalho, dirigentes sindicais e a própria realidade se incumbiram de constatar: muitos são os trabalhadores que, desiludidos com a possibilidade de arrumar emprego no ABC paulista, resolveram voltar para sua terra natal, ou procurar outros locais bem distantes da outrora próspera terra do automóvel.

As agências de emprego, espalhadas pelo centro de São Bernardo, não mais ostentam placas indicativas de fartas ofertas de emprego.

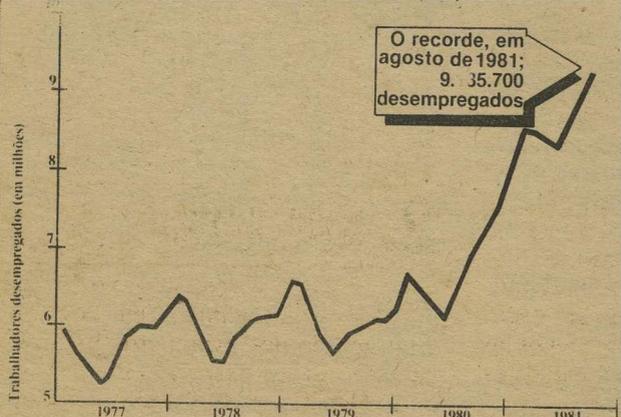
Quando as perspectivas de um novo emprego começam a demorar e o dinheiro recebido com a última indenização acaba, só existem duas saídas: ou o sujeito passa a viver de biscates, ou sai do ABC em busca de outra cidade onde o aluguel de uma casa seja mais barato e a disputa por um emprego não é tão acirrada.

Dados apresentados pelo ministério do Trabalho indicam — e até recomendam — uma fuga de trabalhadores para o interior. Segundo José Pastore, assessor econômico de Murilo Macedo, a agro-indústria será o único setor da economia a crescer mais de 6% ao ano, índice necessário para absorver a demanda de quase 2 milhões de brasileiros que anualmente ingressam no mercado de trabalho. No entanto, a política de combate à inflação, imposta não só por fatores internos, parece ser conflitante com qualquer possibilidade de crescimento capaz de absorver os 15 milhões de brasileiros que engordarão a força de trabalho no país até o final desta década.

Entre os trabalhadores que abandonam São Bernardo, muitos podem ser encontrados na Rodoviária do Glicério, em São Paulo, de onde partem os ônibus para o Norte e Nordeste. Existem casos como o do ajudante de pintor Severino José Lira, de 25 anos, solteiro, que de partida para Recife informava ter trabalhado cinco anos na General Motors, em São Caetano, e há mais de dois meses permanecia desempregado. Da Rodoviária do Glicério também partiu Adílio Alves de Lucena, cearense de Quixelô, ex-soldador na fábrica de baterias para veículos Vulcânia, em São Bernardo. Depois de quatro anos, voltava para sua terra natal, desistindo de procurar outro emprego em São Paulo.

Nas histórias dos que abandonam São Bernardo, nem tudo é tristeza. Em 1979, logo após a segunda greve na região, Norberto Alves da Silva, foi demitido da Aços Villares, onde era caldeireiro. Com mulher e quatro filhas para sustentar, e na lista negra dos patrões, Norberto mudou-se para Itu, cidade a 100 km de São Paulo. Ali, ele se deparou com um empedernido pelego, Benedito Godoy, na direção do Sindicato dos metalúrgicos locais há mais de 15 anos. Sob sua orientação, uma combativa chapa foi montada para disputar a direção daquele Sindicato, e acabou vencendo as eleições no último dia 24. (Mário Serapicos)

A MARCHA DO DESEMPREGO NA EUROPA (em nove países do MCE)



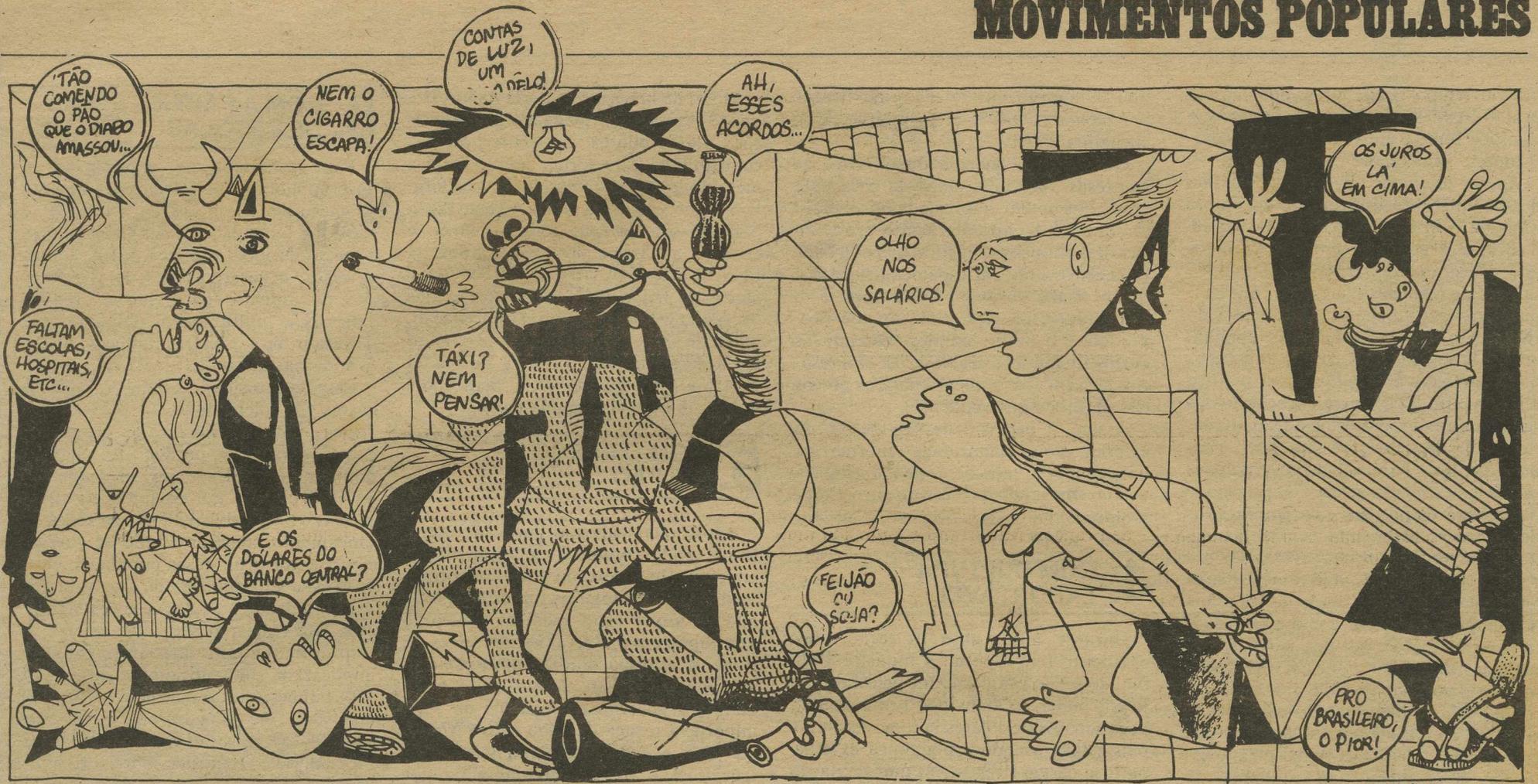
Fonte: Eurostat - MCE - 17/set/81 - Boletim "Chômage"

A Situação em cada país

Agosto de 1981

	Número de desempregados	Taxa de desemprego (% sobre a população ativa)	Crescimento (%) (em um ano de agosto de 80 a agosto de 81)
Alemanha	1.289.900	4,9	49,1
França	1.746.100	7,7	27,1
Itália	1.918.500	8,6	13,1
Holanda	407.000	7,8	55,6
Bélgica	513.400	12,6	23,2
Luxemburgo	1.438	0,9	46,3
Inglaterra	2.940.500	11,3	46,9
Irlanda	127.500	10,4	21,2
Dinamarca	192.400	7,3	22,5
Total	9.135.700	Média 8,3	Média 32,8

EUROSTAT — MCE — 17/set/81
Boletim: "Chômage"



DÍVIDA EXTERNA

VEJA COMO VOCÊ PAGA A DÍVIDA...

A dívida externa brasileira anda na casa dos US\$ 60 bilhões. Para pagar as parcelas que vão vencer este ano (amortização) o Brasil terá que pegar lá fora US\$ 8 bilhões. Além disso, há os juros da dívida que significarão uma sangria de pelo menos US\$ 7 bilhões. Somando as duas parcelas chegamos a US\$ 15 bilhões — ou seja, mais de Cr\$ 1,6 trilhão, o que corresponde a centenas de vezes o prêmio da Loteria Esportiva.

Os números são impressionantes, mas talvez você não fique muito preocupado com eles. Afinal, por mais que se fale na gravidade do problema da dívida externa, ele talvez lhe pareça algo muito distante, sem muita ligação com os dramas do seu dia-a-dia. Você já sua frio para pagar o aluguel em dia todo mês e garantir a grana para o supermercado. Não sobra nada do seu salário. Portanto, de uma coisa você está certo: do seu bolso é que não sairá o dinheiro para pagar a dívida ex-

A seguir, veja a presença da dívida externa no seu cotidiano e 12 maneiras pelas quais ela piora a sua vida e esvazia o seu bolso

Ricardo Bueno

terna. Mas aí é que você está enganado. A distante dívida externa, que segundo disse o general Figueiredo certa vez até lhe tira o sono, é uma presença incômoda no seu dia-a-dia e você paga caríssimo por ela. Ela ameaça o seu emprego, corrói o seu salário e contribui para alimentar a inflação. Ela obriga você a tomar café da pior qualidade, a pagar os olhos da cara por uma lata de óleo de soja e impede que você tome um táxi para chegar em casa ou compre um sapato de couro para fazer bonito nos fins de semana. A dívida externa prejudica até seu carnaval (principalmente se a sua folia é no Rio de Janeiro) e do jeito que as coisas vão daqui a pouco poderá até impedir você de tomar seu copinho de cachaça.

1. COM A RECESSÃO

A cada dia que passa há mais gente desempregada no Brasil, este ano. Dados do IBGE (um órgão oficial) mostram que atualmente em seis regiões metropolitanas (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) há mais de 900 mil desempregados contra cerca de 700 mil no ano passado. Isso sem falar num gigantesco exército de subempregados — pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana e ganham salários baixíssimos.

O que há? Por que tanta gente está na rua? Por que as empresas estão mandando cada vez mais gente embora? Por causa da recessão, ou seja, da brutal redução das taxas de crescimento da economia brasileira este ano. Basta dizer que de janeiro a julho de 81 a produção industrial caiu 4% em relação ao mesmo período do ano passado. Ou seja, as fábricas produziram uma quantidade menor de mercadorias do que em 1980. Ora, como estão produzindo menos as empresas precisam de menos empregados. E mandam gente embora.

Quem provocou essa situação foi o governo, que adotou deliberadamente a

recessão para que as empresas produzissem menos. Qual a justificativa oficial para isso? Ora, para produzir as empresas precisam importar máquinas, equipamentos, matérias-primas, componentes para as máquinas, queimar petróleo etc. Forçando-as a fabricar menos mercadorias o governo consegue que as empresas importem menos coisas para desenvolverem suas atividades produtivas. Conclusão: a recessão e o desemprego estão sendo feitos, principalmente, para reduzir as compras no exterior.

Para o governo isso é importante, pois importando menos e exportando mais o Brasil poderá ter um resultado positivo na balança comercial em 81 (essa balança registra as importações e exportações brasileiras). O raciocínio oficial é que alcançar resultados desse tipo durante vários anos é essencial para que a dívida externa não dispare com tal velocidade que o Brasil não tenha a mínima condição de pagá-la.

Deu para entender? Por trás da recessão, está o fantasma da dívida externa. Ela é que está impedindo centenas de milhares de trabalhadores de continuarem em seus empregos.

2. COM OLHO NOS SALÁRIOS

Ao adotar a recessão, o governo brasileiro está seguindo uma política de total agrado dos banqueiros internacionais — a quem devemos muitos bilhões de dólares. Esses banqueiros consideram a recessão essencial para alcançar bons resultados na balança comercial e ao

mesmo tempo combater a inflação. O brutal custo social dessa política, que significa fome e miséria para os trabalhadores, não move os banqueiros.

Apesar de seguir direitinho a cartilha dos banqueiros estrangeiros e do Fundo Monetário Internacional (FMI) o governo brasileiro em pelo menos um ponto os está desagradando: trata-se da política salarial de reajustes semestrais, que estipula também aumentos 10% acima do INPC para os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos. O que querem os banqueiros e o FMI? Que essa política seja substituída pela livre negociação dos salários entre empresários e trabalhadores. Nada de aumentos semestrais nem de percentuais fixados pelo governo para os reajustes, nada disso. O negócio é deixar que os patrões e os empregados determinem livremente as regras do jogo. Numa economia em recessão, como a brasileira atualmente, a livre negociação seria colocar a faca e o queijo nas mãos dos empresários, que em muitos casos teriam condições de dar apenas um reajuste salarial por ano e em níveis bem inferiores ao custo de vida. Isso também porque não há liberdade de organização sindical, de greve e outras. A tarefa dos empresários seria facilitada pela existência de centenas de milhares de desempregados, quase todos dispostos a trabalhar por salários inferiores aos que recebem as pessoas ocupadas.

A pressão contra a atual política salarial, que vem sendo feita pelo FMI e por vários setores empresariais, é abertamente estimulada pelos ministros Delfim Netto (do Planejamento), Ernane Galvães (da Fazenda) e Camilo Pena (da Indústria e Comércio), que querem arrochar os salários com mais rigor sob a alegação de que assim seria mais fácil combater a inflação. Porém mesmo que a política não seja mudada, os trabalhadores já estão levando na cabeça com a recessão. Em muitas empresas tiveram que aceitar reduções dos salários (e da jornada de trabalho), cortes nas horas extras e outras propostas desagradáveis. Isso sem falar na redução das possibilidades de sair de um emprego para ir para outro mais bem remunerado.

Assim a recessão — feita em nome da dívida externa — está provocando perdas salariais sérias para os trabalhadores. Perdas que poderão se agravar ainda mais, se a política recessiva for mantida em 82 (como tudo indica que será). Portanto, se seu salário minguou saiba que a dívida externa tem muito a ver com isso.

3. COM JUROS LA E CA

Para pagar a amortização e os juros da dívida externa — o governo precisa de dólares. Por isso, procura estimular as empresas estatais e privadas (tanto nacionais como estrangeiras) a buscarem empréstimos lá fora. Os dólares desses empréstimos quando entram no país ficam retidos no Banco Central, que os converte em cruzeiros que são, então, entregues às empresas.

Acontece que para forçar as empresas a buscarem recursos no exterior, o governo tem que agir de maneira que os empréstimos internos sejam mais caros que os empréstimos externos. Caso contrário, nenhum empresário se sentiria estimulado a pegar os recursos externos. O que faz o governo, então, em íntima colaboração com o sistema bancário? Manda os juros para os cornos da lua. Se os empréstimos externos estiverem custando, digamos, 120% ao

ano, os empréstimos internos não ficarão por menos de 140% e em muitos casos chegam a 250%.

Qual a consequência disso? Ora, as empresas pagam os olhos da cara pela grana que obtêm emprestada nos bancos (a situação é particularmente grave no caso das pequenas e médias). Seus custos financeiros crescem espetacularmente e quem acaba levando na cabeça é o consumidor, ou seja, cada um de nós. Por que? É muito simples. Quando os custos financeiros crescem, os empresários passam esse aumento para os preços dos produtos que vendem.

Assim, a necessidade de buscar no exterior uma quantidade enorme de dólares para "girar" a dívida externa acaba estourando no bolso do povo. Como sempre.

4. COM CULTURA EXPORTÁVEL

Durante vários anos os tecnocratas brasileiros (em especial o ministro Delfim Netto) se vangloriaram pelo fato do Brasil poder se endividar brutalmente, pegando rios de dólares lá fora. Assim, o país estava usando a poupança externa para se desenvolver — no que revelava, diziam os tecnocratas, notável esperteza.

A questão de pagar a dívida era descartada, considerada desprezível. Esse problema seria resolvido pela multiplicação das exportações. Multiplicação que aliás aconteceu, só que acompanhada por um aumento ainda mais acentuado das importações (o que acabou contribuindo para que a dívida externa crescesse como uma bola de neve).

Para inchar as exportações, o governo resolveu dar todos os tipos de incentivos aos agricultores (isto é, grandes fazendeiros) que se dedicassem a culturas voltadas para o mercado externo. Já as culturas destinadas ao mercado interno, a encher o estômago do povo brasileiro, foram totalmente desprezadas. Para as culturas de exportação passaram a ser canalizados os empréstimos baratos do Banco do Brasil, a juros muito inferiores à inflação. Empréstimos para plantar, para comprar tratores e fertilizantes, para armazenar a safra e dar ao produtor melhores condições de comercialização, etc. Toda a política agrícola privilegiava o esforço exportador.

Deu no que deu. A produção de uma série de alimentos consumidos pelo povo brasileiro começou a cair ou a crescer muito lentamente, gerando crises de abastecimento e provocando altas violentas de preços. Essa análise pode ser muito bem ilustrada pelo que aconteceu com a soja e o feijão. A soja é um sucesso; será este ano o principal produto brasileiro de exportação, batendo o café e gerando uma receita superior a US\$ 2 bilhões. Atualmente o Brasil é o segundo exportador mundial de soja, superado apenas pelos Estados Unidos.

Essa leguminosa, uma ilustre desconhecida no Brasil há 15 anos, teve uma ascensão retumbante. Sua produção cresceu a passos largos, passando de cerca de 1 milhão de toneladas em 1970 para mais de 15 milhões de toneladas no ano passado. Dados da Fundação Getúlio Vargas mostram que no período 1967/78 a produção de soja avançou 29,7% ao ano. E, em muitos casos, esse avanço foi feito às custas do feijão. Os grandes fazendeiros de soja compraram as terras dos pequenos produtores de feijão. E a produção de feijão começou a minguar, minguar, minguar...

Moral da história: a jogada de pagar a dívida externa multiplicando as exportações de produtos agrícolas acabou contribuindo para tornar menos farta a mesa do grosso da população brasileira. E o feijão não foi a única vítima dessa política suicida de gerar dólares e esvaziar a barriga do povo. Dados da FGV mostram na safra 1979/1980 que a oferta de feijão ficou 60% abaixo das necessidades de consumo da população, mas a de arroz também ficou 7,3% abaixo, a de mandioca 73,6%, a de batata 66,4% e a de banana 47%. Será que é preciso dizer mais alguma coisa?

5. COM O PREÇO DO PÃO

Agora que acabou a ilusão de que o Brasil pode continuar se endividando eternamente, o governo resolveu tomar medidas para conter as importações. Só que ao tomar essas medidas pouco se preocupou em preservar os interesses do povo. A retirada gradual dos subsídios ao trigo prova isso. A história é a seguinte: o governo em meados de 1980 importava a saca de trigo a Cr\$ 370,00 (já feita a conversão de dólares para cruzeiros) e vendia aos moinhos por apenas Cr\$ 96,00. Através desse subsídio o pão, o macarrão e a farinha de trigo eram relativamente baratos. Passaram, por isso, a ser amplamente consumidos pelo grosso da população, viraram comida de pobre.

Esses subsídios (ou seja, a diferença entre o alto preço de compra e o baixo preço de venda) custavam aos cofres públicos em 1980 cerca de Cr\$ 62 bilhões. Os tecnocratas oficiais começaram a achar que isso era dinheiro demais. Além disso, com o rápido aumento do consumo de trigo o Brasil passou a importar quantidades cada vez maiores desse cereal. Em 80 foram mais de 4 milhões de toneladas, que custaram cerca de US\$ 1 bilhão.

O que fazer, para evitar uma sangria tão grande? Como gastar menos dólares com as importações de trigo? O governo, a partir do segundo semestre de 80, decidiu retirar aos poucos os subsídios ao trigo. Como consequência os preços do trigo subiram 140% em 80 e os preços do macarrão e dos pães dispararam. Uma bisnaga que há pouco mais de 1 ano custava 5 pratos hoje sai por 14.

A medida é justa? Só seria se antes de retirar os subsídios, o governo tivesse adotado medidas para multiplicar a produção de substitutos baratos para o trigo ou montado esquemas para misturar o trigo e esses substitutos nos pães e macarrões cujos preços então não disparariam tanto. Nada disso foi sequer cogitado.

O curioso é que no mesmo dia em que o governo anunciava cortes nos subsídios ao trigo, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, dava uma "boa nova" aos exportadores num congresso realizado no Rio de Janeiro: para venderem mais lá fora, os exportadores contariam com novos subsídios que custariam aos cofres públicos Cr\$ 30 bilhões.

Com os exportadores o governo se mostrava generoso, dando subsídios. Do povo exigia que comesse o pão que o diabo amassou, cortando subsídios. O governo esperava assim aumentar as exportações e conter as importações. Mais uma vez a tentativa de salvar a balança comercial interferia na alimentação do trabalhador brasileiro.

6. COM A FALTA DE ESCOLAS

Para estimular as exportações o governo montou um intrincado esquema de incentivos (isenções de impostos) e subsídios (empréstimos aos exportadores a juros inferiores à inflação). Em ambos os casos, o governo deixa de arrecadar rios de dinheiro para que as vendas externas se multipliquem. Dinheiro que deveria ir para os cofres públicos, acaba ficando nas mãos das empresas.

Essa generosidade oficial é feita às custas da coletividade. O povo se sacrifica para beneficiar as empresas exportadoras. Sim, porque se recebesse o dinheiro que deixa de arrecadar o governo poderia por exemplo construir escolas e hospitais, melhorar as redes de saneamento, ampliar a rede de energia elétrica, construir casas populares, etc.

Para se ter uma idéia do que os incentivos e subsídios às exportações significam basta dizer o seguinte: em 81 os empréstimos a juros inferiores à inflação implicaram um subsídio de quase Cr\$ 160 bilhões. Se somarmos a isso os impostos que o governo deixou de arrecadar (Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Exportação, etc.) vamos chegar à conclusão de que a coletividade doou às empresas exportadoras uns Cr\$ 400 bilhões.

Pois bem, o tão badalado déficit da Previdência Social (que levou o governo a baixar um pacote de medidas, escaupelando os aposentados, para eliminá-lo) era de Cr\$ 150 bilhões. Cobrando alguns impostos sobre as exportações e reduzindo um pouco os subsídios, o governo conseguiria eliminá-lo.

7. COM DÓLARES ESTOCADOS

Na ânsia de captar recursos de qualquer maneira para pagar o serviço da dívida externa (amortização e juros) o governo monta esquemas inacreditáveis, que representam verdadeiras máquinas de jogar dinheiro no lixo. Nesse vale-tudo em busca de dólares o Banco Central estabeleceu o seguinte: as empresas podem pegar recursos lá fora e não utilizá-los imediatamente. Isso significa que uma empresa, por exemplo, que obtém um empréstimo de 100 milhões de dólares tem o direito de não transformá-los logo em cruzeiros para aplicar em atividades produtivas ou especulativas no Brasil.

Mas se esses dólares não são transformados em cruzeiros, o que acontece com eles? Ficam guardados nos cofres das empresas? Não, ficam guardados nos cofres do Banco Central. Mas o mais sensacional é que durante o período em que a empresa não utiliza os dólares, o Banco Central se responsabiliza pelo pagamento dos juros dos empréstimos que geraram esses dólares.

Atualmente há aproximadamente US\$ 9 bilhões "apodrecendo" nos cofres do Banco Central. Os juros que recaem sobre esses dólares são de 20% ao ano. Então, o BC paga de juros US\$ 1,8 bilhão. Cerca de Cr\$ 200 bilhões, portanto — para armazenar dólares inúteis, que dormem em berço esplêndido até que as empresas decidam colocá-los em ação.

O leitor atento terá percebido que esses Cr\$ 200 bilhões também dariam para cobrir todo o déficit da Previdência Social em 81 ou para construir escolas, hospitais, etc.

Pois é...

8. COM A CONTA DE LUZ

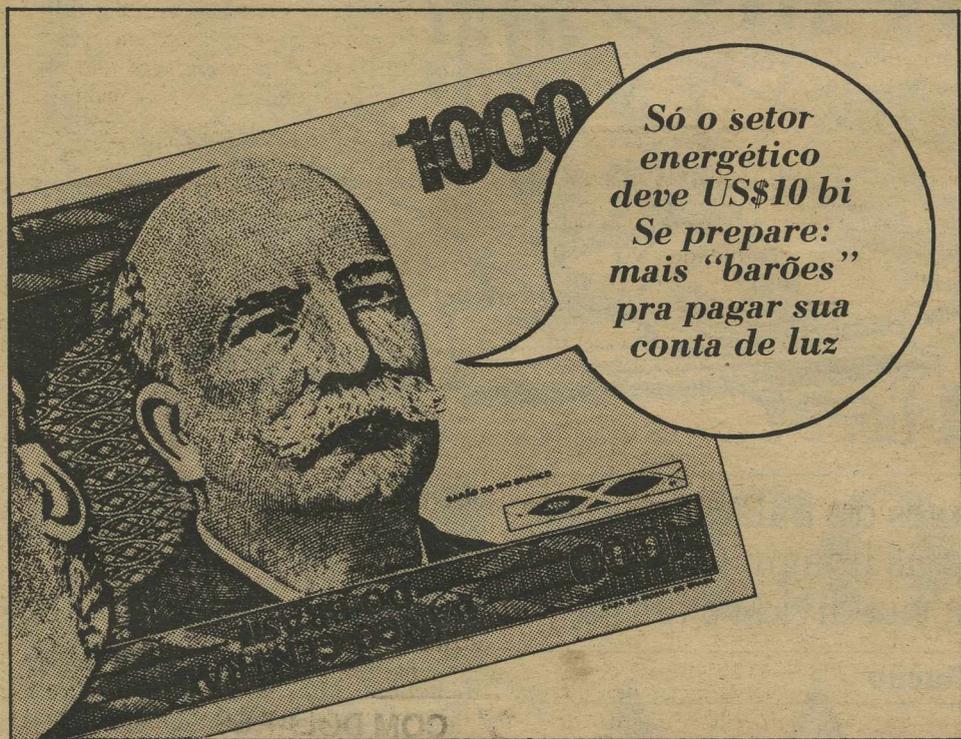
Outra maneira do governo arranjar dólares para fazer frente ao serviço da dívida, é forçar as empresas estatais a pegarem recursos lá fora mesmo que haja poupança interna disponível para financiar a execução de seus planos. O problema é que a poupança interna é em cruzeiros e o pagamento da dívida externa só pode ser feito em dólares...

Essa busca desenfreada de recursos externos, para financiar planos gigantescos e caríssimos, está colocando certos setores sob controle estatal em palpos de aranha pois afinal de contas esses empréstimos têm que ser pagos. E pagos

do seu bolso. Um indicador seguro de que as contas de luz se transformarão cada vez mais num pesadelo mensal.

9. COM PRODUTOS PÉSSIMOS

A dívida externa é uma das responsáveis pela péssima qualidade de uma série de produtos que o brasileiro é obrigado a consumir. Pois se o negócio é exportar, se o governo dá aos exportadores uma série de subsídios e incentivos para isso, então não fazemos por menos: mandamos para o exterior os produtos de melhor qualidade e deixamos à disposição do consumidor brasileiro o que há de pior.



com juros. O exemplo mais notável dessa situação é o setor energético, cuja dívida externa alcançará a casa dos US\$ 10 bilhões ao final de 81.

Em 1975 a dívida das empresas do setor elétrico era de US\$ 2,4 bilhões e representava 11,6% da dívida externa brasileira. Em 1980 a dívida do setor elétrico já pulara para US\$ 8,4 bilhões e para pagar os juros e a amortização foi preciso desembolsar US\$ 1,4 bilhão. Para 81 a estimativa é de que essa despesa pule para US\$ 2,1 bilhões, ou seja, mais de Cr\$ 210 bilhões.

Para fazer frente a despesas tão pesadas, o governo vem realizando aumentos violentíssimos das tarifas de energia elétrica. Em 81 a elevação programada para as tarifas é de 120% e já se sabe que os reajustes em 82 também serão salgadíssimos pois a pretensão oficial é elevar a remuneração das empresas do setor elétrico (todas estatais) de 6% para 10% (esse percentual é obtido dividindo-se o lucro das empresas por seu faturamento).

Um dos objetivos desse aumento da remuneração é facilitar a obtenção de novos empréstimos externos para as empresas do setor elétrico. O Banco Mundial, por exemplo, vem pressionando o governo brasileiro para tornar as empresas desse setor mais rentáveis. Caso contrário, poderá recusar-se a emprestar-lhes algumas centenas de milhões de dólares.

O governo brasileiro já concordou com a exigência. Portanto o consumidor que se prepare, pois os gastos provocados por esse aumento do endividamento externo e os recursos que possibilitarão a elevação da rentabilidade certamente sairão

Esse é o caso do café. Embora um quilo de café custe os olhos da cara (não menos de Cr\$ 270,00 atualmente) e um simples cafezinho já esteja por 15 pratas, a verdade é que o produto vendido no Brasil é vergonhosamente ruim. Os próprios torrefadores reconhecem isso. Segundo eles, o café tipo 6 tem cerca de 40 defeitos. Pois bem, o café normalmente vendido aqui dentro ainda é pior do que o tipo 6. É do tipo 7 ou 8 e não raro para aumentar o volume de café produzido, e multiplicar seus lucros, os torrefadores misturam o produto com paus, pedras, milho e sangue de boi.

Diante disso não está muito longe da verdade afirmar que o brasileiro toma merda em pó e não café em pó. Quanto aos cafés de melhor qualidade saem daqui para fazer as delícias dos consumidores americanos, franceses, japoneses, etc. Afinal, "exportar é o que importa", não é?

Outro exemplo de como o consumidor brasileiro é desprezado em favor das exportações é o do couro e dos calçados. Para gerar dólares o governo brasileiro permitiu durante muito tempo que grande parte da produção nacional de couros fosse exportada, deixando desaperados os fabricantes de calçados. É simples: o couro tornou-se escasso no mercado interno, seus preços dispararam e os calçados feitos a partir dessa matéria-prima ficaram muito mais caros.

As exportações de couro acabaram porém sendo limitadas, para garantir o suprimento às fábricas nacionais. Só que uma grande parte dos calçados de couro produzidos aqui, acaba indo para o exterior. Sim, são exportadas para os Estados Unidos e muitos outros países. Graças

aos subsídios e incentivos fiscais os exportadores cobram dos compradores estrangeiros metade do preço pelo qual vendem o mesmo sapato aqui dentro.

Então ficamos assim: sapatos de couro vão para o exterior a preços que fariam o consumidor brasileiro morrer de inveja. Já a parcela da produção desses sapatos que é vendida aqui dentro não goza de isenção de impostos e acaba chegando às lojas a preços absurdos. Em certos casos, um par de sapatos sai por Cr\$ 5.000,00. Essa violenta escalada dos preços, está obrigando o brasileiro a usar cada vez mais sapatos e sandálias de plástico e alpargatas (de lona).

Se não houvessem tantos estímulos para exportar, talvez as fábricas baratassem o sapato de couro para o consumidor brasileiro conformando-se com lucros menores. Ou, talvez, o governo tomasse medidas para reduzir os preços do couro e a carga tributária que recai sobre os sapatos. Mas como o que interessa é exportar para evitar que a dívida externa dispare ainda mais, o brasileiro que se dane e trate de usar calçados de qualidade inferior. Ótimo, não?

10. COM TRANSPORTE CARO

Às vezes você se sente moído quando sai do trabalho ou tem algum compromisso e já está atrasado. Em certos casos, alguém na família está mal e precisa chegar rapidamente a um hospital. Como os serviços de transportes coletivos no Brasil são muito ruins, você tem que apelar para um táxi.

Quando tal acontece você entra pelo cano: uma corrida de táxi no Rio, em São Paulo ou em qualquer outro grande centro urbano está absurdamente cara. Culpa de quem? Culpa dos árabes, dirá você, que a cada dia cobram mais caro pelo petróleo e obrigam o governo brasileiro a vender a gasolina que alimenta os carros a preços sempre mais elevados.

Essa é a chamada meia-verdade. Não foram os árabes que obrigaram o Brasil a montar uma das maiores indústrias automobilísticas do mundo. Não foram os árabes que aconselharam o Brasil a desprezar completamente o transporte de passageiros por trens e metrô e favorecer o transporte individual. E mais: não foram os árabes, também, que levaram o Brasil a optar por violentíssimos aumentos dos preços da gasolina para conter o consumo, quando havia a chance de racionar o uso desse combustível e multiplicar os gastos em transportes coletivos para desestimular o uso dos carros de passeio.

Essa jogada de conter as importações de petróleo através de aumentos exorbitantes de preços, não prejudica apenas quem pega um táxi. Quem anda de ônibus também paga caro por ela, pois os preços do óleo diesel andam indo para as nuvens. Além disso, quando o diesel sobe o custo do transporte de uma série enorme de mercadorias também sobe o que acaba alimentando a inflação e esvaziando o bolso do consumidor. Mais uma vez a dívida externa se intromete no seu dia-a-dia. É infernal.

11. COM O CIGARRO

Mostramos até aqui, através de uma série de exemplos, como a dívida externa interfere diretamente na sua vida e no seu bolso. Mas, além disso, há uma série de efeitos indiretos que a dívida provoca.

Por exemplo: já mencionam que o governo abre mão de uma série de impostos para estimular as importações. Só em 81 essa brincadeira vai custar Cr\$ 150 bilhões, aproximadamente.

Pois bem, para compensar essa evasão de recursos o governo tem que arrecadar mais de outras fontes. Uma de suas jogadas prediletas é cobrar impostos cada vez mais elevados sobre os cigarros que você fuma (não vamos discutir que se fumar é bom ou não, isso é outro problema). Este ano os impostos que recaem sobre os cigarros foram aumentados várias vezes, subindo cerca de 150%. Atualmente quem fuma um cigarro que custa 60 pratas, está pagando cerca de 48 cruzeiros de impostos.

É o caso de perguntar: se os impostos sobre as mercadorias exportadas fossem cobrados, não seria possível aliviar a taxa-ção que recai sobre uma porção de mercadorias que o brasileiro consome? O que é que você acha da idéia?

12. COM O DESEMPREGO

Para encerrar a lista das historinhas exemplares relacionadas com a dívida externa selecionamos o caso dos chamados acordos de fornecimento. Que diabo é isso? Nada de muito complicado. O Brasil faz acordos com outros países que nos fornecem uma série de mercadorias que são pagas com dinheiro que eles nos emprestam.

Aparentemente é o melhor negócio do mundo. Mas não é. Em primeiro lugar porque esses empréstimos terão que ser pagos depois e pagos com juros. Em segundo lugar, porque muitos desses acordos são impostos na marra ao Brasil. Assim quando este país tropical quer conseguir por exemplo US\$ 2 bilhões em empréstimos no Japão, os representantes do país do sol nascente topam mas... Mas exigem que o Brasil faça compras no Japão de digamos US\$ 1 bilhão. Esse é o preço a pagar para obter o empréstimo.

O pior é que essas compras, volta e meia, são de mercadorias que poderiam ser produzidas aqui dentro. Turbinas para usinas hidrelétricas, máquinas para diversos setores industriais, trens, etc. foram comprados lá fora por imposição dos países que nos emprestam dinheiro. Países que defendendo seus interesses, aproveitam-se do fato de que o Brasil está com a corda no pescoço devido ao gigantismo de sua dívida externa.

Quando compra lá fora coisas que poderia fabricar aqui, o Brasil está contribuindo para gerar empregos nas economias dos países que nos vendem essas coisas. E está, é claro, deixando de criar internamente oportunidades de trabalho que surgiriam se essas encomendas tivessem sido feitas às empresas instaladas no país. Portanto, a dívida externa contribui para que muitos trabalhadores brasileiros permaneçam sem ocupação — impedidos de utilizar sua força de trabalho para gerar riquezas. A dívida acaba, enfim obrigando trabalhadores a ficarem de braços cruzados.

Haveria muitas outras maneiras de mostrar como a dívida externa está presente de forma perversa no dia-a-dia do povo brasileiro. Analisando sua experiência cotidiana talvez você descubra muitas distorções provocadas por ela. Veja, por exemplo, o que acontece com o carnaval que virou festa de turistas. Pense no que pintará se passarmos a exportar grandes quantidades de cachaça como já foi anunciado, reflita nas facilidades que a dívida externa cria para a penetração das multinacionais e de seus distorcidos padrões de consumo, etc. Mãos à obra, porque esse tipo de exercício pode até ser verdadeiramente divertido.



Siga o texto e viaje através do balanço de pagamentos de um país imaginário e entenda como se forma sua dívida externa

Ricardo Bueno

Como se forma a dívida externa de um país? Para tentar compreender isto é preciso fazer uma viagem através do balanço de pagamentos. Uma viagem que permitirá a você saber o que é a balança comercial, a balança de serviços, o déficit em transações correntes e outras coisas que são muito citadas, mas pouco explicadas. A viagem começa pela balança comercial de um país imaginário num ano qualquer.

1 — O déficit na balança comercial...

Balança Comercial (valores em US\$ bilhões)

Exportações	+ 8.000
Importações	-10.000
Déficit Comercial (A)	-2.000

Estamos analisando a balança comercial hipotética de um país que importa mais do que exporta. Daí, o déficit na balança comercial.

2 — ... somado ao déficit na balança de serviços...

Serviços

Pagamento de juros da dívida	-5.000
Remessa de lucros	-500
Viagens internacionais	-300
Pagamentos de assistência técnica	-400
Gastos com fretes e seguros	-1.000
Déficit na balança de serviços (B)	-7.200

Na balança de serviços estão registrados os pagamentos de juros da dívida externa, as remessas de lucros feitas pelas empresas multinacionais que atuam no país, os pagamentos pela tecnologia estrangeira importada pelas empresas desse país e os gastos com viagens de seus habitantes ao exterior. Completando o quadro temos os gastos com fretes e se-

guros, que são pagos aos navios estrangeiros que transportam as mercadorias importadas pelo país.

3 — ... gera o déficit em transações correntes...

Transações Correntes

Déficit Comercial (A)	-2.000
Déficit de Serviços (B)	-7.200
Déficit em transações correntes (C = A + B)	-9.200

Deu para entender? O déficit em transações correntes é simplesmente a soma do déficit na balança comercial com o déficit na balança de serviços. Surge então a questão: como cobrir esse déficit? Para respondê-la precisamos compreender o que é a conta movimento de capitais.

4 — ... que é coberto pela entrada de capitais externos...

Movimento de Capitais

Investimentos diretos	+ 2.000
Empréstimos externos	+ 14.200
Amortização da dívida	- 7.000
Superávit (D)	9.000

A conta movimento de capitais registra os investimentos diretos realizados pelas empresas estrangeiras instaladas no país. Nele aparecem também os empréstimos e financiamentos que um país contrai junto aos banqueiros internacionais, a órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a governo de outros países. A soma dos

investimentos diretos com os empréstimos e financiamentos representa a entrada de capitais.

Mas um país quando está endividado tem que pagar as parcelas da dívida que vencem naquele ano. É a chamada amortização. A conta movimento de capitais registra essa saída de dólares.

Caso a entrada de capitais supere a amortização da dívida, o país tem um superávit na conta movimento de capitais. É o que acontece em nosso país imaginário.

5 — ... levando o balanço de pagamentos a fechar em equilíbrio

Déficit em transações correntes (C)	-9.200
Superávit no movimento de capitais (D)	9.200
Resultado final (E = C - D)	0

Estamos quase no fim de nossa viagem. Aparentemente a situação desse país cujo balanço de pagamentos inventamos é tranqüila, pois no final das contas deu para equilibrar as receitas e despesas com o exterior. Prova disso é que o resultado final do balanço é 0 (zero).

Mas há um problema muito sério, que não pode passar em branco. Esse país para equilibrar seu balanço de pagamentos teve que pagar uma quantidade enorme de empréstimos e financiamentos externos. Repare só, no nosso exemplo: 14.200 milhões de dólares ou 14,2 bilhões de dólares (é a mesma coisa), como está registrado na conta Movimento de Capitais.

Desses 14,2 bilhões de dólares quase a metade é utilizada para pagar as par-

celas da dívida que vão vencendo, ou seja, a amortização. No nosso caso são 7.000 milhões de dólares ou 7 bilhões de dólares.

Vamos, então, lançar aqui um dado novo: esse país que estamos estudando já está com uma dívida acumulada de US\$ 10 bilhões. Ora, ele está amortizando US\$ 7 bilhões dessa dívida. Logo, ela cai para US\$ 3 bilhões. Mas...

Mas é bom não esquecer que esse país pegou emprestado US\$ 14,2 bilhões. Logo, temos que somar esses US\$ 14,2 bilhões com os US\$ 3 bilhões que sobraram da dívida já acumulada. Conclusão: a dívida externa de nosso país imaginário é agora de US\$ 17,2 bilhões contra US\$ 10 bilhões do ano anterior.

Caso a necessidade de pegar grandes quantidades de empréstimos e financiamentos externos se repita durante vários anos, nosso país acabará com uma dívida externa enorme e terá que enfrentar todas as conseqüências perversas que isso traz.

Chegamos ao ponto final. Resta apenas acrescentar que foi assim, em linhas gerais, que o Brasil foi se endividando ano a ano e hoje tem que amarrar uma dívida de US\$ 60 bilhões — das maiores do mundo.

P.S. Se você se perdeu pelo primeira viagem ao longo do balanço de pagamentos, procure repetir a experiência. Um bom método é olhar inicialmente só os quadrinhos, esquecendo os textos explicativos. Depois que tiver entendido a mecânica do balanço de pagamentos desde a balança comercial até o resultado final, você lê os textinhos que comentam os quadros.

Os europeus não nos entendem

Convidados pela instituição cultural cubana Casa das Américas, cerca de 300 intelectuais da América Latina e do Caribe reuniram-se de 4 a sete de setembro, em Havana, no I Encontro de Intelectuais pela Soberania de Nossa América. O objetivo do encontro foi tentar definir uma estratégia comum frente à política do governo Reagan e ao "imperialismo cultural norte-americano".

Entre os participantes estavam Ernesto Cardenal, padre, poeta e ministro da Cultura da Nicarágua; Eduardo Galeano, autor de "As Veias Abertas da América Latina"; Gabriel Garcia Marquez, autor de "Cem Anos de Solidão"; e inclusive 32 brasileiros, como Chico Buarque de Holanda, Frei Beto, o deputado Fernando Moraes e a atriz Ruth Escobar.

Alguns dos participantes eram cubanos que haviam tido problemas com o regime e agora voltaram ao país, depois de dez anos — uma novidade. Outra novidade: pela primeira vez, a Igreja Católica brasileira autorizou a ida de um padre (Frei Beto) a Havana.

Em sua intervenção, Miguel Barnet, poeta e etnólogo cubano, citando dados da Unesco, revelou que os EUA, através de suas multinacionais e agências diversas, controlam 75% dos programas de tv; 50% dos filmes cinematográficos; 60% dos discos e cassetes; 65% dos jornais; e 35% da produção editorial de todas as Américas.

Além dos tradicionais comunicados e mensagens, resultou do encontro a criação de um Comitê Permanente, encarregado de coordenar a continuidade dos trabalhos iniciados em Havana. Dele fazem parte, entre outros, Gabriel Garcia Marquez, Julio Cortázar, Ernesto Cardenal, e Chico Buarque de Holanda.

Movimento apresenta a seguir uma entrevista de Gabriel Garcia Marquez, concedida ao Le Monde, em que o escritor fala sobre o encontro e a sua concepção sobre a postura do intelectual latino-americano. O autor de "Cem anos de solidão" e "O outono do patriarca", ao mesmo tempo em que defende a união dos povos latino-americanos contra a política de Reagan, expõe nesta entrevista uma série de idéias no mínimo polêmicas.

Ele, por exemplo, se embaraça ao tentar explicar a posição de Cuba sobre a Polônia, dando a entender um confuso conceito de independência. Talvez seja isso que lhe permite dizer que "o imperialismo é um progresso em relação ao colonialismo" ou que "europeus e latino-americanos vivem em idades históricas diferentes". (Carlos Machado)

**Garcia Marquez,
autor do
romance Cem
Anos de Solidão**

Gabriel Garcia Marquez fala sobre o encontro de intelectuais em Havana, há um mês, e sobre a luta do intelectual latino-americano

Pergunta — No seu entender, para que serviu o encontro de 300 intelectuais em Havana?

Marquez — Para nada. Simplesmente visitamos Cuba e não brigamos entre nós. Isso já é alguma coisa. Sobretudo quando se conhece a diversidade ideológica dos participantes, mesmo entre a delegação cubana. Como de hábito, sempre há nesse tipo de reunião alguém que se levanta no último momento para tomar a palavra e destruir de um só golpe tudo o que foi penosamente construído em vários dias. Felizmente, não houve nada disso.

Os intelectuais se reuniram contra a política de Reagan

P — A que você atribui essa unanimidade?

Marquez — Em primeiro lugar, à vontade dos latino-americanos de defender a revolução cubana. Depois, ao desejo dos cubanos de se reconciliar com aqueles que se haviam afastado deles no curso dos últimos anos. Na realidade, assistimos a um congresso de reunificação diante de um perigo real. É Reagan quem nos assegura esse sucesso.

P — Como assim?

Marquez — Reagan não pode aceitar a idéia de que as lutas atuais na América Latina têm causas internas — injustiça,

desigualdade, opressão etc.; para ele, todo ato de revolta legítima é uma operação soviética: nós não somos países, e sim peões... Isso é uma grave ameaça à nossa identidade. Assim, Reagan conseguiu essa unanimidade contra ele entre os intelectuais.

P — Alguns falaram de alargar a solidariedade aos europeus...

Marquez — Os intelectuais europeus têm prioridades diferentes. Não há meio de fazê-los tirar da cabeça a idéia de que Cuba é um peão da União Soviética.

P — Cuba aprovou a invasão da Tchecoslováquia. Sobre a Polônia, hoje, ela se mantém num meio-silêncio...

Marquez — Frente ao problema polonês, eu diria que os cubanos... como se diz?... sim, eu creio que os cubanos... prendem a respiração. Eles sabem que se a URSS invadir a Polônia, os Estados Unidos invadirão Cuba imediatamente e bombardearão Havana. Seu destino está em jogo, portanto, a mais de dez mil quilômetros deles. É esta a realidade. Mas, para muitos intelectuais europeus, Cuba deveria suicidar-se para provar sua independência.

P — O ministro da Cultura francês, Jack Lang, confiou a você a responsabilidade de um grupo de reflexão sobre a abertura às culturas mediterrâneas e latinas. Você acha que se podem estabelecer contatos proveitosos entre esse organismo e o comitê de intelectuais latino-americanos e caribenses resultante do encontro de Havana, de que você também faz parte?

Marquez — Os dois projetos se completam. Eles devem permitir o restabelecimento do diálogo — interrompido — entre intelectuais europeus e latino-americanos. A revolução cubana, que havia criado laços entre nós, também nos separou em seguida. Nós, que continuamos solidários com Cuba, e muitos intelectuais europeus que já não o são, não falamos mais a mesma língua.

P — Não haveria no projeto de Jack

Lang a possibilidade de um outro imperialismo cultural, no caso, europeu?

Marquez — O imperialismo é um progresso em relação ao colonialismo! É verdade que eu acho difícil manter um verdadeiro diálogo com os intelectuais europeus, particularmente com os franceses, que não conseguem desembaraçar-se de uma certa mentalidade colonial. Os europeus têm a tendência de considerar que nossas democracias devem obrigatoriamente assemelhar-se às suas. Eles nos julgam segundo seus critérios, sem compreender que nós vivemos em idades históricas diferentes. Se eu aceito, no entanto, colaborar com esse projeto é porque ele tem a vontade, creio, de lançar um dardo contra as velhas atitudes, e também porque a França socialista nos abre um canal que Reagan hoje nos recusa.

P — Você se sente mais próximo dos intelectuais americanos?

Marquez — Os intelectuais americanos nos compreendem melhor. Além disso, existe uma importante comunidade de língua espanhola nos EUA, cuja presença está em vias de transformar os hábitos alimentares, a música, a língua, a cultura americana. Um trabalho ali dará muito mais resultados do que na Eurora.

P — Você mantém relações privilegiadas com Fidel Castro, com manteve, até a sua morte, com o general Torrijos, do Panamá. Você acha que é esse o papel dos intelectuais, ser um pouco os conselheiros do príncipe?

Homens como Torrijos e Fidel: a gente acaba por amá-los muito!

Marquez — Na Europa, os homens do poder procuram a amizade dos intelectuais para utilizá-los e manipulá-los. Penso que os benefícios podem ser "negociados" (e você está falando com um negociador até a alma!). Mesmo eu tendo reservas com relação à revolução cubana, acho que o positivo prevalece sobre o negativo, e eu prefiro trabalhar "de dentro" a me constituir num crítico público e sistemático. Não sei se isto é bom ou mau, sei que é útil. Acho que foi especialmente alguma coisa, dentro da política de reunificação da família cubana, que permitiu a libertação de três mil e duzentos prisioneiros políticos e a visita de mais de 120 mil exilados, que foram reencontrar seus parentes em Cuba. Há mesmo um perigo com homens como Torrijos ou Fidel: é que, freqüentando-os, a gente acaba por amá-los muito!

P — Enquanto escritor, como você explica a extraordinária distância entre o caráter bastante estereotipado dos textos teóricos produzidos durante o encontro em Cuba e a riqueza literária de seus próprios autores?

Marquez — Essas palavras, essas frases não significam efetivamente nada. Não sabemos, infelizmente, falar política senão de uma única maneira. Por quê? Talvez porque todo o vocabulário da esquerda vem da Europa (em tradução, isto cria problemas semânticos). O conceito de classe, por exemplo, é uma coisa na Europa e outra na América Latina. E a gente acaba não falando da vida, mas de coisas abstratas; é um problema. É preciso romper com esses códigos.

TEATRO

A vida e a luta operária

Um teatro feito por operários, sobre temas ligados à vida e à luta dos operários e dedicado a um público operário, um teatro que, "além de ser uma opção de lazer, pudesse também contribuir para o crescimento e avanço da consciência da classe operária": este objetivo vem norteando os trabalhos do **Grupo de Teatro Forja**, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, desde sua fundação, em maio de 1979. No último dia 25 de setembro, na sede do Sindicato, o **Forja** comemorou alegremente uma importante vitória em sua carreira: o lançamento de um livro, pela Editora Hucitec, com o texto da principal criação coletiva do grupo, "Pensão Liberdade", sobre a greve metalúrgica de 1979.

Na festa de lançamento do livro, o grupo reapresentou "Pensão Liberdade", numa versão condensada, e houve um debate sobre a peça, com a participação do líder metalúrgico Lula, do sociólogo Octávio Ianni e do teatrólogo Fernando Peixoto. A escolha dos três debatedores não foi casual. Os três estão presentes no livro: Ianni e Peixoto nos prefácios e Lula numa breve apresentação.

No debate, Octávio Ianni ressaltou, entre outras coisas, a crítica que a peça faz à manipulação ideológica exercida pelas grandes empresas de comunicação, em especial na televisão. Fernando Peixoto enfatizou o fato de "Pensão Liberdade" ter sido criada pelos próprios operários, a partir de suas experiências de vida e luta, ao contrário das produções do antigo Centro Popular de Cultura (CPC), da

Peça e agora em livro: "Pensão Liberdade", a criação do Forja

União Nacional dos Estudantes. E Lula deu um depoimento pessoal que é bastante significativo para uma avaliação do papel cultural que vem sendo desempenhado pelas experiências de teatro popular. Ele afirmou que, culturalmente, sempre se considerou um representante da "média" da classe operária, e que, em toda a sua vida, só havia entrado uma vez num teatro, para assistir a uma peça do comediante Costinha. Foi o trabalho do **Grupo Forja**, no Sindicato dos Metalúrgicos, que propriamente o iniciou no teatro.

Tim Urbinatti, antigo colaborador de **Movimento** e coordenador do **Grupo Forja**, conta detalhadamente, num dos prefácios do livro, a história da criação coletiva de "Pensão Liberdade". É um relato importante para as várias pessoas que vêm procurando, atualmente, produzir uma dramaturgia popular no Brasil. O **Grupo Forja**, explica Tim, havia surgido diretamente vinculado ao **Sindicato**. Seu objetivo era auxiliar, com peças mais elaboradas ou esquetes rápidas, as campanhas salariais.

O tema da peça foi selecionado a partir de uma pesquisa realizada nas fábricas, bairros e botequins da região. Para interpretar uma aparente contradição surgida durante a pesquisa, o grupo recorreu ao

texto de Octavio Ianni "A Mentalidade do Homem Simples". Chegou-se à conclusão de que o "pano de fundo" da peça deveria ser a ausência da liberdade. Principalmente a falta de liberdade política. Mas não apenas ela. Também a ausência da liberdade nas relações conjugais, na educação dos filhos, no tratamento de questões como o homossexualismo e a prostituição etc.

A ação foi ambientada numa pensão, algo muito familiar ao cotidiano dos operários. E, rapidamente, surgiram os personagens: "o militante sindical combativo, o desempregado, o homossexual, o fura-greve, o vacilante, o conselheiro, o reacionário, a balconista que se prostitui, a mulher reprimida pelo marido...". Um enorme aparelho de televisão traria para a cena o outro pólo da sociedade: as classes dominantes, os governantes.

A trama da peça e os diálogos foram produzidos coletivamente. Para conseguir uma recriação fiel da linguagem dos operários, o grupo estudou e debateu a tese de Luiz Flávio Rainho, "Os peões do Grande ABC". A distribuição dos papéis foi feita após várias leituras do texto, com os operários-atores se revezando, até se encontrar aquele que mais se adaptava a cada personagem. Num trabalho de fim de semana, realizado em meio às atividades profissionais e à militância sindical.

"Pensão Liberdade" estreou no dia 9 de março de 1980. Continuou a ser apresentada até a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. Agora, retorna em forma de livro.

José Tadeu Arantes

"LA PEÑA DOS PARRA" EM SP

No último fim de semana, Isabel e Angel Parra, filhos da compositora chilena Violeta Parra, exilados em Paris desde o golpe de 73, tinham programa marcado em São Paulo com o show **La Peña dos Parra**. Cantando músicas ligadas à realidade trágica da América Latina, Isabel e Angel revivem com seu espetáculo poético-musical um pouco da criação de Violeta Parra, que nos anos 60 havia organizado numa rua tranqüila de Santiago um centro cultural por onde passam os principais poetas cantores e compositores da América Latina.

La Peña dos Parra deverá ser levado para outras capitais do país, durante o mês de outubro, em companhia dos grupos **Tarancón** e **Raíces de América**.

AUTORITARISMO NO FUTEBOL

Considerando um dos mais avançados grupos brasileiros de jazz contemporâneo — o **Grupo Um**, dirigido pelos irmãos Lelo Nazário (piano) e José Eduardo Nazário (percussão) — irá se apresentar, nos dias 12 e 13 de outubro (21hs) no teatro Lira Paulistana, em São Paulo. No programa, composições tiradas dos dois discos independentes já produzidos pelo grupo: "Marcha sobre a Cidade" (1979) e "Reflexões sobre a crise do desejo" (1981). Na semana passada, as duas apresentações do **Grupo Um** arrebataram o público que superlotava o auditório do MASP.

JAZZ: A VOLTA DO GRUPO UM

As efusões dos jogadores de futebol após marcarem um sofrido gol estão na mira da FIFA, onde parece florescer um falso moralismo. Segundo a FIFA, é preciso acabar com beijos e abraços pouco varonís que os jogadores andam trocando em campo, após garantirem seu bicho com uma bola no fundo das redes.

Não demora muito e a orientação autoritária da FIFA — presidida pelo brasileiro João Havelange — pode querer proibir gritos em campo e a torcida deverá apenas aplaudir discretamente.

Depois dos atentados fascistas às bancas de jornais, para calar a imprensa livre e democrática, ficou difícil encontrar **Movimento** em vários pontos do país. Assim, garanta seu exemplar. E assegure a sobrevivência do seu jornal.

FAÇA UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO

Uma campanha de sucesso

Há pouco tempo, lançamos uma campanha para elevar a 10 mil o número de nossos assinantes. Com sucesso, **Movimento** vem contando com o apoio de seus leitores. E continuamos com a nossa campanha. Só falta você! Assine ou dê de presente uma assinatura de **Movimento**, um jornal aberto e independente. E fique por dentro de tudo que se passa na política, economia, ciência, cultura etc., do país e do mundo.

E ganhe assinando Movimento

Com a assinatura anual você ganha Cr\$ 2.960,00 em relação ao preço de capa. E muito mais: pode ser paga, SEM ACRÉSCIMO, em duas parcelas. Na assinatura bianual, você ganha Cr\$ 7.020,00 em relação ao preço de capa. Também pode ser paga, SEM ACRÉSCIMO, em 2 parcelas. Faça as contas e ganhe assinando **Movimento**.

ANUAL (52 edições)

- 3.800,00 à vista
- 2 x 1.900,00 sem acréscimo

BIANUAL (104 edições)

- 6.500,00 a vista
- 2 x 3.250,00

NOME _____ IDADE _____

PROFISSÃO _____ BAIRRO _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ CEP _____ EST. _____

Para tal estou enviando o cheque nº _____ pagavel em São Paulo em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço de assinatura no exterior: anual US\$ 100, semestral US\$ 50. Para a América Latina: anual US\$ 85; semestral US\$ 40. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para a Conta Postal CCP: 778-46 SM — Simões Villaschi ou M. Torres — Paris — France.



MOVIMENTO POPULAR

A todo vapor ou andando com o pé no freio?

Benedito Cintra, José Gregori, Almino Afonso, Marco Aurélio Ribeiro, Clara Ant e Luis Tenório Lima discutem sobre essa questão

Tibério Canuto



Rebelião em Salvador: deve-se ou não estimular essas ações?

Os dados indicam que o número de grevistas diminuiu nos últimos dois anos. Se em 1979 o número de grevistas no Brasil chegou a cerca de três milhões de trabalhadores, em 1980 ficou na casa de 700 mil, diminuindo ainda mais no corrente ano. Se tais números são incontáveis, existiram, no mesmo período, outros fatores que pesam na balança, no sentido contrário: aumentou o grau de organização do movimento operário-sindical, como o comprovam a Conclat e a formação da CUT, sem falar no surgimento de diversas entidades nacionais. Os partidos políticos de oposição se fortaleceram e surgiram várias explosões sociais como Salvador, Itupu e Ronda Alta. Como caracterizar então a atual conjuntura; ela indica uma situação de ascensão ou de queda do movimento de massas?

Essa é uma pergunta que a oposição tenta responder, assim como também a definição de um comportamento face a episódios do tipo da "rebelião de Salvador". Devem tais rebeliões serem estimuladas, ou não? Para incentivar o debate sobre essas questões, Movimento ouviu Benedito Cintra, vereador do PMDB paulista com atuação no episódio de Itupu, José Gregori, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Almino Afonso, da direção regional do PMDB de São Paulo e virtual candidato ao senado em 1982, Marco Aurélio Ribeiro, líder do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo, Clara Ant, do Sindicato dos Arquitetos Paulistas e participante da Comissão Nacional Pró-CUT e Luis Tenório Lima, líder sindical do período pré-1964 e um dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. Eis suas opiniões:

Ascensão ou queda do movimento de massas?

CLARA ANT — Não há um refluxo, embora seja real a redução do movimento grevista a partir de 1980. O ânimo dos trabalhadores não decresceu e a grande greve do ABC, de 1980, não foi derrotada, embora não tenha conseguido suas reivindicações. São indicativos da continuidade do ascenso: em São Bernardo, os trabalhadores sustentam uma diretoria sindical cassada; passam a construir um partido político, o PT; iniciam um movimento para a construção da CUT, que tem dois grandes marcos: o Entoes e a Conclat. E, face à ameaça do desemprego, aparecem manifestações como as greves da Fiat, Ford e outras. Ao lado disso, acontecem episódios como o de Salvador, Itupu e Ronda Alta.

TENÓRIO — Podemos distinguir dois momentos: o de 1978-1979, quando o movimento operário rompeu o cerco de ferro do regime e aparece o grande surto grevista. O regime reagiu a isto com a anistia parcial, com a nova lei salarial e outras medidas, que encontraram um movimento de massas ainda desorganizado. Algumas greves foram derrotadas: funcionários públicos, metalúrgicos de São Paulo etc. E aqui fico com Engels, mesmo que me chamem de conciliador: a derrota não acumula. Só o que acumula é a vitória. Tudo isso levou a um certo arrefecimento, que é o momento que vivemos. Esse arrefecimento é muito mais uma "pausa" do que um refluxo. Vivemos um período de acúmulo de forças, onde iniciativas como a Conclat jogam um papel chave, e onde passa a existir uma ação mais consciente, com a unificação do movimento e a tentativa de superação do grau de espontaneidade.

BENEDITO CINTRA — Não há um refluxo, e exemplifico isto com as lutas do campo, onde os posseiros passam à

ofensiva, às vezes até de armas em punho; com a revolta de Salvador, Ronda Alta e os movimentos de ocupação de terra nos centros urbanos. A tendência do movimento popular é de radicalizar-se, e vai saindo da simples manifestação reivindicativa para a fase organizativa. Isto aconteceu nas diversas eleições sindicais e na renovação havida nessas entidades, na reorganização dos partidos legais e na realização da Conclat, que é o ponto alto desse ascenso do movimento. O ascenso não é linear e nele há momentos de picos e de "calmarias", como a da diminuição das greves. Para se ter idéia correta desse ascenso, deve ser vista a situação do regime, que é de isolamento e de recuo. Assim, não há razão para derrotismo, pois novos embates se anunciam.

ALMINO AFONSO — A diminuição dos números de greves entre 1979 e 1981 indica não um "refluxo", mas o fim de uma primeira fase, que foi essencialmente espontânea e com forte dose de "corporativismo". Creio que começamos a ingressar numa outra fase: mais organizativa e mais politizada, onde a Conclat é o grande marco, pois os trabalhadores passam a ter reivindicações globais, tanto no terreno econômico-social, como no terreno político. Assim, vejo que o ascenso tende a continuar, só que com uma qualidade nova, com os trabalhadores interferindo em todas as questões do conjunto da sociedade. Essa fase, que não exclui explosões como a de Salvador, tende a valorizar a ação política e organizativa, onde o surgimento de uma Central Única dos Trabalhadores jogará um peso decisivo.

MARCO AURÉLIO — O movimento de massas não é retilíneo e não vive eternamente em ascenso. 1979-1980 representou o pico do movimento grevista. A partir daí, houve um certo refluxo, que não pode ser entendido como um recuo mas como um período de consolidação dos espaços conquistados. Eis as evidências: a Conclat, a organização do PT, o surgimento de diversas chapas em eleições sindicais, com algumas vitórias dos "combativos". Por outro lado, houve uma mudança conjuntural importante: em 1978, a luta era por melhores salários, hoje é contra o desemprego, o que leva à alteração nas formas de luta e na própria necessidade de dar um caráter mais global ao movimento.

JOSÉ GREGORI — O fato de ter havido um arrefecimento do número de greves, não indica que desapareceu o problema. A situação é contraditória, pois enquanto diminuiu o número de greves, aumentaram as explosões sociais como Salvador e Ronda Alta. Creio que tal fenômeno indica não um refluxo, mas a transferência do epicentro da insatisfação social.

2 Por que decresceu o número de greves nos últimos anos?

BENEDITO CINTRA — A diminuição do ritmo grevista pode ser justificada assim: no plano de vista mais geral, os atentados terroristas, como o Riocentro, abriram espaço para que as forças conciliadoras tivessem um maior raio de

ação, o que provocou a imobilização dos partidos legais face às questões colocadas pela luta de classes, ficando perplexos em episódios do tipo Salvador e Itupu. Quanto ao movimento sindical, o ABC foi o epicentro das greves que se desenvolveram com uma direção insuficiente que visava apenas as conquistas econômicas. Aconteceram duas coisas: as direções não confiaram nas massas, e essas não confiaram nas suas direções. Veja o caso de Lula na questão do desemprego. A isso soma-se a ação dos conciliadores no movimento sindical que buscam frear o movimento, como em São Paulo, e buscam um pacto social com a FIESP.

ALMINO AFONSO — Não há uma causa, mas várias: a conjuntura de recessão, pois a possibilidade de perder o emprego arrefece, em certa medida, o ânimo grevista, os efeitos colaterais da nova política salarial, a ação repressiva do regime sobre os sindicatos, entre outras. Mas há uma outra de enorme importância: a impossibilidade de enfrentar a classe patronal e a política governamental apenas no terreno sindical e corporativo, e à base da espontaneidade. Para que as greves voltem a acontecer é fundamental que o movimento sindical se politize no bom sentido, isto é, que assuma, unificadamente, uma resposta mais global para a questão econômica e social, como o fez a Conclat, e junte-se aos demais setores da sociedade nas questões políticas propriamente ditas, como defesa das eleições e Constituinte. De outro lado, é fundamental também a "sindicalização dos partidos" que deveriam assumir as questões sociais e econômicas. Como esses dois fenômenos ainda estão embrionários, a diminuição do número de greves passa a ser um fenômeno natural.

CLARA ANT — Primeiro, há a consciência dos trabalhadores de que só é possível derrotar o governo e os patrões de uma maneira unificada e não com greves numa cidade ou numa fábrica. Se essa unificação hoje não foi até o fim, foi porque, no período posterior à greve do ABC, a autointitulada "Unidade Sindical" articulou um plano, como apoio do PCB, de impedir campanhas salariais como a de São Bernardo. Isto se reflete no sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com o Joaquim à sua cabeça. Passam a organizar "tropas de choque" e passam a conciliar com os patrões, como estão fazendo agora, tentando trocar "a produtividade pela estabilidade". Essa é a razão da diminuição do ritmo grevista, ao lado da repressão aos sindicalistas combativos.

TENÓRIO — Destaco como importante para essa "pausa grevista", que é mais um momento de reflexão do que de refluxo, o fato de o governo ter tomado iniciativas que encontraram um movimento ainda com um grau de organização incipiente, e que levaram a derrotas importantes. Essas derrotas pesaram negativamente. Ao lado disso, não se pode ignorar que o quadro de desemprego joga desfavoravelmente para o ímpeto grevista, muito embora, contraditoriamente, ele crie uma situação de insatisfação social maior. As debilidades subjetivas, que começaram a ser enfrentadas com a Conclat, também pesaram. Secundariamente, até a "poluição ideológica" do movimento sindical, onde há uma tendência à sua "partidarização", contribui para um quadro de perplexidade. Mas, como disse, esses fatores tendem a ser superados.

MARCO AURÉLIO — Como eu disse anteriormente, a análise do refluxo grevista — que para mim é salutar até para que se ocupe os espaços conquistados — não pode ser visto de uma maneira separada da conjuntura, onde houve um deslocamento da bandeira pela qual se luta

va. Ao se colocar a questão do desemprego, essa passa a ser a reivindicação principal, que para ser enfrentada depara-se com algumas dificuldades, como o receio de perder emprego por parte dos trabalhadores. Ao meu ver, é essa mudança conjuntural, fruto da recessão em curso, que provoca essa diminuição do ritmo grevista.

JOSÉ GREGORI — Vou ser curto e grosso: ao meu ver, a diminuição do número de greves decorre da deterioração da estrutura industrial do país, onde para enorme contingente de trabalhadores é muito mais importante continuar trabalhando do que avançar em suas reivindicações. Creio ser esse o estado de ânimo dos operários, o que não quer dizer que os problemas desapareceram e que, mais para frente, venha a acontecer um novo surto grevista de grande importância.

3 O que fazer diante de uma situação como Salvador, Itupu?

ALMINO AFONSO — É um erro atribuir à ação de grupos minoritários explosões como a de Salvador, invasão da fazenda Itupu e Ronda Alta, que são o fruto do alto grau de miséria a que chegamos. A ninguém cabe condenar tais ações. A postura mais correta é apoiá-las e entender suas razões. Mas deve ser feito com responsabilidade, colocando-se à frente delas e abrindo canais para a sua expressão política — tanto ao nível partidário, como sindical — sob pena de tais manifestações explosivas não significarem muito em termos de saldos positivos. Creio que a superação da espontaneidade desses movimentos, como do próprio movimento operário, depende do que já disse: da capacidade dos sindicatos posicionarem globalmente sobre os problemas nacionais e da capacidade dos partidos políticos responderem aos anseios políticos, pois não creio que tal politização seja o mero somatório de explosões espontâneas ou do mero acúmulo de greves econômicas. É necessário a ação política propriamente dita, em cima do que acontece na sociedade.

BENEDITO CINTRA — As oposições devem saudar episódios como o de Salvador e Itupu e apoiá-las entusiasticamente. As forças populares devem se colocar à frente de tais manifestações espontâneas, dar-lhes um grau de organização e mostrar os responsáveis: o regime. Não cabe, de antemão, definir se as lutas são pacíficas, ou não. O que temos de fazer é apoiar a luta do povo, tendo claro que o confronto entre as forças populares e o regime aparece no horizonte, pois os dois exércitos se preparam para tal, e que disso tomem consciência os conciliadores. Isto não implica, em todo o momento, ir para o confronto aberto, pois isto depende da correlação de forças em cada momento. É justo invadir a fazenda de Itupu, assim como é justo sair de lá e partir para a ação política quando chegou a polícia. Para que haja uma politização geral, é necessário a intervenção da classe operária e para isso ela necessita de seu partido, que não se confunde com os partidos institucionais. Creio que essa politização se dá com o fortalecimento de uma política classista, que compreenda a necessidade da frente única e da unidade popular. A própria opressão colocará, concretamente, a necessidade de o movimento social dar o salto para a política.

TENÓRIO — A qualquer força política que se preze não é dado o direito de desempenhar o papel de bombeiro face a episódios do tipo de Salvador e outros, que são legítimas explosões das massas.

Nair Benedicto/Agência F4



A invasão da fazenda Itupu, na periferia de São Paulo: como em Salvador, outro exemplo da explosão social urbana

mas que têm um alto grau de desorganização, podendo, por isto mesmo, levar a tudo, inclusive ao seu aproveitamento por aqueles que sempre sonham com soluções grevistas. Ações explosivas continuarão a acontecer e temos claramente de nos colocarmos à frente delas, compreendendo que só devemos topar o confronto quando a correlação de forças nos for favorável, o que não é o caso do momento atual. Assim cabe se posicionar favorável a esses movimentos, mas com responsabilidade, contendo, quando for o caso, os seus excessos. Creio que é fundamental garantir os resultados positivos dessas explosões, canalizando-as para ações unificadas em torno das ações que estão em curso, como a construção da CUT, da realização do Dia Nacional de Luta, etc. É assim que se pode dar um salto em relação ao seu atual nível de espontaneidade, pois, do contrário, ficaríamos na postura de "bombeiros", o que é condenável. É preciso entender o período de acúmulos de forças que estamos vivendo, para definir até onde podemos ir e até onde não podemos ir.

JOSÉ GREGORI — Não coloco numa mesma prateleira episódios como a rebelião de Salvador e invasões urbanas como a de Itupu, apesar de ambas revelarem um grau de insatisfação social. Enquanto Itupu e Ronda Alta, por exemplo, têm

um grau de legitimidade incontestável, pois é patente que o motor dessas ações é a falta de moradia e de terra para plantar, o caso de Salvador é mais complicado, pois é difícil dizer o que ele tem de legítimo e o que tem de artificial. Por exemplo, não sabemos qual a participação dos estudantes em episódios desse tipo. Nesse caso, há um quebra-quebra, onde misturam-se explosões legítimas com equívocos e "insuflações". A maneira de se comportar face às explosões sociais é, primeiro, reconhecendo a sua legitimidade mais geral. Depois disso, impugnar o modelo econômico e exigir uma reformulação estrutural, transferindo a preocupação do varejo para o atacado, pois não se resolverá o problema de moradia apenas estimulando novas famílias a invadir novas fazendas. Creio que aqui há uma grande lacuna, pois é necessário uma ação política mais geral. Tanto os partidos políticos como os diversos segmentos da sociedade estão cometendo o erro de ficarem preocupados com o "institucional", esquecendo-se da situação social. A situação social pode levar até à sublevação ou a iniciativas do tipo "kamikaze", mas estamos longe delas pois a fase é de frustração e impotência. Acredito que, mais dia menos dia, essa insatisfação social será canalizada para uma ação política mais positiva.

CLARA ANT — As manifestações de Salvador têm características do tipo insurrecional, com forte grau de espontaneidade. Cabe ao movimento sindical e partidário defender as reivindicações que motivaram tais manifestações espontâneas e procurar integrá-las no movimento conjunto que se esboça a partir da Conclat, ou seja, na luta contra o desemprego e a carestia, levando adiante o plano de luta aprovado por essa conferência. Não dá para fazer futurologia se as lutas serão pacíficas, ou não. Não tenho dúvidas que chegará o momento em que os trabalhadores organizarão também o seu "batalhão", e sobre isto não há uma fórmula previamente definida. Creio que a politização do movimento de massas virá a partir do seu enfrentamento face às questões concretas, pois irá tomando consciência da opressão e exploração que sofre. Para tal politização, é importante contar com um partido como o PT.

MARCO AURÉLIO — Salvador e Itupu revelam o grau de explosividade e de insatisfação social, e por isto devemos apoiar tais manifestações. Mas elas, por si só, não são conseqüentes. Por isto, os partidos e sindicatos devem canalizar tais explosões para o que acho ser mais fundamental: a ação de massa organizada. É óbvio que não estou propondo organizar o espontaneísmo, ou seja, organizar o quebra-quebra, que seria um erro. Trata-se de organizar as reivindicações, que a própria Conclat já definiu. Não vejo que a nossa tática seria a de estimular o quebra-quebra e invasões. Na atual correlação de forças, não se resolve o problema de transportes quebrando ônibus, ou o de moradia invadindo terras, pois isto não aconteceria impunemente. A política conseqüente, face esses fatos, não pode ser a aventura, que joga na hipótese de incentivar o quebra-quebra para que a repressão eleve o nível de consciência das massas. A experiência já demonstrou que a repressão provoca um efeito ao inverso: o temor. Veja a diferença entre os saldos de Salvador e Itupu — que ao final são poucos — com os saldos da greve do ABC do ano passado, onde, depois delas, os trabalhadores fizeram várias ações organizadas. Assim, o que devemos fazer é nos solidarizarmos com as manifestações espontâneas e canalizá-las politicamente, para que elas não sirvam de pretexto para ações golpistas.

Avaliação geral de grevistas entre 1979 e 1980*



(*) O número de grevistas de 1978 baseia-se num levantamento da socióloga Lais Abramo. Os de 1979 foram levantados pelo DIEESE. Os de 1980 (Janeiro a setembro) pelo sociólogo Eder Sader.

Em defesa do programa do jornal

1 O programa político-editorial aprovado pela Convenção de 1980 dos trabalhadores, colaboradores e acionistas de **Movimento** (veja box) é basicamente correto. Este programa baseou-se numa análise de conjuntura que, os meses seguintes demonstraram ser acertada. O programa de frente democrática e popular que passou a guiar as atividades da equipe de **Movimento** teve o mérito de demarcar com clareza as forças que formam essa frente antiditatorial. Ao posicionar-se decididamente contra a conciliação com o regime militar, ele estabeleceu também uma nítida distinção entre a luta democrática e popular e as posições conciliadoras que, na prática, facilitam as manobras do regime.

Assim, consideramos que o programa atual de **Movimento** deve ser mantido. Ele abarca as questões gerais que devem nortear a luta antiditatorial e, principalmente, uma atividade jornalística independente e democrática. Desta maneira, não concordamos com aqueles que apontam erros na linha editorial de **Movimento**. Não que o jornal seja infalível; é evidente que houve erros — alguns graves —, mas suas origens devem ser procuradas em outro lugar, não no programa em si.

Os erros existentes decorrem em boa parte de uma estrutura de trabalho deficiente, agravada pela difícil situação financeira que Edição S/A viveu no último ano. Na própria semana em que discutíamos a aprovação do programa, tiveram início os atentados terroristas contra as bancas, corroendo poderosamente as receitas já minguadas da empresa que edita o jornal. Isso refletiu-se de imediato no trabalho editorial, limitando recursos e agravando os obstáculos à aplicação integral daquilo que foi aprovado na Convenção.

Muitos companheiros se afastaram da redação, obrigados a dedicar-se a atividades que garantissem sua sobrevivên-

Os erros cometidos por *Movimento* não decorrem de seu programa político; é preciso mantê-lo, e defender a luta pela Constituinte

José Carlos Ruy e Carlos Machado

cia. Isso acarretou sobrecarga de trabalho para aqueles que ficaram, comprometendo o nível técnico e político do trabalho. Dessa forma, é claro que muitas deficiências apareceriam. O processo de tomada de decisões tornou-se reconhecivelmente centralizado; o trabalho em equipe para o planejamento das edições ficou muito comprometido; e o tratamento de algumas das correntes políticas que fazem parte da frente foi, não raro, inadequado.

Longe de decorrerem do programa político-editorial de **Movimento**, esses problemas — muitos deles, sem dúvida, políticos — são consequência de uma conjuntura difícil onde, muitas vezes, o mais importante era garantir a publicação do jornal.

Estes problemas estão colocados, e muitas propostas têm sido feitas no sentido de sua resolução. Acreditamos, porém, que essa resolução passa necessariamente pelo fortalecimento do trabalho coletivo, pela consolidação dos mecanismos de democracia interna, pela reafirmação do caráter de frente de **Movimento**, e pelo estabelecimento de normas definidas para o tratamento e expressão dos pontos de vista das forças de oposição presentes nessa frente.

Neste aspecto, lembramos ainda que o engajamento na produção do nosso semanário é um dos critérios mais eficazes para o aparecimento desses pontos de vista: em política, dificilmente existem espaços vazios. Se não existem, por exemplo, companheiros que apóiam um determinado ponto de vista engajados no processo de feitura do jornal, é claro que

suas teses não serão bem defendidas por outros.

2 O programa político de **Movimento** é o programa de uma frente de setores democráticos e populares interessados no fim do regime militar. Uma das grandes questões colocadas no interior dessa frente é a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, pressupondo necessariamente a supressão do regime militar. Muitos companheiros não concordam com essa luta; no entanto, a luta contra a ditadura, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e de todas as leis de exceção, pelo livre direito de organização e o estabelecimento de amplas liberdades democráticas implica a defesa de uma Assembléia Constituinte onde estejam representados os setores populares e democráticos.

Não nos cabe discutir, de modo voluntarista e apriorístico, quais forças políticas terão hegemonia nessa Assembléia, nem tampouco realizar exercícios estéreis para prever a exata composição do governo que a convocará. Trata-se, isso sim, de reconhecer a necessidade de os operários e os outros trabalhadores da cidade e do campo estarem nela representados de maneira organizada, através de suas lideranças e defendendo um programa próprio.

Acreditamos que para os trabalhadores a bandeira da Constituinte é um elemento tático fundamental para a unificação e transformação de suas lutas dispersas — ainda predominantemente de caráter econômico — em lutas políticas pelo fim

do regime militar. Trata-se, portanto, de politizar a luta popular com base em bandeiras concretas e viáveis. A luta política só pode definir-se a partir da experiência real, e não na defesa abstrata de princípios. A verdadeira postura científica é aquela que baseia suas análises e propostas imediatas na correlação de forças da vida política real, e não nas vontades dos diversos agentes políticos.

Por mais justas que elas sejam.

3 A viabilização de um projeto jornalístico que contemple tais preocupações depende da resolução simultânea de três áreas de problemas que se interpenetram: o político, o econômico e o técnico-jornalístico. No campo político, em nosso entender, é preciso — além da reafirmação do programa do jornal — criar mecanismos que garantam a materialização prática desse programa.

Estamos firmemente convencidos de que o jornal só pode viabilizar-se economicamente se tiver em conta o estado real da luta política e da consciência democrática das massas. Como **Movimento** tem sempre sublinhado, a imprensa democrática depende exclusivamente de seus leitores. Assim, a sustentação do jornal está intimamente ligada ao fortalecimento de seus vínculos com os leitores. Dessa forma, além de soluções políticas, é absolutamente necessário que o jornal encontre soluções técnico-jornalísticas que o tornem mais atraente, de fácil leitura, garantindo a realização do modelo reafirmado pela Convenção de 1980, que: "1º) apresente, analise e comente os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais do país e do mundo; 2º) defenda as posições unitárias do movimento democrático e popular; e 3º) divulgue todas as opiniões democráticas e populares relevantes sobre os temas em debate. Assim, deve ser, em nossa opinião, um jornal democrático-popular, independente e pluralista" (**Movimento** nº 265).

Neste sentido, endossamos amplamente a proposta feita pelos companheiros de Salvador nesta Tribuna de Debates (**Movimento** nº 322). Essa proposta encontra fundamento na experiência histórica de **Movimento**, cujos pontos altos de venda em banca ocorreram justamente quando o jornal realizou grandes coberturas de questões relevantes para a oposição, como a denúncia das arbitrariedades da ditadura e da ação do imperialismo.

O atual programa de Movimento

A Convenção de 1980 aprovou o atual programa de **Movimento**, cujos pontos fundamentais (publicados no nº 265 do jornal) são, resumidamente, os seguintes:

1 Persiste a necessidade de se formar uma vigorosa frente democrática e popular contra a ditadura; é preciso que o jornal cubra com destaque as ações comuns da oposição.

2 É preciso também "combinar a luta contra a ditadura militar com o combate a todas as tentativas de conciliar com ela e facilitar suas manobras".

3 Embora setores da oposição vacilem, "as concessões feitas pelo regime militar não resolvem quaisquer dos graves problemas do país e do povo". É

preciso dar atenção à cobertura do movimento popular, especialmente do movimento operário, aprofundar seu conhecimento, debater seus impasses, difundir suas experiências positivas e inovadoras".

4 Quanto à situação internacional, o quadro é de crise, "tanto no mundo capitalista como no bloco de países considerados socialistas". É preciso que o jornal combata todas as agressões imperialistas e defenda com firmeza a autodeterminação de todos os povos; ao mesmo tempo, deve difundir informações e análises sobre todas as experiências ou tentativas de construção do socialismo, sem assumir uma posição precipitada ou apologética em relação a nenhuma delas".

O detalhamento desses pontos inclui a defesa da Assembléia Nacional Constituinte soberana e livremente eleita, convocada após o fim da ditadura militar por um governo que garanta as mais amplas liberdades democráticas; a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores; a denúncia da espoliação imperialista e da dependência econômica do país.

Assine ou renove sua assinatura de Movimento por telefone

É só ligar para

São Paulo — 210.66.22 e 210.67.44

Campinas — 42.73.33 (BIP A-67)

Belo Horizonte — 222.40.11 (ramal 297)

Londrina — 27.35.65

Porto Alegre — 32.46.69
(de manhã ou à noite)

Recife
326.51.74

Brasília
226.06.43



Nessa época de crise, fature algum dinheirinho!

Seja representante do jornal **Movimento** em sua cidade. Escreva ou telefone para Paulo Barbosa, Edição S/A. Rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625 — SP — CEP: 05415 — Tels.: 210-6622/210-6744

ECONOMIA REGIONAL

Do século 19 até o final dos anos 60

Formação da economia paranaense e seu caráter periférico

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se transformou nas últimas décadas. De uma terra praticamente virgem no início dos anos 40, o Paraná tornou-se, hoje, o palco de conflitos sociais que envolvem as mais diversas categorias de trabalhadores (pequenos proprietários "modernizados", posseiros, bóias-frias, operários metalúrgicos e da construção civil etc.) e que têm, alguns deles, uma importante repercussão nacional. Para quem se interessa pela situação econômica, social e política deste Estado cada vez mais importante na cena nacional, uma boa notícia: acaba de ser publicado o livro de Pedro Calil Padis **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**.

Embora tenha sido escrito em 1969, o livro de Padis (que morreu prematuramente em abril de 1980 justamente quando iniciava a revisão de seu trabalho original) conserva toda a sua atualidade: não há nenhum exagero em se dizer que se trata da mais importante e da mais completa história econômica do Paraná até hoje publicada. Pesquisador minucioso, Padis percorre em seu livro um longo período histórico que vai da formação da Província em meados do século XIX até o final dos anos 60.

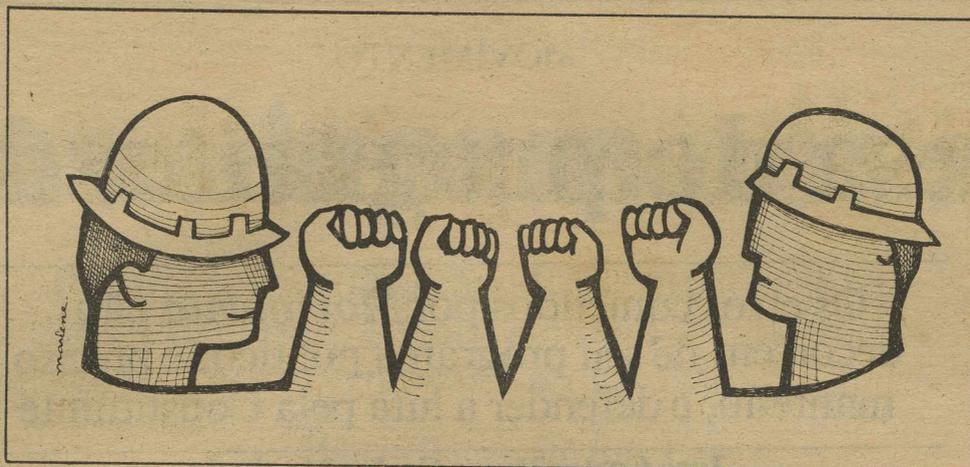
O eixo que norteia a sua reflexão reside na idéia de que, da mesma forma que ocorre a nível nacional, a economia paranaense formou-se voltada "para fora", em função de uma série sucessiva de ciclos econômicos (madeira, mate, gado, café etc.). A própria industrialização do Estado baseou-se no conhecido processo de "substituição de importações" que, no Paraná, mostrou fôlego particularmente curto: no final dos anos 1960, parte da indústria estadual sucumbia diante da concorrência que vinha de grandes empresas situadas em outros pontos do País.

Para este declínio da pequena e média indústria contribuiu a rápida integração da economia do Estado ao mercado consumidor nacional. E, sob o impulso desta integração, o Paraná foi povoado em pouquíssimo tempo, a partir das formas mais diversas e gerando tensões sociais dos mais variados tipos: colonização dirigida em parte do Norte e do Oeste; colonização "espontânea" no Sudoeste; formação de fazendas apoiadas na parceria no Norte; preservação do latifúndio pastoril tradicional na região central etc.

A ciência econômica não é futurologia, mas não há dúvida de que uma boa análise pode ser útil no estudo da evolução social. No livro de Padis vários fenômenos que na época apenas se esboçavam e que hoje já se manifestam com toda a clareza estão analisados. Um exemplo: numa época em que a população paranaense crescia espantosamente, Padis mostra que este aumento não duraria muito tempo, o que foi plenamente confirmado pelos dados preliminares do Censo de 1980, que apontaram uma queda na população.

(Ricardo Abramovay)

FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA PERIFÉRICA: O CASO DO PARANÁ — Pedro Calil Padis, Hucitec, São Paulo, 1981, 235 p.



HISTÓRIA

CGT: rica e oportuna recuperação documental

Duas obras que reconstituem as lutas sindicais pré-1964

O livro de Sergio Costa vem num momento extremamente oportuno. Isto porque a classe operária e os assalariados dão o grande passo para a construção da CUT — Central Única dos Trabalhadores, decisão maior da Conclat. Oportuno também porque permite constatar que não há rupturas entre o passado e o presente da luta da classe operária e que a recuperação da sua história é necessária, para superá-la.

Esse livro, que não tem nenhuma preocupação analítica, faz uma rica recuperação documental das lutas sindicais dos anos 60, particularmente do Comando Geral dos Trabalhadores. Mostra, por exemplo, que o CGT nasceu no bojo da Greve Geral de julho de 1962, quando foi escolhido o Comando Geral da Greve, embrião do CGT. E isso é importante enfatizar, uma vez que alguns líderes do CGT são, hoje, ardorosos defensores de uma CUT cupulista, conciliadora e pelega. O CGT, por sua vez, refletia o movimento sindical de sua época. Participou ativamente dos combates como a Greve Geral de julho de 62 pelo Gabinete nacionalista, na Greve Geral de setembro do mesmo ano pelo Plebiscito, e na Greve dos 700 mil em outubro de 63, em São Paulo, para citar alguns exemplos.

O livro de Sérgio Costa aponta também a diversidade do movimento sindical, através da ação dos comunistas, trabalhadores, pelegos, católicos etc., tendências estas que por vezes se confundiam — as duas primeiras agrupavam-se no CGT e as duas últimas eram "de oposição" — reconstitui a luta dos trabalhadores rurais, desde a criação das Ligas Camponesas (a primeira, no Engenho Galiléia, liderada por Zezé da Galiléia e depois por Francisco Julião, e que expandiram-se por todo Nordeste) dos sindicatos dos trabalhadores rurais, impulsionados ora pela ação do Partido Comunista, ora pela Igreja, até a constituição da Contag, em 63; descreve também as rebeliões dos sargentos, as greves explicitamente políticas e as manifestações populares, como o Comício de 13 de março, na Central do Brasil. Enfim, o cenário das lutas populares...

(Ricardo Antunes)

O CGT E AS LUTAS SINDICAIS BRASILEIRAS (1960-1964) — Sérgio Amad Costa, Grêmio Politécnico, São Paulo, 1981, 153 p.

A recente formação da comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) traz à tona a reflexão sobre as experiências anteriores em que os trabalhadores brasileiros organizaram centrais sindicais ou embriões delas. Uma das experiências mais significativas foi a do CGT — Comando Geral dos Trabalhadores — existente antes de 1964, motivo do livro de Lucília de Almeida Neves: **CGT no Brasil, 1961-1964**.

Fruto de tese de mestrado apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais, o livro contém os pecados comuns à maioria das publicações acadêmicas: formal, linguagem pouco acessível a um número maior de leitores. Mas nem por isso deixa de ser rico no seu objetivo, na pesquisa e nas conclusões que apresenta.

O objetivo maior é o "estudo da relação do CGT com o Estado, através da estrutura sindical corporativa e à relação da entidade com as bases sindicais e com a ampla maioria dos trabalhadores." O ponto inicial é a situação da conjuntura política dos primeiros anos sessenta e a crise do capitalismo então. Daí é traçada a gênese do CGT, a começar por experiências anteriores, como o MUT e a CTB (Movimento Unificador dos Trabalhadores e Confederação dos Trabalhadores do Brasil), ainda em 1946, e pelas diversas intersindicais dos anos 60. Apesar da idéia ter sido aprovada antes, o CGT só é formado em 1962, no IV Encontro Sindical Nacional. Para isto foi indispensável a vitória havida em 61 nas eleições para a diretoria da CNTI, através da aliança PCB-PTB, que derrotara os pelegos.

Esta aliança é a base política do CGT.

Formalmente, tanto o CGT como as demais intersindicais são ilegais, já que a CLT não permite a existência de organismos sindicais horizontais. Neste sentido, elas são um rompimento com a estrutura sindical vigente. Mas por outro lado, o CGT é composto pelas representações das federações nacionais e das confederações, sem nenhuma representação direta das bases, o que é uma tentativa de "aconchambramento" com a estrutura sindical vigente. Em conclusão, a autora aponta, apesar da combatividade, a ausência de "autonomia, frente à tutela do Estado", onde mais precisamente "reside a fraqueza do movimento naqueles anos."

(Roberto Martins)

CGT NO BRASIL, 1961-1964 — Lucília de Almeida Neves, apresentação de Luís Ignácio da Silva (Lula), Vega, Belo Horizonte, 1981, 144 p.

ROMANCE

A realidade imitando a ficção

No país Sinandá, os casuísmos para a sucessão presidencial

Cristovam Buarque, quando em Paris, nos idos da década de 70, costumava surpreender os amigos com crônicas, estórias, relatos, todos divertidíssimos sobre as mais diferentes situações. Já em 1972 podíamos antever o ficcionista, brilhante, emergindo ao lado do cientista social.

Hoje, 1981 eis que ele nos apresenta uma "história muito triste, em vinte e nove estórias muito divertidas".

O romance em questão refere-se a um país denominado Sinandá, e à sucessão presidencial do general Sanchez. Mil e uma formas "casuísticas" são engendradas para que a pátria tivesse a garantia da existência de um sucessor digno após a morte do general. As estórias vão-se sucedendo como elementos de um mosaico que é composto aos poucos, até termos frente a nós um quadro completo satírico e cruel.

A ficção é a verdade — aprendêmo-lo com o escritor Ramón Alencar (um dos personagens do romance) em seus "contos sem nexos e desconexos querendo copiar a verdade". Segundo ele, é necessário um "entender concreto da luta de classes, sem subjetivismo, de forma debochada e direta". Daí temos a história verdadeira de um país, que não é imaginário, mas facilmente identificável logo as primeiras páginas.

O escritor Ramón de Alencar deixa os EUA e um prestigioso emprego (junto ao BID?), os amigos admiram sua louca coragem de vir enfrentar os tubarões, mas, como ele afirma: "é preciso lutar para que este país não caia na armadilha da abertura ou da sepultura, que é a mesma coisa". Certamente que sim, Ramón! E, esperamos que o romance de Cristovam tenha o mesmo sucesso que o de Ramón, e sirva de teste aos leitores.

A **Ressurreição do general Sanchez** nos coloca frente à indagação muitas vezes formulada: a arte se antecipa à História? Pode o artista criador captar — como diz Perre Barberis — o "caráter problemático e contraditório do real e antecipar-se às análises históricas"? E um sociólogo da arte acrescentaria: quando o autor fala, quem fala por ele?

Existe toda uma matéria prima cultural dentro da formação social onde o autor se insere que "falaria" por ele? Mas, há também os perigos dos sociologismos... A discussão sobre a criação artística tem suscitado inúmeros debates nas várias correntes estéticas contemporâneas. A análise deste romance poderia contribuir para o enriquecimento desse estudo, uma vez que Cristovam faz uma literatura voltada para o conhecimento do real, resultando num texto literário que é também um texto histórico, sem deixar sua dimensão de literatura.

(Dilma de Melo)

A RESSURREIÇÃO DO GENERAL SANCHEZ — Cristovam Buarque, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981, 190 p.

As 58 mulheres prefeitas

Apenas 58 entre os pouco mais de quatro mil municípios brasileiros são dirigidos por mulheres prefeitas, eleitas na última eleição para o cargo, em 1976. Essa revelação aparece no livro *As Prefeitas*, de Eva Alterman Blay, recentemente publicado pela editora Avenir.

Embora pequeno — cerca de 60 páginas — o livro é resultado de cinco anos de pesquisas e entrevistas com as prefeitas. A pesquisa começou em 1976, quando Eva Blay tomou conhecimento de uma pesquisa do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), que revelou a existência — na época — de 60 prefeitas. Elas aparecem, principalmente, nos municípios pobres, predominantemente no Norte e Nordeste. No Sul — com exceção de Santa Catarina, que é o Estado mais pobre da região — não existem prefeitas. “Elas aparecem — diz Eva Blay — nas regiões onde a disputa pelo poder é menor que nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, ou cidades médias, como Bauru ou Campinas”. Nos municípios considerados “área de segurança nacional”, cujos prefeitos são nomeados pelo gover-

A mulher brasileira na direção da política municipal

no, nunca houve uma prefeita. “Todas elas conquistaram seus mandatos nas urnas, pouco importando se são políticas mais conservadoras ou políticas mais modernizadoras”, enfatiza Eva Blay.

Existem três tipos de prefeitas, diz Eva Blay. Existe a prefeita-coronel, que é latifundiária ou esposa de um latifundiário. “Muito emancipada do ponto de vista pessoal, e político, ela sabe onde manda”. O outro tipo é a prefeita-esposa, que substitui o marido, por várias razões — a lei não permite a reeleição, existe algum impedimento para que ele seja eleito, ou mesmo em alguns casos, trata-se de políticos cassados. Neste tipo, “a mulher ocupa o cargo mas quem manda mesmo é o marido”. Finalmente, existe a prefeita inovadora. “São mulheres simples, até mesmo alfabetizadas, mas que estão pro-

fundamente interessadas em exercer o mandato para melhorar a vida no município. A mulher verdadeiramente emancipada está aqui”, diz Eva Blay. Elas preocupam-se em conseguir infra-estrutura básica para seus municípios, como transporte, telefone, hospitais, habitação.

Embora desprezioso, o livro é muito revelador a respeito da dura realidade da política municipal, principalmente nos municípios pobres, cujos dirigentes precisam desdobrar-se para conseguir recursos e atender às necessidades básicas da população. *As Prefeitas* revela uma face da política brasileira inconveniente para a ditadura militar. Tanto que, em 1977, Eva Blay quase não conseguiu ir ao México, para apresentar um relato da pesquisa no I Congresso Latino-Americano sobre a Mulher. Apesar de todo o apoio recebido da Universidade de São Paulo, onde é professora, Eva Blay não conseguiu que o ministério da Educação liberasse o pagamento do depósito compulsório para viagens ao Exterior, que era exigido na época. Mesmo assim ela conseguiu o dinheiro e foi ao México.

O livro de Eva Blay é revelador de um aspecto novo e pouco conhecido da política brasileira. Além disso, ele fundamenta uma conclusão da autora que poderá tornar-se polêmica. “As mulheres não se emancipam com a industrialização ou a urbanização. O desenvolvimento econômico não é condição para a emancipação da mulher”, diz ela, defendendo uma tese que se choca com a grande parte do conhecimento atual a respeito dessa questão. (José Carlos Ruy).

AS PREFEITAS — A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL — Eva Alterman Blay, Avenir, Rio de Janeiro, 1981, 64 p.



JOVENS

Sem culpa e sem pecado

Um casal adolescente diante do sexo e da política partidária

As crises que os homens vivenciam em seu cotidiano não encontram espaço nas análises históricas e na ação e programa dos partidos políticos. A literatura, porém, reserva a essas crises um lugar privilegiado. É neste lugar que os acontecimentos cotidianos parecem ganhar historicidade. *Porcos com Asas* é exemplo disto, ao desvendar a sociedade italiana nos anos recentes.

Tendo como eixo básico de discussão as experiências sexuais de dois adolescentes, não há lugar aqui para a “culpa” e o “pecado”. Mais do que isto, *Porcos com Asas* constitui uma crítica contundente à prática política partidária, na medida que esta é incapaz de elaborar propostas que recuperem esse cotidiano que se recusa a ser subordinável a uma ordem racional.

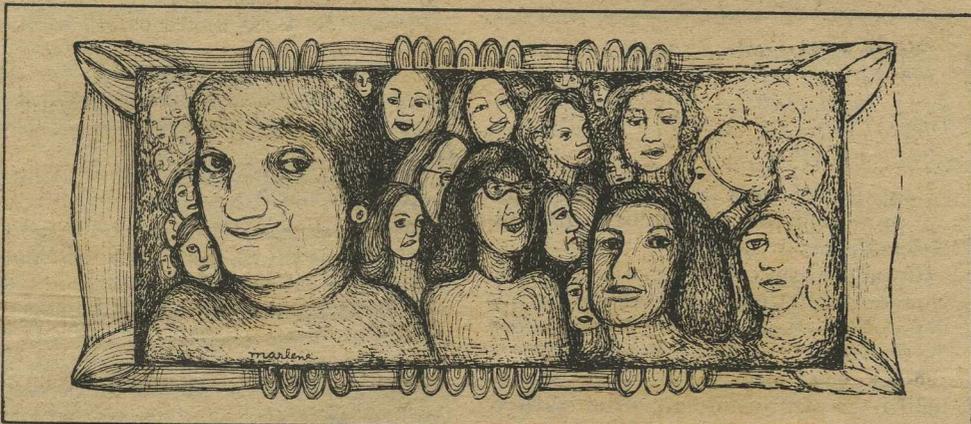
Antonia e Rocco vivem, pois, o dilema da fragmentação. Partidários da revolução, chocam-se na busca sempre renovada que empreendem com as instituições: a escola, a família, o partido político. Nestas instituições a normalização é a regra, e com ela a busca do poder, a afirmação da autoridade etc. Fruto de uma crise mais geral, a vivência desses adolescentes permite entrever a falência das instituições — quer nas tentativas de controle quer na absorção da realidade vivida cotidianamente.

Recusando o modelo conjugal tradicional, a busca de novas relações por eles empreendida foge à subjetividade que repousa sobre a família monogâmica e as relações heterossexuais; foge até mesmo da lógica do que se denomina vulgarmente como “revolução sexual”. Não há, porém, no texto modelos propostos de relações. Ao contrário, há busca, construção. Uma única certeza se manifesta, no entanto, através da “fala política” de Antonia e Rocco — ainda imaturas, diriam os “partidários da normalização” — de que a construção de uma sociedade nova, deve passar por essas crises, recuperando as práticas críticas que delas emergem.

Por fim, os autores não pretenderam em momento algum domesticar ou controlar o cotidiano. Tanto é assim que Antonia e Rocco acabam por aceitar suas crises, posto que elas fazem parte da própria busca, do chocar-se indefinidamente com as instituições.

(Annérís Maroni)

PORCOS COM ASAS — L. M. Radice e L. Ravera, Brasiliense, São Paulo, 1981



POLÍTICA

O pensamento de “Che” Guevara

“Deixe-me dizer, com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor” — esta declaração de Ernesto “Che” Guevara sintetiza sua prática política de revolucionário que participou das principais lutas populares e anticolonialistas dos anos 50 e 60 na América Latina e que, após seu assassinato pelo Exército boliviano, no dia 8 de outubro de 1967, transformou-se num dos mitos libertários dos anos 60, com sua imagem presente nas grandes manifestações de 1968 em Paris, Roma, Frankfurt, Tóquio e outras grandes cidades do mundo todo.

Neste décimo quarto aniversário de sua morte, a trajetória política e a obra teórica de Che Guevara são lembradas nesta antologia organizada por Eder Sader, publicada pela Editora Ática. Com uma novidade: o livro faz parte de uma coleção dedicada aos “Grandes Cientistas Sociais”. As andanças de Che pela América Latina, antes que ele tivesse qualquer engajamento político; sua passagem pela Bolívia, em 1953, quando o Movimento Nacionalista Revolucionário estava no poder; sua participação na luta do povo guatemalteco, nesse mesmo ano, durante o governo democrático do coronel Arbenz; a decisão de aderir à luta política dos cubanos, depois do fracasso da experiência da Guatemala; a luta, vitória e passagem pelo governo revolu-

Uma coletânea da produção teórica do líder guerrilheiro

cionário em Cuba; o abandono, em 1965, dos cargos no governo cubano e o engajamento nas lutas populares da África negra; e, finalmente, a guerrilha e a morte na Bolívia — tudo isso é lembrado na apresentação feita por Eder Sader. Ao lado dessa trajetória política, o texto esclarece o pensamento político guevarista. Sader mostra que a obra teórica de Che é quase toda posterior à tomada do poder, e procura “sistematizar a experiência guerrilheira da Sierra Maestra”, na tentativa de generalizar esse modelo de luta pela libertação dos povos. A formulação mais acabada dessa tentativa de generalização é a teoria do foco, que tanta influência exerceu na oposição armada brasileira dos anos 60 e 70.

A produção teórica de Che, entretanto, não se limita apenas a este aspecto, e os textos publicados dão uma boa visão das preocupações do chefe guerrilheiro. Eles incluem a tentativa de compreensão histórica da revolução cubana, suas preocupações com os problemas econômicos da transição para o socialismo; a visão gue-

varista do partido e do Estado; e, finalmente, os textos onde formula a idéia de um humanismo revolucionário, do aparecimento do “homem novo”. Nestes textos, nota Eder Sader, aparece com clareza a combinação entre voluntarismo e realismo prático que distinguia o líder revolucionário cubano. Sader mostra ainda como, na época, o exemplo prático e teórico de Che Guevara representou uma alternativa para os impasses do marxismo e da revolução — isso explicaria, inclusive, a repercussão universal de suas idéias.

Sociólogo, formado pela Universidade de São Paulo — onde atualmente é professor — Eder Sader teve e tem uma militância política intensa. Em 1961, foi um dos fundadores da extinta Polop — Política Operária; em 1966, foi condenado à revelia, por um curso de formação de lideranças dado no Sindicato dos Gráficos; ele ficou clandestino até 1968, quando foi absolvido. Em 1970, contudo, reiniciaram-se as perseguições, e Sader exilou-se no Chile, onde ficou até o golpe militar que depôs o governo de Unidade Popular, presidido por Salvador Allende. Do Chile, ele foi para a França, retornando ao Brasil no início de 1979.

(José Carlos Ruy)

ERNESTO GUEVARA: POLÍTICA, — Eder Sader (org.), Ática, São Paulo, 1981, 216 p.

LUTA ARMADA

A verdadeira imagem de Iara Yavelberg

Companheira de Lamarca, ela não era o que diz a repressão

Está-se criando uma imagem mítica, fortemente distorcida, de alguns dos protagonistas de fatos da nossa história recente, em particular no que diz respeito a Carlos Lamarca e Iara Yavelberg, objeto de reportagens publicadas no **O Estado de S. Paulo** de 15 a 18 de setembro. Ambos são retratados (como já o foram em outras ocasiões) com brigadistas enfurecidos. (...) Lamarca seria impulsivo, violento e temerário, e Iara, a inspiradora das suas ações, conduzindo-o qual musa da luta armada. (...)

É endossada, sem maiores ressalvas, a versão dos fatos dada pelo Cel. Nilton Cerqueira, chefe da "caçada" a Lamarca, e objeto de elogioso perfil como pai de família extremado, militar competente, etc., ou seja, ninguém foi torturado, a vitória contra a luta armada foi um triunfo da inteligência, e por aí afora. Trata-se, portanto, de um autêntico discurso de anti-anistia, reiterando a ideologia dos órgãos de segurança, e justificando o extermínio destes militantes.

Não conheci Carlos Lamarca. Quanto a Iara Yavelberg, fomos colegas (Psicologia da USP, 1963/67), e amigos. Não pretendo engrossar o cordão dos memorialistas com este meu depoimento sobre fatos dos quais sequer fui protagonista, porém mero espectador. Julgo necessário, todavia, fazer o relato de impressões resultantes do meu convívio com Iara, e isto, com o exclusivo intuito de colaborar na correção destas distorções. (...)

Era amplo o horizonte cultural de Iara, ultrapassando consideravelmente o que era prescrito pelo currículo da Psicologia. Avesa a sectarismos e dogmatismos, ela partilhava do nosso interesse por autores representativos do pensamento anti-autoritário e libertário. (...)

Tinha planos bem definidos quanto à sua carreira como psicóloga (...) e chegou a ser convidada para lecionar no então departamento de Psicologia Experimental e Social da USP. (...) Sua atuação à frente do Centro Acadêmico da Psicologia também foi notável: de certa forma, contribuiu para politizar este curso, inserindo-o nos debates então em andamento. Nesta sua gestão, (...) sempre teve uma atuação ponderada, lúcida, sem quaisquer ultra-radicalismos ou posturas extremadas e incendiárias.

O poeta americano Allen Ginsberg inicia seu mais famoso poema, **Uivo**, dizendo: "Eu vi os expoentes da minha geração morrendo de fome, histéricos, nus..." — para muitos de nós, tais versos têm significados adicionais, já que presenciámos o aniquilamento de expoentes da nossa geração por uma diversidade de meios, incluindo a morte lenta sob tortura (forma sob a qual pereceu também outra colega nossa da Psicologia, Aurora Maria Nascimento Furtado).

Não hesito em arrolar Yara Yavelberg como uma das melhores cabeças, uma das figuras intelectualmente mais promissoras que despontaram no período. Sei quanto é arriscado fazer estimativas sobre como seria a vida daqueles que faleceram prematuramente; mesmo assim, julgo lícito afirmar que Iara, caso tivesse sobrevivido, estaria trazendo uma

apreciável contribuição à memorialística e à revisão crítica das lutas políticas do nosso passado recente. (...)

Foram feitas afirmações sobre a vida sexual e amorosa de Iara, na matéria do **Estado** e em ocasiões anteriores, cujas entrelinhas levam a ilações exageradas e grosseiras. Seu comportamento, era não mais que coerente com pontos de vista e opiniões que sustentava, e que se encaixariam perfeitamente nos movimentos que, atualmente, militam a favor da libertação da mulher. Há uma ponta de machismo no modo como se tem carregado em certas tintas, na tentativa de retratá-la como musa ou mulher-fatal de militantes políticos.

Encontramos pistas para detectar este enfoque machista no brilhante ensaio de Walnice Nogueira Galvão, **O Ciclo da Donzela Guerreira** (que faz parte do seu livro de ensaios **Gatos de Outro Saco**, ed. Brasiliense). (...) Lembra-nos Walnice que, sendo a guerra (por extensão a militância e participação na luta armada) atividade culturalmente reservada aos homens, a participação da mulher é sempre estereotipada, distorcida. (...)

Estas mulheres-guerreiras tendem a ser retratadas como virgens ou assexuadas, seguindo o modelo de Joana D'Arc; ou então como promíscuas. (...) É evidente, a meu ver, este processo de mitificação no caso específico de Iara, objeto de descrições que a despem de algumas das suas características e traços, e que vão conduzindo sua imagem a um território intermediário entre uma Maria Bonita e uma Circe. (...)

Não se trata de erigir heróis e mártires no lugar de vilões. Esta minha descrição pode ser corroborada e acrescida por dezenas de outros testemunhos. Acho lícito que outros venham a público, que se fale mais nestes assuntos; silenciar é permitir que prevaleça a historiografia dos torturadores, dos seus ideólogos, colaboradores e cúmplices.

Claudio Willer
São Paulo, Capital

Solidariedades aos padres presos

(...) Frente aos acontecimentos que envolvem a prisão de treze posseiros e dois religiosos franceses no Pará, a Associação Brasileira de Reforma Agrária vem a público declarar que:

— é imprescindível o absoluto respeito ao direito de defesa dos posseiros e padres acusados;

— os órgãos governamentais atuantes na região com a função de resolver os problemas fundiários cumpram estritamente seus deveres;

— sejam reconhecidos e regularizados os direitos de posse de todo os trabalhadores rurais da região;

— a solução definitiva para os problemas fundiários no Brasil não é outra senão uma Reforma Agrária que, com base no Estatuto da Terra, promova a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade.

Carlos Lorena, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária



NUTRIÇÃO

Contra as nocivas amas-de-leite-em-pó

Nutricionistas dizem não à Nestlé, em favor do leite materno

O abaixo-assinado a seguir foi organizado durante o Congresso Internacional de Nutrição, realizado nos EUA, em San Diego, Califórnia, entre 16 e 21 de agosto último.

Considerando que os nutricionistas estão profissionalmente ligados a questão do bem-estar infantil;

Reconhecendo que inúmeras crianças em todo o mundo têm morrido ou sofrido depreciação física ou mental resultante de alimentação artificial inadequada;

Conscientes da extraordinária importância do aleitamento materno para o crescimento e desenvolvimento das crianças;

Relembrando a declaração de James Grant, diretor executivo da UNICEF, que diz: "Se todos nós da comunidade internacional que trabalhamos para proteger e promover o aleitamento materno fomos bem sucedidos em nossos esforços, poderemos salvar a vida de um milhão de crianças por ano na década de 1980";

Relembrando ainda que várias centenas de delegados no XI Congresso Internacional de Nutrição, realizado no Rio de Janeiro, Brasil, em agosto de 1978, organizaram idêntico abaixo-assinado apelando à Nestlé para que parasse sua produção e venda agressiva de alimentos infantis;

Cientes de que a Assembléia Mundial de Saúde de 1981 aprovou por esmagadora maioria um Código Internacional para a Comercialização de Substitutos do Leite Materno, que estabelece orientação para os governos e empresas, no sentido de que cessem suas nocivas práticas comerciais;

Reconhecendo que a Nestlé não realizou as mudanças propostas no abaixo-assinado de 1978 e que ela e outras empresas afirmaram expressamente que não irão voluntariamente adotar ou tolerar o Código Internacional da OMS/UNICEF (Organização Mundial de Saúde/Fundo das Nações Unidas para as Crianças);

Nós, abaixo-assinados,
1. Expressamos nosso total apoio a esse código e nos empenhamos para defender sua aplicação nas instituições em que trabalhamos, assegurando em particular que:

a) no sistema de saúde, nenhuma facilidade seja concedida à promoção do

leite em pó ou outros produtos infantis condenados pelo Código;

b) não sejam distribuídas, direta ou indiretamente, amostras grátis às mães;

c) as empresas "amas-de-leite" não tenham acesso às mães;

d) não haja propaganda direta para o público;

2. Consideramos urgente que os governos nacionais adotem leis que garantam a aplicação da letra e do espírito do Código;

3. Exigimos das indústrias de alimentos infantis sua imediata e pública aceitação do Código e que evitem qualquer tentativa de persuadir os governos nacionais a adotarem versões mais condescendentes ao adaptarem o código à legislação nacional.

4. Apoiamos os esforços de grupos de consumidores e associações de interesse público no sentido de despertar sempre maior atenção da comunidade científica e do público em geral para o problema, através da imprensa, de debates, boicotes de consumidores e outras medidas apropriadas.

Assinam: Alan Berg, do Banco Mundial, Marina F. Rea, da Secretaria de Saúde do Estado de SP; M. Clotilde R. Ferreira, da Universidade de São Paulo; nutricionistas de todo o mundo.

Reitor-candidato em ação no PI

No dia 14/9, realizamos uma assembléia geral (...), na qual analisamos nossas reivindicações básicas: a) criação da residência universitária; b) ventiladores nas salas de aula; c) ar condicionado na biblioteca; fim do cabide de empregos em que se transformou a Universidade do Piauí, trampolim para a candidatura do candidato a candidato ao governo do Estado; e) (parece incrível) um mínimo de higiene no restaurante universitário.

Fomos ao reitor Camilo Filho, levando essas reivindicações. Sequer fomos recebidos. No dia 15, com uma manifestação de 3.500 alunos, decretamos greve geral. O reitor convocou a PM para sitiá-lo no campus e, em contato com o governo, instruiu a imprensa para não nos ouvir. (...)

Todo esse esquema tem por finalidade evitar a "queima" do nome de Camilo Filho como candidato a candidato.

Estudantes do GESCA Teresina — PI

Sobre o banquete de tartarugas

Na edição 322 de **Movimento**, o leitor Ivaneck Perez Alves questiona a respeito da matéria "O Caso do Banquete de Tartarugas" (edição 318), por mim assinada. De fato, caro sr. Ivaneck, as denúncias são verdadeiras. Elas foram apuradas em viagem à região, onde conversamos com dezenas de posseiros e alguns religiosos. Temos documentos e fitas gravadas. O IBDF, na figura do dr. Beto, engenheiro Alberto Guerreiro, foi responsável pela expulsão ilegal de famílias para favorecer um pretense proprietário de terras. Este, Abraham Furmanovitch, ganhou mais de 10 milhões de cruzeiros de indenização, e até hoje as famílias estão na mais dura miséria.

Na cobertura desse fato grave, surgiram denúncias de arbitrariedades e crimes ecológicos praticados dentro da reserva biológica de Trombetas. Novamente fomos ouvir os posseiros, testemunhas oculares, e eles foram fartos em denúncias. Não só a do banquete de tartarugas. Uma delas, por exemplo, dá conta de que dezenas de quilos de peixes, pescados criminosamente num lago da reserva, apodreceram (por falta de energia elétrica) na geladeira da residência particular do dr. Beto. O posseiro José Maria Couto está disposto a provar o que disse.

A matéria, sr. Ivaneck, restringiu-se a uma denúncia localizada. Nela não há nada de contrário à existência em si da reserva, nem à prática geral que o dr. Beto possa estar encaminhando. O que **Movimento** publicou foi um resumo do artigo, cuja íntegra saiu no jornal **Resistência**, de Belém do Pará. Se o sr. estiver interessado, escreva para **Resistência**, Cx. Postal 1238, 66000 Belém-PA, que me responsabilizarei pessoalmente por enviar-lhe um exemplar.

Luiz Maklouf Carvalho
Belém-PA

Apoio aos colonos de Ronda Alta

Denunciamos a atitude tomada pelo governo federal e pelo governo estadual através da Coordenadoria do Acampamento Natalino, estranhamente chefiada por um tenente-coronel, que em seu comunicado nº 3 (31/08/81) não apresenta nenhuma solução para o problema social dos colonos, apontando como responsáveis pessoais o Padre Arnildo Fritzen e a Irmã Aurélio (Bruna Durandi). (...)

Repudiamos a atitude caluniatória e difamatória do governo, que procura apontar "bodes expiatórios" antes de resolver as questões sociais, como se fossem agentes pastorais os responsáveis pela realidade agrícola, pelo êxodo rural e pelos graves problemas sociais que atingem o homem do campo. Tais problemas não se resolvem com distorções da verdade, perseguições e repressão, mas com justiça social e aplicação do Estatuto da Terra.

Entendemos que a luta dos agricultores de Ronda Alta, recusando-se a migrar para as cidades onde engrossariam os cinturões de miséria, é justa já por isso. Opõem-se eles ao mecanicismo desumano do sistema econômico, que empurra para as metrópoles os deserdados do campo, para que ingressem nas tristes fileiras do exército de reserva de mão-de-obra. (...)

Sindicatos, Associações, PMDB, PT, PP, etc. num total de 55 entidades — Porto Alegre, RS

MAÇONARIA

Os maçons contra o modelo econômico

Em seus protestos, eles pedem até a reforma agrária

Dois fatos alvissareiros nos entusiasmaram com a publicação de trechos do manifesto da maçonaria mineira, publicado por **Movimento**, em 15.6.81. O primeiro foi a audácia e rebeldia do irmão que fez vazar, com graves riscos, antes da hora, o documento; o segundo, pela pronta cobertura "profana" que lhe deu esse órgão alternativo. Estou certo de que, ao não se combinarem estas duas condições, o Brasil hoje não saberia da profundidade da discussão que, a exemplo do que ocorre no seio de outras instituições, lava no meio maçônico de todo o país.

A carta publicada em **Movimento** de 17 de agosto, assinada pelo Sr. Celso Dias de Aquino (provavelmente um sucessor do Sr. Monteiro na "presidência" na Loja Libertas, por motivo que só os maçons podem, agora, suspeitar), deixou-me deveras preocupado, especialmente por causa do tom ritualístico estudadamente seiscentista em que foi vazada. De seu conteúdo decodificamos a linguagem cifrada de suas frases: a que diz que "o nosso Presidente foi arguido pela Grande Loja" e a que diz que "o objetivo da informação solicitada era isentar Monteiro de qualquer culpa". Tradução: "o irmão Monteiro foi constrangido a afastar-se de suas funções e responde, no momento, por processo maçônico. "É uma perspectiva aterradora, que exige solidariedade!

Como acontece em todos os Orientes, a

insatisfação com o atual modelo econômico do Brasil é imparável. Milhares de protestos são feitos diariamente em todas as Lojas. Centenas de atitudes como a da "Libertas" são propostas com regular freqüência. Dezenas de manifestos assemelhados chegam a ser redigidos ou rasalhados para discussão inter-Lojas. Algumas unidades, eventualmente, são remetidas. Mas ou não chegam a seus destinatários ou têm seu andamento interceptado pelo espírito conciliador dos irmãos mais velhos, sob o pretexto de que "tais radicalizações não servem ao País". O que resta de repressão no Brasil ampara esta postura.

É duro confessá-lo, mas o manifesto da "Libertas" passou por todas essas vicissitudes. Antes de chegar a **Movimento**, centenas de cópias xerografadas do documento original correram sigilosamente entre os maçons, dentro e fora do Estado de Minas Gerais.

O manifesto da "Libertas" difere qualitativamente de outras correntes na Maçonaria, pelo seu caráter programático, pois prega "um novo pacto social", protesta contra "a alienação do território e a desnacionalização", propõe "imediate redistribuição de renda, através da reforma agrária", além de denunciar "desigualdades econômicas intoleráveis", no tocante à saúde, à educação, à assistência social, moradia etc., ou seja, é claramente nacionalista, democrático, constitucionalista e por transformações sociais. (...)

Alberto dos Santos Rocha
Goiânia — GO

Bico do Papagaio condena Getat

As entidades presentes no III Encontro Regional de Lavradores do Bico do Papagaio, no norte de Goiás, (...) vêm como única forma de fazer retornar a tranquilidade na região, estabelecendo os direitos, até o presente sistematicamente violados e desconhecidos, as seguintes exigências:

I — A imediata retirada de toda e qualquer força policial do Bico do Papagaio. (...)

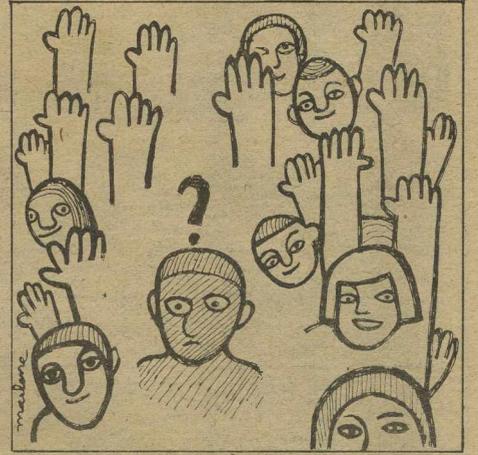
II — Ao contrário, a ação da polícia deve ser voltada contra os grileiros, que mantêm verdadeiras milícias armadas. (...)

III — A cessação dos atos de terrorismo contra a população, reestabelecendo um clima de tranquilidade. (...)

IV — O cumprimento do Estatuto da Terra, assegurando aos lavradores gleba de terra não inferior (...) a 100 hectares.

Os signatários desta, mais uma vez, vêm de público responsabilizar as autoridades, notadamente o Getat, pelos fatos acima narrados e pela deliberada omissão das providências e cumplicidade com os grileiros e bandidos que infestam a região.

Soc. Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; PT de Imperatriz (MA); CPT do Maranhão; Federação dos Trab. na Agric. de Goiás; OAB — Subseção de Imperatriz; Confederação dos Trab. na Agricultura e outras entidades.



SECUNDARISTAS

Geladeira ou forno?

Críticas à carta de O. Poram, sobre o congresso da UBES

(...) Tive oportunidade de acompanhar todo o processo até agora desenvolvido para reconstruir o movimento secundarista. (...) Portanto, sinto-me bastante à vontade para rebater as críticas levantadas por O. Poram na edição 323 de **Movimento**.

Ele inicia dizendo que se dependesse dos dois congressos de reconstrução marcados para este ano, o da União Paulista e o da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, estes sairiam da geladeira. E continua, dizendo: suas ações não passaram até hoje de combates isolados, ainda que quantitativamente numerosos.

Ora, companheiro, se o movimento secundarista está numa geladeira, é difícil entender como acontecem essas ações quantitativamente numerosas. (...) A vontade constante de lutar, o pique às vezes violento das atitudes dos secundaristas não impedem que em nenhum momento haja maturidade suficiente para que nós, secundaristas, compreendamos a necessidade de nos unirmos.

O colega também parece desconhecer profundamente a unidade desse movimento. Reconhecemos as falhas dos dois primeiros ENES, já avaliadas com auto-crítica, e reunificamos o movimento em cima das suas entidades representativas. Fazem parte hoje da executiva da Pró-UBES (...) todas as entidades gerais do país. (...)

Ainda em sua crítica o companheiro O. Poram levanta mais dois sérios problemas que deixam claro o seu afastamento no que diz respeito à reconstrução do movimento: 1) levanta a dúvida sobre se seria ou não correto jogar peso nesses congressos; 2) acusa as vanguardas de tentarem tomar para si o aparelho das entidades.

Quanto à primeira questão, não entendo como um companheiro que se mostra preocupado com o avanço do movimento secundarista duvida da legalidade do congresso da UBES, desde que ele foi aprovado pelo III ENES, com a participação de 200 entidades de base e mais de 800 secundaristas de 19 estados brasileiros. (...)

Na segunda questão, não podemos negar a existência de um espírito aparelhista por parte da diretoria de algumas entidades; mas daí o companheiro generalizar é um grave erro, pois grande parte dessas entidades é dirigida por estudantes independentes. (...)

Gerson Luiz Gonçalves Marques
Salvador — BA

Lyra, vítima do latifúndio

A Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores na Agricultura — Anatag, entidade que congrega advogados e estagiários que militam na defesa dos trabalhadores rurais, transcorrido o quarto ano do falecimento do companheiro de luta e patrono de nossa Associação; Eugênio Lyra, vem manifestar sua apreensão diante da morosidade do processo que apura a responsabilidade dos envolvidos no crime.

Eugênio Lyra foi assassinado barbaramente por mercenários a serviço da grilagem e do latifúndio, no dia 22 de setembro de 1977, quando, como advogado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, exercia a defesa de trabalhadores rurais, vítimas permanentes de violências e arbitrariedades na região baiana do Vale do São Francisco. (...)

A Anatag manifesta sua apreensão diante da morosidade do processo que apura a responsabilidade dos envolvidos na morte de Eugênio Lyra, bem como de outros advogados, dirigentes sindicais e trabalhadores rurais, esperando, reclamando e exigindo que suas mortes sejam investigadas com rigor e presteza, com a conseqüente punição dos assassinos e possíveis mandantes.

Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores na Agricultura
Brasília, DF



CENA BRASILEIRA

As tristes noites do ABC

É noite, faz frio em São Bernardo do Campo. Num terreno baldio a menos de cem metros da Volkswagen, um grupo de oito mulheres, aparentemente alegre, conversa em torno de uma fogueira. Entre elas há uma balconista, uma empregada doméstica e uma ajudante geral recentemente demitida da Brastemp. As outras são desempregadas há muito. Mães, na maioria.

Uma negra forte, de peruca, levanta-se de perto do fogo, caminha até a calçada, acena para um motorista indiferente da empresa de ônibus vizinha e retorna ao grupo. Depois, é uma loira de meias longas e mini-saia quem faz a tentativa: afasta-se, dirige-se a um transeunte, aborda-o, mas este não pára; segue reto e entra na boate "Flor de Lins", um pouco mais adiante. A mulher mantém o rebolado e junta-se às outras. Irritada, a negra levanta-se novamente, dizendo: "nós continuaremos aqui todas as noites, pastando. Nada vai nos ajudar. Nenhuma reportagem. Nada. Dê-me um salário de 15 mil e largo já esta droga".

Perto dali, começam a chegar as "meninas" de uma boate de nível médio. O porteiro, um loiro de quase dois metros, bigodes vastos e rosto duro, as recebe. Ernesto Hermann Klump, o "Alemão", é brincalhão com as mulheres e extremamente rigoroso no trabalho. Todos gostam de seu serviço, as mulheres sobretudo. Talvez pela guarida que lhes dá quando seus companheiros embriagados ousam tocar-lhes o dedo. Há seis meses, "Alemão" era metalúrgico da Ford, onde passara dois anos e meio. Foi demitido e nunca mais conseguiu emprego no seu ramo, "embora minha função seja uma das mais qualificadas: sou torneiro ferramenteiro". Acha-se um felizardo, contudo, e agradece à sua vida mundana por isso: "foi graças ao meu conhecimento das noites de São Bernardo que arranjei es-

Em São Bernardo do Campo, o desemprego leva operárias à prostituição; "Alemão", porteiro de boate, era ferramenteiro na Ford

João Vital

te emprego de cafetão. Se não, eu estaria roubando ou desgraçado como os outros".

"Alemão" fala sem embaraços de sua nova profissão. Diz-se um bom termômetro e assegura que a prostituição cresceu nos últimos anos: "hoje, há mais mulheres 'na vida' do que nas fábricas". Ao certo, ele não sabe a que atribuir o fato. Mas arrisca: "dizem que é a inflação, os preços subiram. Aqui percebemos isso: até o ano passado, as mulheres cobravam uns 500 cruzeiros por noite. Hoje, não saem com alguém por menos de três mil. Quer dizer, elas sabem de quanto precisam para sobreviver". Segundo ele, há as que "trabalham" por necessidade e outras por prazer. Naquela boate, ele não soube apontar nenhum exemplo do segundo caso. Hoje, por desespero, diz ele, esqueceu-se os escrúpulos de antigamente: "batalha-se às claras".

"Alemão" aponta para o terreno baldio, dizendo: olha lá, aquelas não são de luxo; aceitam qualquer 300 cruzeiros. E é quanto custa uma doença venérea". Fala-se, geralmente com ironia, daquele lugar hostil. "Elas são o descanso dos motoristas que viram a noite no trabalho" ou "divertem-se ao modo delas". Suas conversas em grupo, porém, refletem o contrário: amargura, tristeza, miséria. Contam o caso de um operário desempregado que tentou assaltar um banco armado com um pedaço de pau e acabou sendo preso, humilhado.

Tímida, vestida sem extravagância, 32 anos, uma delas reclama da falta de dinheiro, diz que tem quatro filhas e é deixada do marido há dois anos. Está ali por que sua renda como diarista não basta para o sustento da família. Mas não pretende dedicar-se inteiramente à prostituição. Não é negócio. "Ultimamente a rua não tem dado lucro: há muitas mulheres para concorrer e poucos homens com dinheiro para gastar". Por isso, ela prefere manter o emprego mal pago e conciliar as duas coisas. "Além das mulheres que estão aqui, mais ninguém sabe que eu levo esta vida. Tenho uma filha de 14 anos e não quero que ela saiba do que sobrevivemos. Minha patroa me demitiria e meu pai nunca mais me daria a bênção".

Homens sem dinheiro é o inconveniente que menos abala a boate onde "Alemão" é porteiro — "aqui vem quem tem grana, as meninas são bonitas e cobram caro" — e o lucro das mulheres. Um lucro que, embora relativamente satisfatório, é desgastante, segundo Dulcinéia, uma morena de 22 anos e olhos verdes: "temos que fazer o freguês gastar na boate, e para isso enchemos a cara todas as noites, além dos riscos de vida que corremos. Eu não queria estar nesta vida e não quero permanecer nela, mas os empregos que procurei antes não deram em nada". Dulcinéia era metalúrgica, profissão que exerceu durante cinco anos em diversas empresas, ultimamente na

Volkswagen. Por ser mulher e menor, tinha um salário miserável e decidiu mudar de ramo. Foi ser balconista, mas pouco adiantou: trocou o serviço pesado por um salário ainda mais aviltante. Certo dia, ainda muito jovem, engraçou-se por um sargento da Polícia Militar, que lhe deu três filhos: uma menina, hoje com quatro anos e um casal de gêmeos de seis meses. Por ser casado não os assumiu, mas mantém a mulher como amante, pagando-lhe uma pensão irrisória e incerta. Os pais de Dulcinéia, um guarda da prefeitura e uma doméstica, ambos adventistas, nada sabem de sua vida e não possuem condições mínimas para estender à filha suas migalhas. Sem outro caminho — "sôu mãe solteira e além das barreiras para empregarem mulheres nessas condições, que empresa me pagaria o suficiente para sustentar meus filhos?" — prostituiu-se, mas largaria a boate por um emprego menos rendoso, mas satisfatório. Outras que estão ali por igual motivo, constroem o mesmo sonho: arranjar um emprego justo.

Jovem, bonita, delicada, Odete está na boate há três meses. Antes disso, era funcionária de uma gráfica em São Bernardo, mas por motivos de saúde, faltou ao serviço. Os diretores não toleraram as justificativas. Foi demitida e perdeu a renda de 15 mil cruzeiros que tinha. Mesmo com os dois anos de experiência em gráficas, ela não conseguiu mais que um emprego como vendedora, que também durou pouco. Depois disso, decidiu não perder tempo — "eu e meu filho precisávamos comer" — e foi para a boate. Mas duas vezes por semana, frequenta um cursinho de enfermagem.

Ela nutre a expectativa favorável de emprego digno, teme a difamação e por isso não se expõe nas esquinas e praças. Aguarda na penumbra da boate a sorte que, um dia, chegará.